

V A L D E M A R G R I N I N G E R

IMIGRAÇÃO SUÍÇA EM SÃO PAULO
- A HISTÓRIA DA COLÔNIA HELVETIA -

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

1991

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

V A L D E M A R G R I N I N G E R

IMIGRAÇÃO SUÍÇA EM SÃO PAULO
- A HISTÓRIA DA COLÔNIA HELVETIA -

*Este exemplar
responde à solicitação final
da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora.*

Dissertação apresentada como requisito
para a obtenção do título de Mestre no
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP,
sob orientação do Professor Doutor José
Roberto do Amaral Lapa.

Biblioteca

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

1991

A G R A D E C I M E N T O S

Queria agradecer em primeiro lugar as bolsas de estudo que me foram concedidas respectivamente pela CAPES, quando estava cumprindo os créditos no curso de Mestrado e, pela FAPESP para o desenvolvimento da pesquisa que resultou neste trabalho. Esses financiamentos permitiram que me dedicasse inteiramente à essa pesquisa.

Sinceros agradecimentos ao meu paciente orientador, Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa, que, mesmo com suas múltiplas atividades, sempre encontrou tempo para observar e criticar meu trabalho.

Minha homenagem também àquele que me orientou inicialmente, Prof. Dr. Peter Louis Eisenberg, prematuramente desencarnado, com o qual aprendi muito na pós-graduação, abrindo-me o caminho com suas sugestões quando realizava o projeto.

Meu muito obrigado às funcionárias dos arquivos do Centro de Memória UNICAMP, sempre solícitas e gentis, atendendo a todas às minhas solicitações.

Agradeço também aos funcionários do Segundo Cartório de Notas de Campinas, que muito me auxiliaram no levantamento das escrituras de compra de terras pelos suíços.

Um agradeciemento fraternal ao Prof. Jonas Soares de Souza, Diretor do Museu Republicano Convenção de Itu, amigo e irmão, que durante nossa longa convivência, com sua paciência, erudição e espírito crítico soube me incentivar e dar forças para não esmorecer no meio do caminho.

Finalmente minha homenagem e admiração aos moradores da Colônia Helvetia. Descendentes de segunda e terceira gerações dos imigrantes suíços, alguns parentes, outros amigos, que eu não conhecia e com os quais estabeleci uma profunda relação de empatia e amizade. Atenderam-me sempre com solicitude, interessaram-se pelo trabalho, demonstrando firme propósito de preservar a memória histórica dos antepassados.

No corpo da dissertação cito o nome de todos os entrevistados, mas neste espaço quero destacar e agradecer particularmente a quatro pessoas da colônia, cuja colaboração foi tão fundamental, levando-me à afirmação de que, sem ela, esse trabalho não se realizaria.

Em primeiro lugar agradeço a Leon Ming, 80 anos, primo do meu pai, fazendeiro por profissão, um dos remanescentes da colônia que ainda se mantém na agricultura e que já encaminhou filhos e netos na mesma atividade. Grande entusiasta pela conservação das tradições da cultura suíça, com razoável grau de informações, e profundo conhecedor da língua alemã, atendeu-me por muitas horas, não só na entrevista, mas auxiliando-me na tradução de documentos, alguns bem antigos escritos em alemão gótico.

Em segundo lugar meus agradecimentos a João Ambiel, 81 anos, filho do imigrante Antonio Ambiel, formador e líder da colônia. Passa a maior parte do seu tempo numa chácara na colônia, onde recebeu-me inúmeras vezes e com o qual passei horas agradáveis, aprendendo com sua experiência e examinando a grande coleção de documentos deixada por seu pai.

Em terceiro lugar lembro-me de José Luiz Sigrist, 56 anos, neto de imigrante, professor da UNICAMP, também residente na colônia e que prestou-me grande colaboração, emprestando-me livros, concedendo-me entrevista e sempre solícito ao receber-me em sua casa. Também um

dos que lutam pela preservação da cultura suíça dentro da colônia.

Por último agradeço comovido ao venerando Dom Polycarpo Amstalden, que, com seus 91 anos, mantém-se com espírito jovem, exercendo várias atividades, inclusive a de escritor. Traduziu uma obra sobre a colônia e recentemente publicou um livro de memórias, que citei várias vezes no corpo do trabalho. Foi um dos primeiros a incentivar minha pesquisa e muito colaborou com suas memórias e casos dos primeiros tempos da colônia, pois conviveu com a maior parte dos fundadores.

Não poderia esquecer de mais três pessoas que também me ajudaram nas traduções e busca de documentos: Leonor Amstalden, Lídia Ming e o estudante alemão da UNICAMP, Markus Lasch. A eles meu muito obrigado. Agradeço ainda a Ana Maria Perissinot pelo seu paciente e meticoloso trabalho de datilografia.

É meu agradecimento final à Jandira, companheira querida, que durante todos esses anos de mestrado soube, com sua sabedoria, manter nosso lar equilibrado.

A P R E S E N T A Ç Ã O

A escolha de um tema para estudo na área de história, via de regra, precisa considerar certos aspectos que tornam a pesquisa possível e viabilizam o trabalho. Um desses aspectos, talvez o principal, relaciona-se com a existência de fontes primárias, que devidamente estudadas e cotejadas, fornecem a matéria-prima da dissertação.

Quando iniciei a confecção do projeto sobre a imigração dos suíços para São Paulo, considerei essa questão como prioritária. E o caminho a percorrer até essas fontes foi bastante facilitado por minha condição de neto de imigrantes. O fato de meus avós paternos terem vivido na Colônia Helvetia até o casameto contribuiu para que as famílias dos antigos imigrantes facilitassem o acesso a documentos particulares.

Da mesma forma, os mais antigos descendentes, com muita paciência, concederam-me longos depoimentos a partir dos quais foi possível preencher lacunas e reconstruir a história do grupo suíço que fundou a colônia.

Por questões de desentendimentos particulares que resvalam para a formação da personalidade das pessoas, e que não me interessa comentar aqui, minha família afastou-se dos conterrâneos da Helvetia, apesar de meu pai e tias terem estudado na escola da colônia. Isso prejudicou a manutenção dos caracteres culturais dos suíços dentro da família, como por exemplo, o aprendizado da língua.

Dessa forma, para mim, estudar e conhecer a vida dos antigos imigrantes (entre os quais os meus avós), apresentava-se como um desafio, pelo meu envolvimento emocional e um certo desapontamento por

não ter conhecido e desfrutado da colônia, mesmo vivendo por muitos anos a cerca de vinte quilômetros de distância. Mas os quase dois anos que gastei nas pesquisas, as muitas horas que passei nas casas de parentes e outros moradores e as festas de que participei na colônia, permitiram-me compensar as frustrações passadas, de forma que esse envolvimento não atrapalhasse o necessário espírito crítico para a construção desse trabalho.

O trabalho da pesquisa concentrou-se em duas fontes principais: documentos manuscritos que fazem parte de acervos familiares e entrevistas. Nas coleções de documentos examinei cartas, relatórios históricos, cadernetas de controle de receitas e despesas e muitos outros. No arquivo da igreja utilizei-me dos livros de registro de nascimentos, casamentos e óbitos; e no arquivo da escola, os livros de registro de matrícula dos alunos.

Com relação às entrevistas usei os seguintes critérios: selecionei uma amostragem inicial de quinze pessoas de famílias diferentes, dando preferência aos mais velhos e àqueles com maior grau de conhecimento. Após uma verificação preliminar reduzi o número para dez entrevistas, com um questionário padronizado, mas deixando o entrevistado à vontade para contar casos e reminiscências.

Assim, a partir dos dados obtidos nos documentos e nas entrevistas, obtive uma valiosa quantidade de informações, que, depois de devidamente cotejadas, transformaram-se na matéria-prima desta dissertação.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO	12
I - A SUÍÇA NO SÉCULO XIX	20
1. As Características da Sociedade Suíça Numa Economia de Transição	21
2. A Solução Emigratória	29
3. Emigração para São Paulo	38
II - IMIGRANTES SUÍÇOS NO SISTEMA DE PARCERIA (1853-57)	45
III - A NOVA IMIGRAÇÃO SUÍÇA (1881-87)	56
IV - FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA COLÔNIA HELVETIA	72
1. A Acomodação dos Suíços nas Novas Terras	72
2. O Crescimento Territorial da Colônia	74
Mapa das Propriedades dos Helveto-Brasileiros (1935)	81
3. O Crescimento Demográfico da Colônia	84
Tabela Número 1 - Crescimento da População da Helvetia ...	87
4. O Crescimento Econômico da Colônia	91
Tabela Número 2 - Venda de Café	93
Tabela Número 3 - Venda de Manteiga	95
Tabela Número 4 - Venda de Ovos	96
Tabela Número 5 - Despesa com Mão-de-Obra Família Ambiel (1904)	97
5. A Organização Sócio-Cultural: A Fundação de Associações na Colônia	99

6.	A Importância da Escola na Comunidade Suíça	106
	Tabela Número 6 - Alunos Matriculados na Escola da Colônia Helvetia	110
7.	A Prática da Religião Católica: Elemento de Coesão Social do Grupo	114
8.	A Vida Social na Colônia	119
9.	A Prática Política dos Colonos Suíços	128
V	- COLÔNIA HELVETIA: UM BAIRRO RURAL ?	140
VI	- A CRISE DOS ANOS 30 E AS TRANSFORMAÇÕES NA COLÔNIA	150

SIGLAS USADAS NAS NOTAS

- T.P.J.N.C.C. Tabelionato do Público Judicial e
Notas da Comarca de Campinas
- T.J.C. Tribunal de Justiça de Campinas
- C.M.U. Centro de Memória UNICAMP
- A.C.C.I. Arquivo Central da Comarca de Itu
- M.R.C.I. Museu Republicano Convenção de Itu

I N T R O D U Ç Ã O

O tema desta dissertação é a imigração suíça para o Estado de São Paulo; como se trata de uma imigração em pequena escala e onde boa parte se dispersou, vamos enfocar nosso estudo sobre o único núcleo do estado, que aglutinou um número razoável de imigrantes e cujos descendentes até hoje conservam a colônia, com algumas características peculiares. Estamos falando da Colônia Helvetia (pronuncia-se Helvecia - primitivo nome da Suíça), localizada entre os municípios de Campinas e Indaiatuba, próxima ao Aeroporto de Viracopos, organizada em 1888 por um grupo pioneiro de trinta e quatro imigrantes suíços.

A presença dos suíços em São Paulo data de 1854, quando ocorreu a vinda de vários grupos, contratados dentro do regime de parceria por Vergueiro & Cia. para trabalhar nas fazendas de café. O maior número deles ficou na fazenda Ibicaba, propriedade da família Vergueiro, no município de Limeira; outros foram repassados para fazendeiros próximos e dentre eles, um grupo do Cantão de Obwalden foi deslocado para a fazenda Sítio Grande, em Jundiaí, pertencente a Antonio de Queiroz Teles, o Barão de Jundiaí.

Sobre os colonos de Ibicaba, nossa historiografia registra um bom número de trabalhos, elaborados a partir de pesquisas em documentos conservados na fazenda e no relato de Thomaz Davatz, "Memórias de um colono", editado na Suíça em 1858. (1)

(1) Editado pela Martins Edit., 1941, SP, tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda. Ver o assunto também em: WITTER, José Sebastião: "Ibicaba - uma experiência pioneira", Col. Monografias nº 5, 1978, SP. - DEAN, Warren: "Rio Claro - Um sistema brasileiro de grande labura" - 1820-1920, RJ, Paz e Terra, 1977. Cap.4 pp.95-108. - VIOTTI DA COSTA, Emília: "Da senzala à colônia", SP, Dif.Eur. do Livro, 1966, cap. II - STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. - "Introdução do trabalho livre nas fazendas de café em São Paulo", in Revista Bras. de História nº 6, Set. 1983, p. 47-63 - TSCHUDI, Johan J. Von - "Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo", SP, Martins, 1973, pp. 136-146. Este autor informa a presença na Faz. Ibicaba, em 1856, de 87 famílias de origem suíça. -p.137.

A respeito do grupo que veio para Jundiaí, as informações são mais escassas; anotações particulares de Francisco de Queiroz Teles, filho do barão, dão-nos conta de que seu pai... "mandou vir cento e cinquenta e sete colonos suíços para suas fazendas em 1854. Custaram na época 21:580\$915 (vinte e um contos, quinhentos e oitenta mil e novecentos e quinze réis); gente moça e robusta, pertencentes aos Cantões de Unter der Walden e Obwalden, todos de religião católica". (2)

Esses colonos haviam assinado contratos de parceria com os agentes da Vergueiro & Cia na Europa e destinavam-se inicialmente à fazenda Ibicaba; entretanto, devido ao entusiasmo do senador e de seu filho José Vergueiro e, ao relativo sucesso da imigração de parceria, outros fazendeiros estavam se interessando pelos trabalhadores livres. Lembramos também que o contrato de parceria, em seu artigo Dez, autorizava a Vergueiro & Cia. a ceder o colono a outro fazendeiro. (3) Assim, esse grupo de suíços acabou sendo "negociado" com o Barão de Jundiaí, que se encarregou de pagar-lhes a viagem. Outra razão desse deslocamento foi uma questão religiosa: a maior parte dos colonos suíços e alemães das fazendas do Senador Vergueiro e de outros fazendeiros de Limeira e Rio Claro, era protestante, enquanto que esse era inteiramente católico. A fim de evitar possíveis conflitos, Vergueiro resolveu cedê-los ao Barão de Jundiaí. (4)

Relativamente ao grupo de suíços que se encontrava em Ibicaba, iniciou-se em dezembro de 1856 um episódio historicamente conhecido como a Revolta de Ibicaba, tendo como personagem central a figura do mestre-escola Thomaz Davatz, e, que envolveu a maior parte

(2) Coleção de documentos particulares de Francisco de Queiroz Teles, Solar do Barão, Jundiaí. Ver também TSCHUDI, Op.cit. pp. 151-153. Em sua visita às colônias de parceria em Jundiaí, em 1860, o autor encontrou trinta e uma famílias suíças, sendo dezesseis na fazenda Sítio Grande, do Barão de Jundiaí, sete na fazenda São Joaquim, de Joaquim Benedito de Queiroz Teles, irmão do barão, e oito na fazenda São José da Lagoa, da viúva de Antonio Joaquim Guimarães.

(3) DEAN, Warren, op.cit. pp.98-99. - TSCHUDI, J. J. Von, op.cit. p.140.

(4) Entrevista com Leon Ming, oitenta anos (neto de Imigrante), faz. Estiva, col. Helvetia.

dos colonos suíços. As razões principais desse conflito, já detalhadamente tratadas pelos autores citados, eram o não cumprimento das cláusulas contratuais, a má fé dos fazendeiros no tratamento de questões que constavam do contrato e diversos procedimentos desses mesmos fazendeiros que agravavam os débitos dos colonos, como manipulação de taxas cambiais, juros sobre adiantamentos, preços extorsivos no armazém da fazenda e, incapacidade de tratar os trabalhadores numa base meramente contratual, entre outras razões.

Esse episódio teve repercussões na Europa, após ser conhecido através das memórias de Davatz e da publicação do relatório do comissário e deputado suíço, J. C. Heusser, representante do governo enviado ao Brasil para investigar a questão. Na Prússia foi proibido o recrutamento de imigrantes para o Brasil e, na Suíça, o governo federal recomendou aos cantões a mesma medida. (5) Aqui, o governo imperial procurou amenizar o contrato de parceria, promulgando um regulamento em novembro de 1858, com a finalidade de modificar algumas condições, principalmente no tocante ao prazo do contrato e resgate da dívida. Contudo, os contratos de parceria gradualmente foram desaparecendo, e alguns fazendeiros passaram a usar o sistema de ajuste para o tratamento do café, o que correspondia a uma importância fixa para a carpa e outra variável para a apanha do café.

Mas, a utilização do trabalho livre nas fazendas declinou sensivelmente, demonstrando que a experiência fracassara, ao mesmo tempo que a permanência do trabalho escravo, resolvia temporariamente a questão da mão-de-obra. Poucos trabalhadores livres permaneceram nas fazendas após 1860. Do grupo dos suíços que chegara com Davatz, mais da metade era constituído por artesãos, que procuraram estabelecer-se nas cidades. Alguns simplesmente fugiram porque não conseguiam livrar-se das dívidas. Poucos retornaram ao seu país. Os cento e cinquenta e

(5) DEAN, Warren, *op.cit.* p.107

sete colonos suíços contratados pelo Barão de Jundiá em 1854, reduziram-se, vinte e três anos depois, em 1877, a apenas cerca de trinta pessoas. (6)

Entrementes, no início da década de 1870, a imigração de estrangeiros para o Brasil começou novamente a ser discutida, em função da crise do escravismo; parte dos cafeicultores de São Paulo, argumentava, entre outras coisas, da necessidade de suprir sua lavoura de mão-de-obra estrangeira, substituindo o braço escravo. (7)

Mas nessa década a chegada de imigrantes foi pequena, mesmo com as iniciativas do governo da Província de São Paulo: foi criada em 1871 a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, que até 1879, foi responsável pela entrada de 10.935 pessoas. (8). Em 1877 foi reativada a política de imigração voltada à formação de núcleos de colonização, ... "de modo a que a sua existência de alguma forma se ligasse aos interesses da cafeicultura: como abastecedoras das regiões carentes de gêneros, como focos de atração de imigrantes ou como meio de criação de um semiproletariado para a grande lavoura". (9) Essa política de imigração não era nova, vinha desde os tempos coloniais, mas a partir do crescimento da grande lavoura em São Paulo e da concessão do fornecimento de escravos, tornou-se necessária uma oferta em larga escala de força de trabalho organizada.

Na década de 1870 foi tentada ainda a introdução de trabalhadores chineses como meio para suprir a falta de braços para a lavoura, mas oposições internas e internacionais, resultaram no

(6) Cartas de João Amstalden - arquivo particular de D. Polycarpo Amstalden, Mosteiro de S.Bento, Vinhedo, SP - Este suíço solteiro veio ao Brasil em 1877, com recursos próprios, à procura de seus parentes, que aqui estavam desde 1854.

(7) BEIGUELMAN, Paula - "A crise do escravismo e a grande imigração" - SP, Brasiliense, 1981, pp.22-4. Essa autora refuta a tese do binômio abolicionismo-imigrantismo, ou seja, de que o declínio da escravidão provocando a falta de braços na lavoura cafeeira tenha impelido à introdução do imigrante europeu. - HOLLOWAY, Thomas H. "Imigrantes para o café", RJ, Paz e Terra, 1984, pp.60-66. Esse autor também argumenta que antes da Abolição os fazendeiros de S.Paulo já haviam encontrado uma solução para a falta de braços para a lavoura com a organização de uma política imigratória e que esta facilitou a transição da escravatura.

(8) HOLLOWAY, T.H., op.cit., pg.62.

(9) MARTINS, José de Souza - A Imigração e a Crise do Brasil Agrário, SP, Liv. Pioneira, 1973,pg.63.

fracasso dessa promoção. (10) Dessa forma, a partir dos anos 80, alguns acontecimentos políticos irão apressar o encaminhamento do processo da abolição e ao mesmo tempo organizar um mercado de trabalho livre. Já em 1881, o governo da Província de São Paulo, passou a reembolsar os fazendeiros da metade dos custos de transporte dos imigrantes. Em 1882 foi apresentado um projeto à Câmara dos Deputados propondo alterações significativas na Lei de Locação de Serviços de 1879. Essa lei, cujo objetivo era regular as relações entre fazendeiros e trabalhadores livres, desde a sua promulgação vinha sofrendo críticas e provocando debates dentro e fora do parlamento. O projeto para suas modificações também suscitou uma verdadeira batalha verbal na Câmara dos Deputados: em 1882 não foi aprovado e, voltando a plenário em 1884, também não passou das discussões. (11)

Mas, nesse ano de 1884, em março, a Assembléia Provincial de São Paulo aprovou o pagamento completo das passagens dos imigrantes: estava liquidada assim a questão das dívidas que pesava sobre o contrato dos trabalhadores, de certa forma tornando inóqua a Lei de Serviços de 1879, mesmo porque nas fazendas de São Paulo, difundia-se uma nova forma de relações de trabalho, o colonato, onde predominavam os contratos verbais entre fazendeiros e trabalhadores. E, impulso maior foi dado à imigração, quando em 1887, a Câmara dos Deputados também aprovou lei para subsidiar inteiramente o custo das passagens dos imigrantes.

Devemos ressaltar também o papel da Sociedade Promotora de Imigração, agência importadora em bases não lucrativas, fundada em julho de 1886, por um grupo de fazendeiros de São Paulo (a maioria do

(10) Para uma interpretação detalhada desse assunto ver: LAMOUNIER, Maria Lúcia - Da escravidão ao Trabalho Livre - A Lei de Locação de Serviços de 1879, Campinas, Papyrus, 1989.

(11) Tratamento pormenorizado dessa lei em: LAMOUNIER, M.L., op.cit. pg.146-160. - Ver também HALL, Michael M. - The origins of mass immigration to Brasil-1871-1914, Columbia University-Dept. of History, 1969, pg.87. - SALLUM, Brasília Jr. - Capitalismo e Cafeicultura - Oeste Paulista: 1888-1930, SP, Duas Cidades, 1982, pg.86-89. - HOLLOWAY, T.H., op.cit., pg.64-66.

Oeste Novo), que mercê de uma eficiente propaganda no exterior e a organização de uma estrutura interna, realizou um trabalho consistente na atração de trabalhadores livres estrangeiros.

Ao mesmo tempo foram importantes as decisões dos imigrantes que já se encontravam no Brasil, escrevendo aos seus parentes boas notícias sobre o colapso da escravidão e remetendo dinheiro, em forma de ordens postais de pagamento, principalmente para os solteiros, que não ganhavam subsídios do governo para pagamento da passagem. (12)

Por outro lado, condições externas também tiveram um papel significativo nesse processo: na Itália, condições econômicas desastrosas, geradas a partir da unificação política em 1870, provocarão a emigração em massa de camponeses e trabalhadores rurais, pois a penetração do capitalismo no campo ameaçava a autonomia daqueles e agravava a situação destes. (13)

Dessa forma, essa década (1881-1890), constituir-se-á no momento histórico decisivo inicial para a entrada maciça de imigrantes em São Paulo: o escravismo estava sendo abolido de forma gradual e lenta, apesar das resistências de parte dos fazendeiros e, a ideologia do trabalho assalariado aos poucos foi se impondo como necessidade para suprir de mão-de-obra de imigrantes europeus, a grande lavoura cafeeira.

A retomada da emigração suíça ocorreu no início de 1881. Um ano antes, a viúva Ana Maria Amstalden von Zubem, emigrante de 1854, que morava em Jundiaí, na fazenda Sítio Grande, havia retornado à Suíça. Através do seu incentivo, várias famílias de parentes e amigos resolveram partir para o Brasil. Esse fato confirma que a entrada de imigrantes a partir desse momento, além das estratégias preparadas

(12) DEAN, Warren, *op.cit.*, pg.152-3. - BEIGUELMAN, Paula - Pequenos estudos da Ciência Política, SP, Pioneira, 1968, vol.2, pg.54-58.

(13) Sobre a imigração italiana ver especialmente: ALVIM, Zuleika, M.F. - Brava Gente! Os Italianos em São Paulo, SP, Brasiliense, 1986.

pelos fazendeiros e pelo governo, também contou com a participação de antigos imigrantes. Estimularam outros a emigrar, apesar das condições adversas de trabalho que encontravam nas fazendas cafeeiras de São Paulo. No capítulo I mostramos com detalhes as razões que impulsionaram a imigração suíça para São paulo, desde os meados do século XIX e, no capítulo II, abordamos as aventuras do grupo que trabalhou em Sítio Grande no sistema de parceria.

O número de suíços que chegou entre 1881 e 1895 não é muito significativo, se comparado às outras correntes imigratórias. As estatísticas não são muito precisas, mas através de entrevistas e pesquisas na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, foi possível levantar um número em torno de trezentas pessoas. Entretanto, se demograficamente eles não são muito representativos, existem aspectos e pormenores da sua inserção e atuação na sociedade brasileira, que demonstram particularidades histórico-sociais interessantes, merecedoras deste estudo.

A questão da demografia será aprofundada nos capítulos III e IV. Inicialmente vamos focar as famílias que aportaram no Brasil entre 1881 e 1887, contratadas no regime do colonato, tendo o maior grupo ficado nas fazendas dos Queiroz Teles em Jundiaí, onde já se encontravam conterrâneos desde 1854.

Em 1888, quatro famílias desse grupo, três que haviam chegado em 1881 e a outra remanescente de 1854, tentando sair da condição de colonos e alcançar a autonomia, esboçaram um projeto de compra de terras bastante arrojado para suas possibilidades. O plano foi concretizado na compra de uma fazenda de quatrocentos e sessenta e oito alqueires, onde havia plantado 44.500 pés de café. (14) Um aspecto a ser considerado diz respeito às condições financeiras do grupo que comprou a fazenda. Essa iniciativa foi estritamente

(14) Entrevista com João Ambiel (colônia Helvetia) e D.Polycarpo Amstalden (Vinhedo), ambos filhos de imigrantes.

particular, diferindo da formação de outras colônias que o governo imperial e posteriormente o governo republicano, organizaram em São Paulo e em outras províncias e estados, facilitando a compra dos lotes pelos imigrantes. No caso dos suíços, tratou-se de uma entrada no mercado capitalista de terras, muito pouco acessível aos colonos. Outro, foi a forma como a comunidade se constituiu, cresceu e preservou-se, destacando-se elementos aglutinadores como a religião, a educação, a preservação do grupo étnico via casamentos, a recreação e outros. E, por último, a rápida transformação em uma colônia próspera e atuante, que, vinte anos após a sua fundação, já contava com uma população superior a seiscentas pessoas, constituída por outros imigrantes suíços que chegaram depois, pelo crescimento vegetativo e por pessoas de outras nacionalidades que trabalhavam como colonos e camaradas. Os detalhes da formação da colônia, sua organização e seu crescimento, abordamos no capítulo IV.

No capítulo V utilizamos conceitos relacionados à organização dos bairros rurais paulistas, procurando localizar pontos em comum que encaixam a Colônia Helvetia nesse tipo de comunidade rural. E no último capítulo (VI), mostramos as transformações ocorridas na colônia suíça após a crise cafeeira dos anos 30.

CAPÍTULO I

A SUÍÇA NO SÉCULO XIX

Os assuntos que vamos desenvolver neste capítulo baseiam-se especialmente em dois estudos que enfocam os problemas da evolução da sociedade suíça no século XIX, os quais influenciaram diretamente na questão imigratória.

O primeiro deles, realizado por uma equipe de professores da "Université de Genève" é um painel amplo da história da Suíça, do qual nos utilizamos particularmente do livro III, capítulo 7. (15) O segundo é uma tese de doutoramento, publicada em 1985, que trata da questão mais específica dos imigrantes suíços em São Paulo, trabalhando no sistema da parceria na lavoura cafeeira. (16) Temos ainda dados de uma entrevista com um professor suíço que esteve visitando a Colônia Helvetia em 1988, nas festas do centenário desta. (17)

(15) Nouvelle Histoire de la Suisse et des suisses - Comité pour une Nouvelle Histoire de la Suisse, présidé par Jean-Claude Favez, Université de Genève, tome III, cap. 7, Lausanne, Suisse, Editions Payot-Lausanne, 1983.

(16) ZIEGLER, Béatrice - Schweizer Statt Sklaven - Schweizerische Auswanderer in den Kaffee-Plantagen von São Paulo (1852-1866) - Stuttgart, Steiner Verlag-Wiesbaden, 1985, cap. II e III.

(17) Entrevista com Joseph Wolf, Colônia Helvetia, julho/1988.

1 - AS CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE SUÍÇA NUMA ECONOMIA DE TRANSIÇÃO

Mesmo antes do início do século XIX, como resultado das mudanças provocadas pela industrialização, já apareciam os primeiros sintomas de um empobrecimento da sociedade suíça, que se agravou na primeira metade do século XIX.

Três foram as razões principais que o ocasionaram: a primeira, o avanço da indústria que, teoricamente deveria proporcionar a criação de novos empregos, de crescimento do mercado e maior distribuição de riquezas, não cumpriu o seu papel. Desenvolveu-se de modo irregular, concentrando-se em algumas poucas cidades, com uma produção limitada a certos setores e tendo dificuldades pela escassez de recursos naturais da Suíça. Mesmo assim, gradativamente, foi provocando a decadência da indústria doméstica.

A segunda, uma questão política, ligada à ineficiência do antigo regime, que não conseguiu superar sua fragilidade e seus regionalismos, com isso não dando conta das mudanças por que passava a sociedade suíça. Com a última revolução política interna ocorrida em 1847, também chamada de "guerra de religião", os suíços criaram a sua confederação, com uma constituição geral, que indicava uma política de centralização e unidade dos cantões. Nessa revolta, esclareceram-se posições político-religiosas, que demarcavam também a força econômica dos grupos de poder na Suíça.

No chamado lado conservador colocaram-se a Igreja Católica, mais os cantões pré-alpinos e alpinos, regiões tradicionais de agricultura e pequenas propriedades, mais pobres e que não recebiam os benefícios da industrialização. Do lado liberal agruparam-se os protestantes, mais os cantões onde se concentravam cidades maiores,

como Zurich, Genève e Bern, ligadas ao crescimento das indústrias, onde já despontava uma burguesia atuante e enriquecida, não só pelo acúmulo com o lucro de suas atividades, mas também pelo monopólio de funções diretivas no Estado.

A vitória foi dos liberais, que trataram de impor reformas modernizantes à toda Suíça, não levando em consideração as diferenças regionais marcantes entre os cantões. Essas reformas atendiam aos seus interesses imediatos, tanto que trataram de afastar logo os adversários mais combativos: através de um decreto lacônico, expulsaram os jesuítas do país, acusados de provocadores de guerra.

Essa revolta, provocada por problemas internos, cujo epicentro era a fome da população, está inserida a um contexto mais amplo, tendo de um lado, elos políticos-ideológicos com o avanço do liberalismo na Europa e, de outro lado, interesses de uma classe burguesa que investia no desenvolvimento industrial, mas que politicamente ainda não havia conseguido dominar toda a estrutura do estado.

A terceira das razões do empobrecimento da população é social: o ritmo de crescimento demográfico acelerou-se rapidamente entre 1800 e 1850 e a média anual foi de 2,24%, apesar da expectativa de vida muito baixa, em torno de 43 anos. (18) O aumento populacional provocou vários fenômenos incomuns na sociedade suíça: cresceu a migração dos campos e dos burgos rurais para as cidades maiores, fazendo com que estas quintuplicassem sua população no período, mesmo não oferecendo número suficiente de empregos para absorver os migrantes.

A mudança da zona rural embutia uma expectativa de melhoria de vida, principalmente para os solteiros e casais novos, que já não tinham possibilidades de viver nas terras da família. As propriedades

(18) Nouvelle Histoire ... op.cit., pg. 76 e 84.

rurais pequenas, a cada geração parcelavam-se mais pelo processo de partilha na herança, praticamente impedindo que cada filho com sua parte pudesse sobreviver nela.

Esse processo de empobrecimento não atingiu a Suíça na sua totalidade; alguns cantões se adaptaram mais rapidamente às transformações do sistema, via inclusão ativa na economia industrial em desenvolvimento. Sua adaptação se processou com a intensificação do comércio local e de exportação e algumas adaptações na indústria caseira. Noutros cantões, a criação de gado estabeleceu a ligação com o mercado capitalista; passou a ser um negócio rentável, principalmente com os subprodutos do leite, como o queijo, que alcançou o mercado externo, produziu bons lucros e permitiu a expansão da pecuária bovina.

Dessa maneira as fazendas de gado passaram a ocupar regiões maiores, reduzindo a plantação de cereais e provocando a queda do número de empregos no campo. Os proprietários mais pobres foram sendo desalojados das regiões mais baixas, planas e férteis, e empurrados para as regiões mais altas (pré-alpinas), de solos mais fracos e de baixa fertilidade. Aos poucos, esses agricultores foram substituindo os cereais pelo plantio da batata, que melhor se adaptava à essas condições. Criaram-se assim níveis de diferenciação sócio-econômica bastante acentuados entre pecuaristas e agricultores. Enquanto os primeiros aumentavam o seu capital e o seu patrimônio em terras, os segundos, viam diminuir suas propriedades e seus rendimentos, reduzidos a um mercado local, sem perspectivas de crescimento.

Com relação à indústria caseira, apesar de suas adaptações aos novos tempos, era limitada e não conseguia absorver os excedentes de mão-de-obra, pessoas marginalizadas pelo crescimento da pecuária. O forte dessa indústria caseira era a produção gráfica, mas a sua

expansão dependia de mercados, e estes, ficavam distantes, encarecendo os transportes.

A população da Suíça em 1850 era de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes; destes, 42% viviam nas zonas rurais, em aldeias com menos de 1.000 habitantes; 52% viviam em burgos com menos de 10.000 habitantes e apenas 6% em cidades com mais de 10.000 habitantes. (19) Esses dados permitem que se conclua que mais da metade da população dependia, de alguma forma, dos trabalhos na agricultura. Para isso precisavam possuir um pedaço de terra, ou arrendá-la, ou, na pior das hipóteses, empregar-se numa fazenda. Restavam ainda algumas soluções para a classe trabalhadora, que efetivamente não chegaram a solucionar de vez a questão social da pobreza que assolou a Suíça nesse período de transição para o capitalismo: trabalhar nas indústrias caseiras, cuja oferta de empregos era limitada; tentar um ofício, como carpinteiro, serralheiro ou outro, também uma opção bastante difícil; partir para outra região ou, finalmente, como derradeira solução, sair do país, tentar realizar o "sonho americano".

A questão da migração interna criou uma série de problemas para os governos das municipalidades: as populações locais passaram a reclamar contra a chegada de pessoas pobres, não havia emprego e moradia, e elas passavam rapidamente à mendicância. Daí a pressão sobre as autoridades para que se criasse uma legislação coibitiva contra a migração, porque os governos já despendiam altas somas de dinheiro no assistencialismo aos pobres.

A nova legislação surgiu com a vitória liberal de 1848 e a Confederação baixou normas gerais para todos os cantões. Liberou-se a migração interna, mas as comunidades foram eximidas de pagar a assistência aos novos pobres que chegassem de outros locais. E aqueles

(19) *idem*, *ibidem*, pg.76

21

que já recebiam ajuda de uma municipalidade, se deixassem o local, a perderiam, sem direito de recuperá-la. Essa nova lei, na prática, não trouxe nenhum benefício aos pobres. E a situação deles agravou-se mais porque a Igreja Católica, que também mantinha um programa de assistencialismo, suspendeu-o, quando o novo governo secularizou conventos e mosteiros, desagradando as autoridades do Vaticano.

Além disso, os itinerantes passaram a ser discriminados nas cidades, apenas tolerados e até hostilizados pela população que não os queria ali; os governos das cidades mais ricas ainda tinham um fundo de assistencialismo, mas só ajudavam aos recém-chegados que tivessem condição de pagar uma taxa de imposto, praticamente eliminando a possibilidade deles permanecerem nessas cidades. A justificativa dessa legislação era de que os governos municipais tinham a obrigação de preservar os cidadãos médios e ricos, que possuíam propriedades e rendas, podiam pagar impostos, evitando assim um empobrecimento geral.

Outras medidas legais baixadas também não trouxeram benefícios à população carente; é bem verdade que algumas leis anacrônicas, como a da prisão por dívidas no arrendamento de terras, foram abolidas, entretanto, "as leis naturais" do mercado concorrencial capitalista, provocaram maior empobrecimento do que melhoria nas condições econômicas do povo. A disputa pela terra passa a apresentar dois lados distintos: de um, alguns grandes fazendeiros enriquecidos aumentam suas propriedades num processo de concentração; de outro, inúmeros pequenos agricultores defrontam-se com a diminuição gradativa de suas terras, pelo parcelamento entre os filhos, e com a perda total delas, vendidas para pagar dívidas.

Mesmo aqueles que possuíam apenas a casa para morar, com um pequeno estábulo e usavam livremente as florestas para criar duas ou três cabeças de gado e para extrair alguma madeira, garantindo parcamente a subsistência, também foram prejudicados, pois a nova

legislação proibiu o livre uso das florestas e, estabeleceu quotas anuais de lenha que cada família poderia cortar.

Essas famílias que não tinham mais terras para plantar, passaram a se defender com o trabalho caseiro, que com o tempo se mostrou insuficiente para o sustento delas, por causa dos baixos rendimentos. Começando a passar fome, a solução era a migração. Com esta só perdiam: desde o assistencialismo que as municipalidades davam, até o direito à quota de lenha para o aquecimento no inverno.

Os pequenos agricultores, com a diminuição de suas terras, passaram a procurar mais o trabalho caseiro, mas a indústria gráfica, a principal empregadora, tinha uma capacidade de absorção limitada, restando como única solução para eles a venda da propriedade. Ainda poderiam se empregar como jornaleiros nas grandes fazendas, entretanto, também esta opção, na década de 1840 se inviabilizara, pelo grande aumento da procura e a diminuição da oferta, causada pelo processo de racionalização do trabalho na agricultura e na pecuária.

Outra categoria que também diminuiu seus ganhos foi a dos profissionais independentes, pedreiros, marceneiros, pintores, ferramenteiros e outros; com o empobrecimento geral da sociedade, as oportunidades de trabalho minguaram. Por isso, muitos desses artesãos também engrossaram as fileiras dos migrantes e emigrantes.

Esse processo de mudanças influiu também nos negócios públicos; as municipalidades e os governos cantonais das regiões não industrializadas tiveram suas despesas aumentadas com tarefas de infra-estrutura e assistencialismo, ao mesmo tempo em que não havia meios de aumentar a arrecadação dos impostos. Na verdade, os cidadãos que poderiam contribuir com mais impostos, passaram a guardar seu dinheiro, preservando-se de futuros dissabores.

Segundo Ziegler, "as estatísticas do século XIX para a Suíça são pouco precisas. Alguns municípios mostravam até 50% de pobres,

outros praticamente não tinham nenhum. Eis alguns exemplos:— Cantão de Bern, em 1846, 8,3% ; Cantão de Zurich, entre 1833-1854, variou de 3 a 4,8%." (20) A autora não aponta dados sobre os cantões agropecuários, os mais pobres. Os dois acima citados passavam por um processo de industrialização e recebiam um número considerável de retirantes; estes, provavelmente, eram os responsáveis pelos percentuais de pobreza indicados nas estatísticas.

O crescimento da indústria na Suíça, durante o século XIX propiciou o surgimento de uma burguesia típica, com traços diferenciados de suas congêneres da Inglaterra e França, por exemplo. Enquanto aquela investia internamente apenas, estas, lançaram-se com seus capitais à corrida colonialista. Os pioneiros suíços dos empreendimentos industriais e financeiros eram oriundos de uma classe média, que passaram por um longo aprendizado em viagens pelo exterior, especializando-se tecnicamente. Os capitais necessários às empresas e bancos foram retirados das fortunas das próprias famílias, tradição que existia não só na Suíça. A formação de sociedades anônimas aconteceram tardiamente, comparando-se com outros países europeus.

No seio dessa burguesia havia uma divisão clara de princípios, quanto ao caminho a seguir dentro das tendências do capitalismo no século XIX. Numa ponta, mais extremista, despontavam os defensores do livre-cambismo e da concorrência em escala mundial; o outro grupo achava que a audácia nem sempre era a melhor estratégia, e os taxava de aventureiros. Na outra ponta, os mais moderados, sensatos e frios, pregavam um desenvolvimento da indústria nacional responsável e até cartelizado, ao abrigo do protecionismo. Havia ainda os mais conservadores, encastelados no alto dos cantões tradicionais, que representavam o freio para um desenvolvimento mais acelerado da industrialização. Talvez pela influência do cristianismo, ou da

(20) ZIEGLER, B., op.cit., pg.83-84

tradição cultural provincial, essa camada da burguesia era avessa às mudanças, mas nem por isso, deixava de aumentar suas riquezas, provenientes não só dos seus empreendimentos, mas também das benesses dos órgãos públicos.

Por volta do final do século, a burguesia era representada por menos de cem mil pessoas, atestando transformações próprias do avanço do capitalismo: concentrara-se a renda, grande parte da população fora proletarizada e diminuíra sensivelmente o número de camponeses. As estatísticas, ainda que falhas, nos dão uma idéia aproximada dessa situação: na mesma época, o número de operários atingia perto de um milhão, enquanto que o de camponeses chegava a apenas duzentos mil. (21) A relação no começo do século era proporcionalmente inversa.

(21) Nouvelle Histoire ... op.cit. ps.77

2 - A SOLUÇÃO EMIGRATÓRIA

A Suíça, como de resto a Europa, no século passado, assistiu de tempos em tempos, crises de produção agrícola; assim aconteceu em 1816/17, em 1832/34 e de 1845 a 1855. Esta última foi gerada por uma praga na cultura da batata, que levou milhares de pessoas à fome. Essa problemática sócio-econômica inviabilizou as políticas cantonais descentralizadas, provocando a revolta de 1847/48, da qual surgiu a Confederação Hevética unificada.

Nesses momentos de crise, quando pequenos proprietários de terra, artesãos e trabalhadores na indústria caseira, perderam todas as possibilidades de trabalho e, mesmo a proletarização não aconteceu pela exigüidade do número de empregos oferecidos pelas indústrias, restou a solução de deixar o país, o que foi comum na Suíça desde a primeira crise de 1816/17. Os EUA representou o país preferencial e a emigração nesses períodos críticos alcançou os níveis mais altos. E os maiores contingentes partiram exatamente das regiões de maior pobreza, sobretudo dos cantões alpinos e pré-alpinos. São eles: Fribourg, Glarus, Graubünden, Obwalden, Schaffhausen, Schwyz e Tessin.

Como assinala Warren Dean, "essas colheitas malogradas levaram a fome à Europa Central obrigando a emigrar não apenas os que não tinham terras como os pequenos proprietários - às vezes vilas inteiras - compradas por nobres com o dinheiro que haviam recebido pela extinção dos seus feudos. Em outros lugares, como na Suíça, a emigração fora forçada pelo rápido aumento na população entre os pequenos proprietários, que não podiam mais subdividir as terras. O recenseamento de 1850 registra que dez mil dos noventa mil do Cantão de Graubünden emigraram definitivamente". (22)

(22) DEAN, Warren, *op.cit.*, pg. 113.

A questão da pobreza na sociedade foi, sem dúvida, o acelerador da emigração suíça. Senão, vejamos: "Provocado pelo ritmo demográfico, pela raridade de recursos naturais e pelo aumento insuficiente do número de empregos, o pauperismo atingiu seu auge durante a segunda metade do século dezanove, na medida em que se acelerou o crescimento das cidades". (23)

Certamente as autoridades públicas buscavam soluções: além da assistência prestada em dinheiro e comida, mantinham "casas especiais" para pobres e desempregados, que controlavam a entrada e saída deles dos municípios e cantões. Uma estatística para o ano de 1890 apontava que nos cantões que formavam a confederação havia 119.000 assistidos que consumiam 19 milhões de francos anuais dos cofres públicos. (24)

Com as mudanças introduzidas depois de 1848, a própria concepção de pobreza eticamente passou a ter outra justificativa; anteriormente ela era um mal natural, depois passou a ser um defeito dos homens. Tornavam-se pobres aqueles incapazes de vencer dentro da concorrência capitalista, ao mesmo tempo, desprezados por aqueles que mantinham seu status. A pobreza tornou-se sinônimo de fraqueza pessoal e sinônimo dos vícios, como o alcoolismo.

As discussões em torno do tema emigração ganharam esferas políticas como problema prioritário, e as autoridades públicas passaram a ver nela algo como uma válvula de escape que poderia impedir a explosão do caldeirão social.

Nos últimos anos da década de 1840, a atividade febril dos agentes, recrutando pessoas como mercadoria de exportação e praticando uma série de irregularidades, provocou intervenções de autoridades cantonais. Mas a supervisão foi mínima e as medidas muito tímidas para

(23) Nouvelle Histoire ... op.cit. pg.79

(24) idem, ibidem, pg.79.

coibir os abusos. Na prática, as próprias autoridades municipais estavam comprometidas em livrar as suas cidades dos pobres e "índesejáveis".

Muitos cantões não tinham controle sobre os municípios na questão emigratória. Assim, os municípios forçavam a saída dos pobres, adiantando-lhes dinheiro para pagamento da passagem. Conta-nos Beatrice Ziegler que, "mesmo num cantão conservador como Fribourg, em que era grande a autoridade cantonal, os municípios desobedeciam as regulamentações. Em outros, onde o governo do cantão estava muito ligado politicamente aos municípios, a ação deste era facilitada. Em Obwalden, por exemplo, o governo cantonal era praticamente o mesmo dos municípios e aí a expulsão dos pobres era institucionalizada." (25)

Parece claro que não havia uma política de emigração a nível nacional. A constituição de 1848 não regulamentou essa questão, ficando para cada cantão criar uma legislação própria que atendesse ao interesse público. No final dos anos de 1840, quando a fome se agravou e muitas famílias passaram a depender de assistência e outras mendigavam, crescendo a tensão social, ao mesmo tempo que se agravava a situação das finanças públicas, os governos municipais passaram a estimular a emigração, como solução para esses problemas.

Diminuir a população pobre e livrando-se também de improdutivos, alcoólatras, vagabundos, prostitutas e mães solteiras, resolvia temporariamente essa questão social. Mas essa prática política era constrangedora, na medida em que cidadãos estavam sendo rejeitados e até expulsos de sua pátria. As autoridades municipais, quando o tema suscitava polêmicas, justificavam-se alegando que a ajuda financeira aos emigrantes era feita apenas uma vez, a título de empréstimo, o qual seria devolvido ao cabo de alguns anos, com os

(25) ZIEGLER, B., *op.cit.*, pg.91.

devidos juros, enquanto que o assistencialismo aos pobres era contínuo e dispendioso.

Mais humilhante era a chantagem a que se submetiam boa parte das famílias que pretendiam emigrar: eram forçadas a aceitar uma "pessoa anexa" (um pobre ou mendigo sem família), responsabilizando-se por seu débito. Às vezes eram forçadas também a trazer parentes improdutivos (normalmente velhos) que já estavam em asilos e davam despesa ao município. Nada dignificantes foram essas atitudes do poder público municipal, entretanto, contavam com a complacência dos cidadãos de classe média, que desprezavam os pobres. Na verdade, muita coisa foi camuflada, as autoridades procuraram esconder do público os reais gastos com a emigração, mesmo porque também havia interesses particulares em jogo, tanto de funcionários, quanto dos agentes de emigração.

Em alguma documentação que não foi destruída, a autora levantou bons exemplos da atuação ativa dos municípios na questão emigratória: "Leonard Geiger era um homem forte mas tinha uma mulher fraca e um filho praticamente aleijado e além do mais era muito pobre. Assim, era do nosso interesse mandá-lo para a América." "Fridolin Geiger e Samuel Blumer eram ambos jovens, muito pobres, tinham um filho cada um, mas era de se esperar que ambos teriam dentro de alguns anos, numerosa prole, portanto, dariam muito ônus ao governo. Tanto que lhes demos uma subvenção maior, além da normal por lei." (Arquivo Cantonal de Glarus - 1852). (26)

Relativamente à legislação, nesse período houve ao menos uma tentativa de se organizar a emigração a nível nacional: o Cantão de Aargau, atingido pela pobreza, em acordo com o Cantão de Bern, mais rico e industrializado, mas enfrentando também o espetáculo da pobreza, por ser um centro de atração de migrantes, tentou convencer

(26) Citado em ZIEGLER, B., op.cit., pg.141.

as autoridades políticas da Confederação a criar uma regulamentação geral para a questão e ajudar financeiramente. Nada foi conseguido, a não ser a promessa de contatos com a embaixada dos EUA para facilitar a entrada dos imigrantes suíços. Dessa maneira, as decisões continuaram a ser tomadas a nível dos cantões, mas na prática, os municípios é que realmente definiam a questão.

Em 1852, o governo do Cantão de Bern baixou um decreto regulamentando as atividades dos agentes de emigração. Obrigava-os a ter uma carta permissionária, concedida mediante um depósito de caução, que preservava os municípios de possíveis prejuízos, já que os agentes eram os responsáveis pela devolução dos adiantamentos feitos aos emigrantes. Esse decreto também regulamentava o que já era uma prática corrente, ou seja, que a emigração ficasse sob a responsabilidade dos municípios. Outros cantões passaram a adotar essas práticas, não ocorrendo daí para a frente nenhuma outra discussão importante sobre o tema. (27)

Para caracterizarmos com mais precisão o problema da pobreza na sociedade suíça é preciso lembrar que essa sociedade, defendendo princípios racionalistas do capitalismo, aprofundava a tese de que a pobreza seria produto de falhas pessoais. Ao mesmo tempo, o atingido sofria uma forte pressão psicológica, na medida em que se sentia diminuído, desprezado, abandonado e sem consideração dos que o cercavam, desde o vizinho, passando pelo padeiro, pelo taberneiro até chegar à autoridade municipal. Daí, o desejo de emigrar. Duas cartas de emigrantes exemplificam essa situação: ...“éramos na pátria gente pobre, sem excessão, e mesmo que o nosso município tenha feito muito para aliviar nossa situação, tínhamos que admitir que nos sentimos rebaixados diante de nosso governo e nossos concidadãos, mal conseguíamos satisfazer nossas necessidades mais prementes, e mesmo

(27) ZIEGLER, B., *op.cit.*, pg.128.

que admitámos que a culpa não era do governo"... - J. Murbach - 01-06-1854 - Colônia Biri - Brasil (Arquivo Cantonal de Schaffhausen). (28)

Vejamos outra carta: ... "Vocês escreveram para eu voltar para minha pátria, mas ainda não sabem o que me expulsou de lá. Foram muito feias as palavras que os nossos expressaram sobre a gente. É culpa nossa que tínhamos que vender nossas coisas? Eles falavam que o município ainda tinha que sustentar a gente e que íamos para o asilo. Isso doeu mais do que as mais fortes dores." F. Grimm, Colônia Mucuri, Brasil, 07-07-1857. (arquivo Central de Bern). (29)

Excluindo-se a evidente carga emocional que elas trazem, essas cartas exprimem um pouco da amargura e também da revolta que os imigrantes suíços sentiam com relação ao governo e aos cidadãos da pátria que deixaram.

As partidas acontecidas na primeira metade do século dezenove não foram devidamente recenseadas; de 1850 em diante, os municípios passaram a registrar as saídas dos cidadãos, porque uma lei da confederação obrigava estes a comunicar ao cartório do município, quando da mudança para outra região, outra cidade ou para o exterior.

Nos autores consultados, duas estatísticas nos informaram sobre o assunto: "De 1850 a 1888 mais de 200 mil suíços mudaram de horizonte e de condição". (30) A informação é de número aproximado e não especifica o destino dos emigrantes. A seguinte é mais precisa e nos informa os números relativos à América: "O papel eminente do continente americano para a emergência de uma nova diáspora hevética é perceptível desde 1880, ano em que J. Durrer recenseou em 108 mil pessoas já estabelecidas na América, das quais menos de 1/5 estão fora dos EUA, ou seja, 11% na Argentina, 4% no Canadá e 2% no Brasil." (31)

(28) Citado em ZIEGLER, B., pg.133.

(29) *idem*, *ibidem*.

(30) Nouvelle Histoire ... *op.cit.*, pg 81.

(31) *idem*, *ibidem* pg. 82.

No final da década de 1850, a questão emigratória tornou-se novamente assunto polêmico entre as autoridades suíças, em grande parte devido às denúncias do caso Ibicaba feitas por Thomaz Davatz e confirmadas em parte pelas investigações do governo suíço. Em vários cantões formaram-se comissões especiais objetivando estudar e dar parecer sobre os financiamentos públicos destinados aos emigrantes. A Comissão do Cantão de Glarus, em 1862, assim opinou: "Temos a convicção de que mesmo nesses dias difíceis, todo homem trabalhador, com suas forças mentais e corporais, pode suprir sua existência se ele não minar seu presente e seu futuro pela sua própria culpa e seus próprios erros. A comissão não julga a emigração como remédio radical para sanar o empobrecimento, mas uma válvula necessária pela qual a sociedade possa livrar-se de uma classe de pobres, e como ela não tem outros meios, deve fazê-lo." (32)

A emigração foi recomendada pela comissão como um meio de se manter a ordem social na medida em que os pobres eram considerados um perigo em potencial e um fator de insegurança social. Mas alguns membros da comissão, rotulados por B. Ziegler de "liberais", achavam que o Estado deveria se preocupar mais com estímulos à industrialização, ao mesmo tempo que condenavam a saída dos pobres, pois acarretava diminuição de mão-de-obra e daí, aumento nos salários.

Apesar da conclusão que ainda considerava a emigração como um remédio eficaz de controle social, a comissão condenou a continuidade do uso do dinheiro público para financiamentos das viagens dos emigrantes.

Os estudos nos quais nos baseamos para a composição deste capítulo não responderam satisfatoriamente a questão que envolveu a proletarização de pequenos agricultores e artesãos na Suíça, no período de transição para o capitalismo, durante o século dezenove.

(32) Citado em ZIEGLER, B., op.cit., pg. 88.

Os fatos, entretanto, nos parecem razoavelmente esclarecedores: a opção dos emigrantes é demonstrativo de uma atitude de resistência da iminente proletarização. Aos camponeses cujas rendas não eram ao menos suficientes para a alimentação da família, poucas saídas restavam; tentar a vida em outra região era difícil e arriscado; as fábricas ofereciam poucos empregos e os salários eram muito baixos. Chegava-se no limite do desespero, que se agravava com a marginalização social.

O processo do desenvolvimento do capitalismo na Suíça, durante o século dezenove, envolveu-se com circunstâncias características da época, que as forças políticas dominantes da sociedade não conseguiram controlar, levando um grande número de famílias a um estado de miserabilidade total. Conjugaram-se acontecimentos como períodos cíclicos de más colheitas, não havendo estoques de alimentos para saciar a fome de todos; acelerou-se o ritmo demográfico, num aumento da população jamais visto em períodos anteriores; adotando uma política de livre-cambismo, o governo prejudicava o desenvolvimento das indústrias nacionais, que não conseguiam concorrer com os produtos ingleses importados. Ao mesmo tempo, essas indústrias tinham dificuldades com fontes de energia para o seu funcionamento.

Assim, podemos concluir que muitos cidadãos suíços não estavam a caminho apenas de uma proletarização, mas iam muito além: estavam condenados a compor um grande exército de maltrapilhos esfomeados semelhante ao que já havia em Londres e Paris e que protagonizavam o "espetáculo da pobreza". (33)

É claro que a emigração importava em riscos até maiores, principalmente para os que vinham para o Brasil, entretanto, ela foi a

(33) Ver estudo sobre o assunto em: BRESCIANI, Maria Stella M. Londres e Paris no século XIX: O Espetáculo da Pobreza - SP, Brasiliense, 1982.

última opção que, na verdade, acabou levando a obter sucesso, mas muitos para a morte, como veremos adiante.

3 - EMIGRAÇÃO PARA SÃO PAULO

O grande agente de emigração na Suíça responsável pela vinda da maior parte dos colonos contratados para trabalhar no sistema de parceria nas lavouras de café em São Paulo, na década de 1850, foi Emil Paravicini. Seu escritório central em Berna funcionou de 1851 a 1857; afirmava ter morado no Brasil, onde conhecera o Senador Vergueiro e seus planos de importar trabalhadores livres para o Brasil.

Montou escritórios com sub-agentes em seis cantões (preferindo os mais pobres, entre eles, Obwalden, onde o próprio Paravicini trabalhou). Além da propaganda difundida pelas agências, utilizava o jornal "Der Kolinist", no qual, além das peças publicitárias, publicava artigos exaltando as vantagens de se trabalhar no Brasil como colono parceiro nas fazendas de café. Mandava publicar também cartas de imigrantes chegadas do Brasil, devidamente "censuradas". Além disso, Paravicini parecia ter muita influência no jornal, talvez fosse até um sócio-proprietário. E entre as autoridades municipais ele circulava com desembaraço. (34)

De acordo com os levantamentos efetuados por Ziegler nos arquivos cantonais, entre os anos de 1853-57 embarcaram para o Brasil, 1.823 imigrantes suíços; destes, 1.604 faziam parte de 322 famílias e, os restantes 219 eram pessoas anexas, aqueles que os governos municipais forçavam as famílias a aceitar, como condição para terem direito ao financiamento das passagens. (35)

Tschudi tratou essa questão com exagero ao afirmar que "grande parte dos imigrantes era constituída de elementos indesejáveis

(34) ZIEGLER, B., *op.cit.*, pg. 103-107.

(35) *idem*, *ibidem*, pg. 119.

e vagabundos, que oneravam os cofres públicos de suas comunas, motivo pelo qual estas resolveram pagar-lhes o preço da passagem sob a forma de adiantamento". (36) Os números mostram que foram apenas pouco mais de 8% do total dos emigrados e não chegavam a uma pessoa por família.

Quando do embarque o chefe dessas famílias declarou a profissão e, pela estatística levantada, parece que não havia necessidade de ser agricultor para emigrar para o Brasil.

Vejamos os números:

PROFISSÃO	NÚMERO
Agricultores	95
Comerciantes de alimentos	6
Construtores civis	18
Artesãos	37
Operários na indústria	3
Mineiros	16
Artesãos de luxo	3
Prestadores de serviços públicos	12
Sem especificação	132
Total	322

Daqueles que não declararam profissão, trinta e seis afirmaram ter alguma experiência na lavoura. (37)

Essa questão das profissões gerou muita discussão entre os envolvidos com imigrantes, pois, após os incidentes de Ibicaba, Vergueiro & filhos reclamaram que eles não sabiam trabalhar na lavoura e alguns era vagabundos e alcoólatras. Outros fazendeiros do sistema de parceria também fizeram a mesma denúncia, o que foi comprovado por Tschudi, quando de sua visita à essas colônias, em 1860. (38) Mas é

(36) TSCHUDI, J. J. von, *op.cit.*, pg. 146.

(37) ZIEGLER, B., *op.cit.* pg. 119 e 126.

(38) TSCHUDI, J. J. von, *op.cit.*, pg. 147-149.

evidente que este não pode ser arrolado como um dos motivos principais do fracasso do sistema.

Esses emigrantes eram oriundos de vários cantões e seu maior número provinha das regiões alpinas e pré-alpinas - as mais pobres. E todas as municipalidades adiantaram dinheiro para financiar a saída deles, prova que as autoridades públicas estavam realmente interessadas em resolver, à sua maneira, a questão social da pobreza.

Tabela dos valores gastos pelos cantões com a emigração:

Cantão	Emigrantes	Valor total dos adiantamentos (fr. suíços)	Gasto médio por pessoa
Aargau	281	26.282,52	93,53
Bern	67	7.616,31	113,67
Fribourg	310	25.472,13	82,16
Glarus	328	72.162,99	220,00
Graubünden	347	90.906,91	261,98
Obwalden	236	37.408,99	158,51
Schaffhausen	141	22.000,00	156,00
Zurich	113	1.818,38	16,10
Totais	1.823	283.668,23	155,60

(39)

Observamos que o Cantão de Zurich, mais rico e industrializado, foi o que menos investiu na emigração. O mais provável é que os financiamentos correram por conta da Cia. Vergueiro.

Observando-se a média do subsídio por pessoa verifica-se que o valor recebido por cada emigrante não era suficiente para pagar o preço de uma passagem de navio para o Brasil, que custava na base de 250 francos suíços. Os dados a seguir esclarecem essa questão: ..."A

família de Nicolau von Zuben gastou de passagem 1.209,10 francos suíços (quatro passagens adultas a 256,80 fr. cada uma e uma meia passagem a 181,90 fr.). Recebeu como adiantamentos: da Municipalidade de Alpnach, Cantão de Obwalden, 1.849,36 fr. e da Vergueiro e Cia., 732,95 fr., num total de 2.582,31 fr., importância essa que se comprometia, pelo contrato, a amortizar no espaço de quatro anos, com o lucro das meias colheitas do seu patrão." (40)

O mesmo autor nos informa que na época (1854) um franco suíço equivalia a 65000 réis e que a família em questão deveria pagar à Vergueiro & Cia., a importância de 645,60 fr. anuais, ou 3:870\$000 réis. Não conseguiram pagar essa importância no tempo previsto. No capítulo seguinte voltaremos a esse assunto.

Essa prática das municipalidades suíças de financiar as despesas de viagens para seus cidadãos, não foi inteiramente abandonada mesmo depois de várias delas terem sofrido prejuízos, porque resolveram, num gesto "caridoso", cancelar os débitos dos imigrantes, dadas as dificuldades destes em ganhar dinheiro no Brasil. Em 1881, quando foi retomada a emigração, outras famílias receberam o financiamento. Em entrevistas colhemos o seguinte depoimento: "Meu avô quando veio da Suíça em 1881, recebeu da municipalidade de Sarnen o financiamento da passagem, que ele só conseguiu pagar depois de sete anos de trabalho". (41)

Outro assunto já discutido foi também confirmado em depoimento. Trata-se da questão do tamanho das propriedades rurais na Suíça, que eram muito pequenas e não produziam o suficiente para sustentar as famílias: "Um dos nossos parentes, Theodoro Bannwart, quando moço na Suíça, procurava ganhar dinheiro para ajudar a família. No verão carregava turistas nas costas pelas montanhas de Giswil e

(40) WEIZINGER, Francisco - Colônia Helvetia no Brasil - SP, Escolas Profissionais Salesianas, 1935, pg. 87.

(41) Entrevista com Leonardo Amstalden, 78 anos, Colônia Helvetia.

ficava entusiasmado com as histórias que ouvia. Queria ir para os EUA para vencer na vida. Mas seu pai e os irmãos achavam melhor o Brasil, onde já se encontravam alguns parentes e amigos." Continua o entrevistado: ... "O pai de Theodoro também procurava outros serviços e durante certa época do ano executava para o governo municipal a tarefa de replantar pinheiros nas encostas das montanhas." (42)

Há uma biografia desse imigrante que aprofunda um pouco mais a discussão sobre o trabalho e a sobrevivência: ... "Assim, Theodoro se tornou guia turístico no Monte Pilatus. Seu patrão, Major Britschgi lhe pagava, durante o verão de 1880, a elevada soma de 70 francos suíços. No verão de 1881, nosso guia melhorou de posto e se tornou carregador de turistas, isto é, ele carregava os estrangeiros que gostavam desse modo de viajar, numa cadeira presa às costas, até uma altura de dois mil cento e trinta e dois metros. Principalmente as damas gostavam de ser carregadas, não só sobre as mãos, mas também às costas. Para essa tarefa tão cansativa, Theodoro recebeu neste verão 110 francos. Como era jovem e alegre e sabia entreter seus turistas com histórias e com cantos (Jodel), muita gratificação lhe era dada, de modo que ele não só se podia trajar bem, mas entregou ao pai, no outono de 1881, a importância de 200 francos."....(43)

Certamente ele se sujeitava a esse humilhante trabalho premido pelas circunstâncias da pobreza e estimulado pelos bons salários que recebia, além da exigüidade de ofertas do mercado.

A emigração suíça para São Paulo apresentou dois momentos distintos, mas a sua motivação principal foi a mesma; tanto no período de 1853-57 quanto no de 1881-1895, os suíços enfrentavam uma vida difícil na sua pátria e buscaram na emigração uma forma de melhorar as suas condições. Isso implica afirmar que passados trinta anos depois

(42) Entrevista com José Carlos Bannwart, 47 anos, Colônia Helvetia.

(43) KELLER, J. - Da vida do fazendeiro Sr. Theodoro Bannwart em Avaré, SP, 1935, trad. Lídia Ming.

da vinda dos colonos para trabalhar no sistema de parceria, pouca coisa tinha mudado na estrutura da sociedade suíça. A questão da pobreza não fora devidamente equacionada, e, se a vinda para São Paulo estancou, o mesmo não aconteceu com relação a outros países (os EUA em especial). O êxodo foi constante como mostramos atrás: nesses trinta anos mais de duzentos mil suíços haviam deixado a pátria.

A emigração da década de 1850 mostrou um trabalho de publicidade bastante efetivo desenvolvido pelo agente Emil Paravicini (responsável por 94 % dos recrutamentos de emigrantes), (44), reforçado pelo apoio financeiro das municipalidades suíças e da Vergueiro & Cia. (o Senador Vergueiro conseguira do governo da Província de São Paulo uma substancial soma de dinheiro para subsidiar as passagens dos imigrantes). E o estado de pobreza geral que se abatera sobre as comunidades rurais suíças, criou as condições para muitos decidirem pela emigração.

Vale lembrar que emigraram não só camponeses sem terra, como cidadãos que tinham profissão (como vimos na estatística), mas não encontravam emprego; emigraram também camponeses que ainda tinham uma pequena propriedade e a venderam, esperando comprar logo outra no Brasil, pois o sistema de parceria, de acordo com as condições que o contrato estipulava, permitia que essas pessoas assim pensassem. Emigraram ainda famílias que não possuíam mais nada, eram os "assistidos" pelas comunas, representavam ônus para os cofres municipais e a saída delas foi um alívio para as autoridades.

Na década de 1880, outros fatores especiais, além da motivação mencionada, serão os responsáveis pela retomada da emigração. Um desses fatores, sem dúvida o principal, foi o incentivo de uma imigrante que voltou, após quase 30 anos de trabalho no Brasil. A adesão de seus familiares (entre eles um padre), outros parentes e

(44) ZIEGLER, B., *op.cit.*, pg. 105.

amigos, foi fundamental para atrair um bom número de novos emigrantes. Um total de 51 famílias com 307 pessoas, a maioria proveniente das cidades de Giswil e Sarnen, do Cantão de Obwalden. (45) Nem todas eram tão pobres como as da década de 1850; algumas pagaram as passagens com seus recursos, outras receberam subsídios das municipalidades, outras, depois de 1884, foram financiadas pelo governo de São Paulo, e ainda tiveram um adiantamento dos fazendeiros paulistas, interessados na contratação de "bons colonos".

Nos capítulos seguintes mostraremos com mais detalhes esses dois períodos da emigração suíça para São Paulo.

(45) ANSTALDEN, Polycarpo, Pe. - Memórias de um filho da Colônia Helvetia no Brasil, SP, Prol Ed., 1989, pg. 46 a 50.

CAPÍTULO II

IMIGRANTES SUÍÇOS NO SISTEMA DE PARCERIA (1853-1857)

Os mais de 1800 suíços que chegaram nesse período para trabalhar como colonos-parceiros nas fazendas de café em São Paulo, foram distribuídos por vinte e duas fazendas, a maior parte delas localizadas nos municípios de Limeira, Rio Claro, Piracicaba e Jundiaí. As fazendas do Senador Vergueiro acolheram o maior número deles.

Como salientamos na introdução, o sistema fracassou por vários motivos; a situação dos colonos tornou-se difícil; alguns poucos conseguiram voltar à pátria, outros mudaram-se para as cidades vizinhas depois de resgatadas as dívidas com o fazendeiro, para trabalhar em profissões que já conheciam: como marceneiros, como ferreiros, como seleiros e outros ofícios. Alguns fugiram das fazendas e desapareceram.

Nossa proposta nesse capítulo não pretende tratar amplamente do tema; vamos concentrar a explanação sobre um grupo específico de 26 famílias do Cantão de Obwalden, que foram contratados pelo Barão de Jundiaí para trabalhar na fazenda Sítio Grande.

Antonio de Queiroz Teles (o Barão de Jundiaí), (46), grande fazendeiro em Jundiaí, entusiasmado com a experiência do sistema de parceria com trabalhadores livres estrangeiros, iniciada pelo Senador Vergueiro, recontratou deste, em 1854, cento e cinquenta e sete colonos colonos suíços, pagando pelas suas passagens mais de 21 contos de réis, conforme já citamos. Entretanto, quando os colonos chegaram à fazenda, o seu número já havia diminuído bastante: trinta e cinco, na maioria crianças, morreram em alto-mar, durante a longa travessia de sessenta e dois dias, de Hamburgo até Santos, não suportando as péssimas condições da viagem (superlotação do navio, falta de higiene e de instalações adequadas e má alimentação). E logo nas primeiras semanas em Sítio Grande, sucumbiram mais trinta e uma pessoas por moléstias contraídas na viagem ou na própria fazenda.

A caminhada de Santos até Jundiaí, por quarenta dias, serra acima, fora muito desgastante, a pé, em carroças e a cavalo, sempre com alimentação deficiente, muitas vezes não tendo alojamento para passar as noites. (47) Certamente esses motivos facilitaram a contração de doenças que, devido à falta de médicos e remédios, dizimaram tantas vidas.

Ao chegar à fazenda os imigrantes tiveram vários dissabores: o primeiro deles foi um acréscimo de despesas às suas dívidas de passagens e alimentação até aquele momento (afinal já tinham se passado mais de quatro meses que haviam deixado Obwalden - segundo nos informa D. Polycarpo, a viagem durou cento e vinte e dois dias no

(46) Antonio de Queiroz Teles nasceu em Jundiaí em 1789, herdando do pai uma grande propriedade, o latifúndio denominado Sítio Grande. Desenvolveu nessa fazenda com grande número de escravos, uma extensa plantação de cana-de-açúcar até por volta de 1854, quando iniciou a experiência com o café, que aos poucos foi substituindo a cana. Com sua condição financeira privilegiada, muito jovem ingressou na carreira política, exercendo os cargos de juiz de paz, vereador, presidente da câmara municipal, eleitor paroquial, delegado de polícia, deputado e presidente da assembleia Provincial. Durante a Guerra do Paraguai forneceu polpudos donativos ao governo e criou um posto de recrutamento de soldados em Jundiaí, a cada "voluntário" pagou a quantia de 100\$000 réis. Por essas ações "beneméritas" ao governo e à cidade, a qual fora elevada à essa categoria em 1865, pela sua influência, o rico fazendeiro foi agraciado pelo imperador com título de Barão de Jundiaí, em agosto de 1870. Jundiaí, Ed. Histórica - Direção de Alceu de Toledo Pontes, SP, Edições Comemorativas Ltda., 1974.

(47) AMSTALDEN, P. Pe., op.cit., pg. 21.

total). Compraram alimentos, querosene e alguns utensílios no armazém da fazenda, que deveriam pagar com os rendimentos da parceria.

Os imigrantes de um modo geral, resgataram integralmente todas as despesas, acrescidas dos devidos juros, de 6 % ao ano. Mas, certamente houve excessões: algumas famílias, depois de anos de trabalho com poucos rendimentos e pela morte de alguns membros, desanimaram e acabaram abandonando a fazenda.

O reembolso não ocorreu da forma prevista em contrato. O exemplo que mostramos atrás da família de Nicolau von Zuben, é bastante ilustrativo: conforme combinado previamente na assinatura do contrato, ele deveria pagar 645,50 francos suíços por ano (3:870\$000 réis ao câmbio da época) para resgatar os adiantamentos da Municipalidade de Alpnach e da Vergueiro & Cia. Entretanto, esse resgate que deveria acontecer em quatro anos, só foi inteiramente liquidado em dezessete anos. (48)

A questão de que o contrato de parceria era incapaz de permitir que os trabalhadores ganhassem o suficiente para liquidar as dívidas, tem sido apontado como principal razão do fracasso do sistema. (49)

Os autores citados, tanto os que estiveram presentes nas fazendas em inspeções oficiais, quanto os historiadores que estudaram o sistema de parceria levantando as despesas, os ônus e os juros que recaíam sobre o colono, além das manipulações de peso, de preços e de câmbio por parte do fazendeiro, concluíram que as receitas anuais não eram suficientes para saldar esses débitos, a não ser num prazo muito longo.

(48) *idem*, *ibidem*, pg. 24.

(49) VIOTTI DA COSTA, E., *op.cit.* pg. 100-105. - NUNES, Sebastião Machado: Relatório, 1859, transcrito em MORAES, João P. Carvalho de, pg. 16-17: Relatório apresentado ao Min. Agric. Com. e Obras Públ., RJ, Typ. Nacional, 1875. - TSCHUDI, J.J. von. *op.cit.*, pg. 137 - (Este autor atribui o fracasso do sistema, em parte, à má qualidade do imigrante).

Entretanto, Warren Dean, analisando tabelas e estimativas, afirmou que "vários indícios dispersos a respeito das despesas e dos ganhos dos trabalhadores comprovam que uma família típica seria capaz de ficar livre da dívida dentro de um período razoável." (50) Por uma família típica o autor entende uma família de cinco pessoas e, por um período razoável, três a sete anos. Os cálculos apresentados por Dean, apesar de compilados em testemunhas de pessoas que conviveram com o sistema de parceria (Thomaz Davatz e Nicolau Vergueiro), e, em um autor que estudou a emigração no período (Charles Expilly), não encontram sustentação na realidade da vida dos colonos-parceiros. Mesmo um autor conservador como von Tschudi (que criticava governos municipais da Suíça, que se aproveitavam da propaganda de Vergueiro pela emigração, financiando e mandando para o Brasil, pessoas desqualificadas para o trabalho agrícola), comprovou que poucos imigrantes conseguiram se livrar das dívidas naquele prazo razoável. Quando de sua visita à fazenda Sítio Grande em 1860, constatou que apenas duas das 60 famílias da colônia haviam se livrado das dívidas, após sete anos de trabalho e que outras sete estavam em vias de fazê-lo, provavelmente com a safra seguinte. Na opinião do autor, os colonos estavam bem na fazenda, só faziam queixas das taxas impostas pelo Sr. Vergueiro e dos pesados adiantamentos das comunas suíças. (51)

E a trajetória da família von Zuben é um fato incontestável que comprova o equívoco de Warren Dean nos seus cálculos otimistas.

Ainda sobre essa questão do tempo gasto para saldar dívidas, afirma D. Polycarpo em seu livro que "...outros seis chefes de famílias: Sigríst, Wolf, Ifanger, Fanger, Britschgi e Jacober só ao cabo de vinte anos de sacrifícios e de muita tenacidade na luta

(50) DEAN, W., op.cit., pg. 108 - Estimativas em DAVATZ, T., op.cit., pg. 95.

(51) TSCHUDI, J. J. von, op.cit., pg. 152-53.

conseguiram, também, o mesmo objetivo".(52) Nas entrevistas com descendentes, eles foram unânimes em considerar que todas as famílias que contraíram empréstimos semelhantes aos dos von Zuben, demoraram também muitos anos para se ver livres deles. Dean também não considerou nos seus cálculos as dívidas que os imigrantes tinham com as comunas suíças, que pesavam muito no cômputo final das despesas. Tschudi nos relata que algumas comunas acabaram perdendo em parte ou na totalidade esses débitos, entretanto, de maneira inescrupulosa, José Vergueiro continuou recebendo o dinheiro dos colonos, não lhes comunicando o fato. (Vergueiro também recebia de outros fazendeiros, aos quais havia cedido colonos). (53)

A não ser as famílias citadas, não conseguimos notícias a respeito das outras dezenove restantes. Parece que aos poucos foram se desligando do grupo de Sítio Grande, aventurando-se em algum modo de vida menos escravizante; penetraram pelo interior de São Paulo e, aos poucos foram assimilados integrando-se ao povo brasileiro. Outros morreram não deixando descendentes e uns poucos retornaram à terra natal.

Além do problema das dívidas, outras causas, ainda não devidamente estudadas, parecem ter contribuído para o fracasso da experiência do trabalho livre no sistema de parceria. São razões de cunho social e cultural: o isolamento dos suíços em Sítio Grande (um dia de caminhada a pé e quatro horas a cavalo para chegar a Jundiá) criava uma situação psicológica de desamparo e abandono. A inexistência de escola relegava seus filhos ao analfabetismo; a falta de um padre, num meio onde todos eram católicos, criava momentos de angústia e dúvidas, que alquebrava até os mais fervorosos. Não apenas

(52) AMSTALDEN, P. Pe., op.cit. pg. 25.

(53) TSCHUDI, J. J. von, op.cit. pg. 144-5.

no aspecto religioso a figura do sacerdote era fundamental, também seria de muita utilidade como elemento aglutinador entre os colonos.

No mesmo período em que ocorria a experiência de parceria em São Paulo, onde os colonos enfrentavam toda sorte de problemas, nas colônias agrícolas do sul do país, imigrantes alemães, apesar de trabalharem suas próprias terras, viviam uma situação semelhante: "Problemas sérios causavam o isolamento em que se encontravam os núcleos coloniais, dificultando o acesso à igreja, à escola, à justiça e ao médico, sem falar das dificuldades de comercialização de seus produtos... Depois de vencidas as dificuldades dos primeiros anos de pioneirismo, os colonos encontravam formas associativas para garantir a vinda de um padre ou pastor, de um professor e de um médico". (54) Foi esse espírito associativo que os suíços de Sítio Grande não conseguiram desenvolver, não organizando nenhuma forma de vida comunitária. O próprio sistema de trabalho no cafezal, de certa forma, também contribuía para esse isolamento, na medida em que cada família, responsável por um determinado lote, dedicava-se de corpo e alma à tarefa para garantir uma boa produção, não sobrando tempo para o relacionamento social. Dessa forma, também os traços culturais foram sendo esquecidos.

As choças onde moravam também não ofereciam nenhum conforto; um só cômodo, com paredes de barro, cobertas de sapé, o chão de terra pisada, com uma porta e uma janela, sem nenhum móvel. Apesar da situação de pobreza em que viviam na Suíça, lá suas casas eram melhores, construídas de pedra ou de madeira, com piso também de madeira, o que possibilitava maior conforto e aquecimento. Era com pesar que vendiam suas casas ao se decidir pela emigração. E ao chegar ao Brasil, país estranho, de língua e costumes diferentes, com clima

(54) PETRONE, Maria Thereza S. - "O imigrante e a pequena propriedade", SP, Brasiliense, 1982, Col. Tudo é História, vol. 38, pg. 74.

tropical, sentiam-se chocados, e qualquer casa, a princípio, parecia ruim e desconfortável. E realmente assim eram as que lhe foram oferecidas... E apesar das dificuldades de alimentação nos primeiros tempos, logo se adaptaram aproveitando da fartura de cereais, batatas, hortaliças, da caça e da pesca. Outra dificuldade era a questão da saúde; precisavam se arranjar com a medicina caseira: chás, unguentos, benzeduras eram os únicos remédios disponíveis.

Pelo relato que Warren Dean faz sobre as fazendas do Senador Vergueiro, parece-nos que lá os colonos encontraram, em alguns aspectos, uma estrutura mais organizada, pois, ...“um médico alemão morador de Rio Claro foi contratado, e cada família devia pagar por ano seis mil-réis pelos seus serviços. Um dos imigrantes recebia um pagamento, para o qual os pais contribuíam, para ensinar as primeiras letras às crianças”... (55)

O fato é que aliando-se todos os problemas do contrato de parceria, com as precárias condições de vida, conseguimos, até certo ponto, entender porque tanta gente desapareceu: das vinte e seis famílias chegadas a Sítio Grande, em 1854, restavam apenas sete quando novos imigrantes chegaram em 1881. E, apesar de terem sido procuradas mais tarde pelo novo grupo, nunca mais se soube delas.

Examinamos algumas cartas escritas em 1877 por um imigrante solitário, chamado José Amstalden, sobrinho da família von Zuben, que veio ao Brasil nesse ano à procura dos parentes. Há bastante entusiasmo em seu relato com as condições de vida dos seus parentes e demais colonos. Seu primo Antonio von Zuben já havia conseguido guardar um pouco de dinheiro e fazia planos de comprar um pedaço de terra. As dívidas estavam liquidadas, os colonos trabalhavam com outro tipo de contrato, recebendo um salário variável pela colheita, podendo também criar porcos e galinhas e cultivar uma pequena horta. A neta de

(55) DEAN, W., *op.cit.*, pg. 34.

Antonio von Zuben, em entrevista já citada, confirmou essas informações, acrescentando mais que seu avô ocupou na fazenda Sítio Grande o cargo de feitor, o que lhe proporcionava um salário melhor.

Dois acontecimentos comprovam que as famílias haviam conseguido acumular alguma poupança: os von Zuben e os Sigrist compraram sítios na região de Louveira, provavelmente em fins da década de 1870, vivendo já da sua própria lavoura. E, em meados de 1880, a viúva Ana Maria Amstalden von Zuben junto com outros sete antigos imigrantes, embarcaram para a Suíça. Conta-nos o venerando D. Polycarpo em seu livro de memórias:

"A notícia dessa chegada espalhou-se por todos os montes e vales da terra de São Nicolau de Flüe! Ao ouvir tal anúncio foi grande o espanto daquela mesma gente que nos últimos decênios havia sido alarmada pela antipropaganda emigratória para a Província de São Paulo, no Brasil, desencadeada pelo mestre-escola Thomaz Davatz, por meio de seu livro intitulado 'Die Kolonisten der Proviz São Paulo in Brasilien'. Agora, diante desta notícia, o povo simples dos vales e encostas de Obwalden começava a entender os dois fenômenos realmente ocorridos! De um lado, o malogro de centenas de colonos patrícios, emigrados para aquela província, naquela mesma época, contratados segundo o mesmo sistema de parceria, estabelecidos em Rio Claro, e, de outro lado, o êxito de um grupo de gente da mesma raça que retorna à sua terra natal não como repatriados, à semelhança de Davatz e família, mas voluntariamente, como antigos emigrantes que

vêm contar aos conterrâneos como eles se realizaram no Brasil! A simples presença destes representantes de colonos veteranos de Sítio Grande viria, ao mesmo tempo, confirmar o motivo da antipropaganda de Davatz e desmentí-lo. Enquanto, de um lado, muitos deles também haviam malogrado, por vários motivos, por outro, o simples fato de sua presença na Suíça era a prova evidente do bom resultado conseguido por gente que soube poupar o vintém para com ele juntar centenas de mil-réis"... (56)

Por essa memória e pelos depoimentos dos entrevistados, ficou claro que a intenção dos retornados era não permanecer na Suíça. A viúva von Zuben, em cartas anteriores manifestara a idéia de trazer para o Brasil seu irmão mais novo, o Padre Nicolau Amstalden. Dizia ela da falta de um sacerdote na fazenda para atender as necessidades espirituais do grupo e servir também como professor dos filhos que estavam crescendo analfabetos.

As cartas, entretanto, não conseguiam convencer seu irmão, que já contava à época, cinquenta anos de idade e estava por demais envolvido nas funções de pároco da aldeia de Sarnen. Assim, a viagem de retorno tornou-se necessária, mas ao mesmo tempo, plena de emoções para a viúva von Zuben, que há vinte e seis anos deixara sua pátria. É provável também que Francisco de Queiroz Teles (filho do Barão de Jundiáí, que nessa época já dirigia a fazenda, herdada do pai) tenha demonstrado interesse em que a viúva trouxesse outros parentes para trabalhar como colonos, num momento de dificuldades com a mão-de-obra escrava. Mais tarde, em 1887, ele financiou a viagem de outro colono suíço com esse objetivo.

(56) AMSTALDEN, P. Pe., op.cit., pg. 34.

Com a presença da irmã e, diante dos seus relatos, de um lado, apreensivos e preocupantes, relativamente ao desamparo espiritual e cultural dos imigrantes no Brasil e, de outro lado, entusiasmados e otimistas sobre as possibilidades de ascensão econômica, o capelão, consultando seu diretor espiritual, foi encorajado a solicitar ao Bispo Diocesano licença para desligar-se da paróquia de Sarnen e pedir-lhe uma carta de recomendação à autoridade eclesiástica de Jundiaí. Vejamos alguns trechos dessa carta, reveladores das intenções de sua irmã:

"...Em maio do ano passado minha irmã deixou em Jundiaí seus filhos e netos, chegando no dia 21 de junho a Sarnen, a fim de tratar de negócios dela; veio expressamente, também, para falar comigo, com o propósito de convidar-me para acompanhá-la, como guia espiritual de sua família e cura das almas de todos os moradores católicos de língua alemã, que vivem naquela região. Ela espera que na próxima primavera, eu esteja em Jundiaí. Por esse tempo, seguirão para lá meu irmão, com mulher e sete filhos, indo encontrar os cinco outros filhos, que partiram daqui no outono do ano passado. Com esse novo grupo irão várias famílias de Sarnen e arredores. Creio que serão mais de cem pessoas. Se eu resolver acompanhá-los, posso contar com o vosso beneplácito episcopal?..." Sarnen, 02 de março de 1881. (57)

Ele conseguiu a permissão e a bênção do Senhor Bispo e o aplauso das autoridades cantonais. Embarcou rumo ao Brasil em maio de

(57) *idem*, *ibidem*, citado pelo autor à pg. 40-41.

1881 com sua irmã, mais dez famílias de parentes e conhecidos, num total de cinquenta e cinco pessoas.

CAPÍTULO III

A NOVA IMIGRAÇÃO SUÍÇA - (1881-1887)

A imigração suíça para o Brasil foi retomada na década de 1880, mas para outros países, como os EUA, ela não se interrompera. Houve um fluxo constante de saída, numa média de seis mil pessoas por ano, no período compreendido entre 1850 e 1898. (58).

Esse fato é uma demonstração de que o capitalismo na Europa Central apresentava falhas no seu processo de desenvolvimento, penalizando as camadas menos favorecidas, que, fugindo da proletarização e buscando melhores condições de existência, optavam pela emigração. Assim também aconteceu com o grupo de Obwalden que veio para o Brasil com o capelão e com outras famílias que os seguiram posteriormente.

É claro que no caso destas famílias, o estímulo da viúva von Zuben, somado com a adesão do irmão padre, abriu novas perspectivas com relação ao Brasil. Não só a propaganda negativa no exterior era motivo das restrições sobre o Brasil como país receptor: todas as condições precárias do trabalho na agricultura e a convivência com a escravidão, limitavam extraordinariamente as chances de um progresso econômico e também não criavam expectativas muito boas para a organização de um modo de vida comunitário com o qual os suíços estavam habituados em suas aldeias rurais.

(58) Nouvelle Histoire, op. cit., pg.81.

Ao contrário, nos EUA isso era possível porque "os suíços se integraram facilmente à democracia americana, cujos valores lhes eram familiares, e uma forte propensão à associação lhes assegurou um apoio mútuo ... Em 1893, uma estatística feita entre duzentas e trinta e três sociedades helvéticas nos EUA, constatou que o nacionalismo estava vivo e o bilingüismo desmentia a completa assimilação". (59)

Sobre a hipótese de que Ana Maria von Zuben tenha voltado à Suíça levando a recomendação do seu patrão de trazer alguns patrícios para trabalhar no Brasil, há um comentário a respeito de outro imigrante que viajou expressamente com esse objetivo. José Maria Sigrist, administrador da fazenda Santa Maria, em Santa Cruz das Palmeiras, também de propriedade dos Queiroz Teles, ... "foi à Suíça em nome dos patrões a fim de contratar novos braços fortes e boas cabeças pensantes para os serviços naquela fazenda". (60)

Nesse caso, é certo que o fazendeiro financiou-lhe a viagem, demonstrando ainda total confiança em sua missão. Não era para menos! José Maria Sigrist trabalhava na fazenda desde 1854 e, transformado em agente de imigração, cumpriu seu papel à risca: trouxe sessenta novos colonos, distribuídos entre dez famílias. O patrão poderia contratar italianos que começavam a chegar em grande número, mas preferiu essa fórmula simples, mas eficaz que lhe garantia mão-de-obra laboriosa e barata, escolhida a dedo pelo seu administrador.

Como já enfatizamos, a forte motivação que impeliu essas famílias a deixar o seu país, foi uma questão econômica; muitos estavam a caminho da proletarização, como mostramos no exemplo da família Bannwart. Este exemplo também ilustra o fato: ... "Meu pai possuía uma pequena fábrica de espingardas em Giswil. Os negócios não iam muito bem naqueles anos de crise. Quando um amigo agricultor

(59) *idem*, *ibidem*, pg.82.

(60) AMSTALDEN, P.P., *op.cit.*, pg.4B.

pediu-lhe o aval para um empréstimo, ele não negou. Esse amigo não conseguiu resgatar a dívida, ficando o encargo para meu pai, que também não tinha o dinheiro suficiente e acabou entregando a fábrica ao credor. Viajaram para o Brasil com uma pequena herança de minha mãe". (61)

Entretanto, há um outro documento que contesta a última afirmação do entrevistado. Nele há provas de que a família Ambiel precisou de subsídio da municipalidade de Giswil para cobrir as despesas da viagem. Trata-se de uma carta, datada de 18 de novembro de 1883, escrita pelo curador da aldeia a José Ambiel, respondendo que a liquidação das dívidas contraídas com a comuna não poderia ser resgatada com a transferência de dois terrenos da família para a mesma comuna, porque esses terrenos estavam gravados com um contrato de retro-venda (que garantia direito ao antigo proprietário de recomprá-los), o que dificultava as negociações. Por isso, sugeria que a família remetesse dinheiro.

Há também um contrato de venda de dois terrenos rurais que a família Ambiel possuía na Suíça; o valor recebido no negócio foi inteiramente gasto para pagar hipotecas ao banco e um empréstimo devido a uma pessoa física. (62)

Esses documentos acrescentam a transparência necessária a uma situação interpretada a nível geral, onde afirmávamos, como outros autores já o fizeram, que os camponeses europeus estavam a caminho da proletarização. Os exemplos dessas duas famílias e de muitas outras que emigraram, realmente não refletem tragédias pessoais, como poderia a princípio parecer; refletem na verdade, uma crise estrutural do desenvolvimento do sistema capitalista na Europa Central, na segunda metade do século dezenove.

(61) Entrevista com João Ambiel, cit.

(62) Coleção de documentos particulares de Paulo Ambiel (Col. Helvetia).

E suas conseqüências atingiam principalmente os mais pobres. Na Suíça, os governos cantonais adotaram medidas regulamentadoras, controlando os deslocamentos dos cidadãos, regulando as quantidades de alimento por família, estabelecendo quotas de consumo de lenha para queimar e cobrando altos impostos. Essas restrições levaram as pessoas a reclamar da falta de liberdade e da ausência de perspectivas futuras para suas vidas. Daí para a emigração foi um passo. Em Jundiaí, o imigrante solitário que citamos, apesar do trabalho duro na lavoura, bendizia as novas condições de vida: "...As vezes eu vou pescar e hoje mesmo comi um peixe de meio quilo no almoço. Aqui se é totalmente livre. Não é exigida licença para caçar, os peixes não são contados, nem pesados..." (63) Esse testemunho é bastante eloqüente para ilustrar as condições de vida dos dois países.

Nos anos seguintes chegaram mais famílias suíças, quase todas já contratadas; boa parte ficou em Jundiaí com os Queiroz Teles, algumas em Campinas, na fazenda Quilombo e outras rumaram para Jaií. Poucas famílias vieram espontaneamente, mas mesmo assim porque já tinham algum parente ou conhecido aqui.

Relativamente ao primeiro grupo que acompanhou a viúva Ana Maria, é importante ressaltar que a presença dela foi fundamental na integração dos adventícios à nova sociedade na qual adentraram. Enfrentaram menos dificuldades na língua porque já tinham intérpretes e pessoas que lhes ensinavam o idioma do país; adaptaram-se com rapidez à alimentação, estranharam bastante as moradias (ainda aquelas casinhas de pau-a-pique), mas já não estavam isolados, havia um padre e um embrião de vida comunitária.

O capelão Nicolau Amstalden, por índole e formação, era austero e sisudo, uma característica de personalidade encontrada em muitos suíços; entretanto, outros eram bastante alegres e

(63) Carta de João Amstalden - 1877 - Coleção de documentos particulares de Pe. Polycarpo Amstalden.

comunicativos, gostavam de música e animaram muito o espírito associativo dos colonos. Para esse aspecto contribuiu a ação pastoral do capelão, que numa sala cedida pelo fazendeiro, rezava as missas e desenvolvia aulas de catequese e instrução religiosa. "Aos poucos, este abençoado recinto e o pátio fronteiriço tornaram-se os pontos mais importantes para o encontro dos colonos, onde trocavam idéias e comunicavam novidades entre si. Foi o começo da vivência social no estilo de Obwalden". (64)

Sem dúvida que houve desapontamentos e um certo desânimo para os novos colonos, porque o duro trabalho no cafezal não era bem remunerado: até 1886, apenas 640 réis por alqueire (50 litros) de café colhido, salário que variava conforme a produção. (esta não é uniforme - as cargas boas acontecem a cada dois anos).

O cafezal tinha que ser carpido quatro vezes ao ano e substituídos os cafeeiros fracos ou improdutivos. Por este trabalho a família recebia alojamento na casa de barro e terra suficiente para plantar cereais e hortaliças, além de poder criar uma vaca, porcos e galinhas, o que lhes garantia a alimentação, podendo ainda vender uma possível sobra. (65)

Diversos autores, estudando as relações de trabalho nas fazendas de café, constataram que a renda auferida pelos colonos com essa produção de subsistência, que ajudava na alimentação e criava os animais, permitia alguma economia, mesmo que para isso fosse necessário trabalhar nos fins de semana. (66)

(64) Amstalden, P.Pe., op.cit., pg.155.

(65) Entrevista com João Ambiel e José C. Bannwart, cit.

(66) MARTINS, José de Souza - O Cativo da Terra, SP, Liv. Ed. Ciências Hum., 1981, pg.84-85. (Martins argumenta que as economias conseguidas pelo colono com o plantio de cereais, representava uma duplicação da sua jornada de trabalho e maior exploração de sua força de trabalho). - DEAN, W, op.cit., pg.162-63. - HOLLOWAY, T.H., op.cit., pg.134-35. - ALVIM, Z.M.F., op.cit. pg.112-13. - SALLUM, B.Jr., op.cit., pg.178-79. (Alvim e Sallum ressaltam que a concessão de terras para o plantio de subsistência tornou-se tão importante para os imigrantes que eles passaram a recusar trabalho nas fazendas que não lhes desse esse privilégio, sendo motivo também para uma greve em 1913, na região de Ribeirão Preto, quando os fazendeiros pretendiam parar com essa concessão).

Entretanto, os três primeiros anos para os suíços foram difíceis; não ganharam o suficiente para saldar as dívidas contraídas no armazém da fazenda. A família Bannwart, por exemplo, só no primeiro ano acumulou uma dívida de 1:200\$000 réis, como adiantamento para a compra de mantimentos, peças de vestuário, utensílios de cozinha, ferramentas e outros, sendo possível liquidá-la ao cabo de três anos.

(67)

Para se ter uma idéia dos valores salariais comparativamente à dívida, lembramos que um cafezal bem tratado na época, produzia uma média de trinta alqueires por mil pés. A família Bannwart tinha sob sua responsabilidade sete mil pés, o que lhes proporcionava uma renda média anual de 134\$400 réis (640 réis X 210 alqueires). Realmente o salário era muito baixo e justificava a demora para saldar as dívidas.

A questão do trabalho livre no Brasil, no tocante aos colonos estrangeiros, a princípio era regido pela Lei de Locação de Serviços de 1837 e posteriormente introduziu-se o contrato de parceria. Como esse sistema, por volta de 1860 entrou em desuso pelos inúmeros problemas que gerou entre fazendeiros e trabalhadores, a Câmara Federal iniciou discussões para criar uma nova lei de serviços, menos severa que a de 1837 e mais adaptada às novas relações de trabalho que a prática já estabelecera entre os cafeicultores e colonos, no decorrer da década de 1870. Promulgada em 1879, a nova lei passou a regulamentar os contratos dos imigrantes, entretanto, ela continha falhas (como o artigo que se referia ao contrato mínimo de cinco anos para os colonos), que levaram à sua superação, uma vez que as condições gerais, principalmente da Província de São Paulo, estavam mudando rapidamente e fazendeiros e trabalhadores entendiam-se através de acordos e engajamentos verbais. (68)

(67) KELLER, J., *op.cit.*, pg.5.

(68) LAHOUNIER, H.L., *op.cit.*, pg.94-105 - Sallum, B.Jr., *op.cit.*, pg 86 89 - HOLLOWAY, T.H., *op.cit.*, pg.64-66.

A respeito da remuneração dos colonos, em geral os estudos mostram que no regime de colonato, os trabalhadores recebiam um valor fixo pelo tratamento do café e outro variável pela colheita. - Brasílio Sallum Jr. denomina essa forma de contrato misto, embora admita também que depois de 1870, alguns fazendeiros adotaram o contrato simples, que estabelecia o pagamento apenas pela quantidade de café colhido. Independente da forma de contrato, eles eram firmados por tempo indeterminado, já que a maior parte dos imigrantes tinha dívidas a saldar com os fazendeiros. (69)

Com os colonos suíços ocorreu o seguinte: de 1881 a 1887 trabalharam com contratos simples, recebendo apenas pela colheita do café, com direito a um pedaço de terra para plantar e casa para morar, sem nenhum aluguel. Quanto ao prazo desses contratos, algumas referências assinalam que, a princípio, provavelmente por causa das dívidas, eram firmados por tempo indeterminado.

Uma evidência disso encontra-se em um relatório escrito em 1887, a pedido do patrão Queiroz Teles e enviado para a Suíça com o objetivo de atrair mais imigrantes. Numa das passagens lê-se: "...se o colono não tiver dinheiro para a viagem, o patrão Queiroz Teles o adiantará, livre de juros até a devolução. Entretanto, o patrão faz questão de receber 70\$000 réis como indenização!... Se alguém pretender vir essa é a grande oportunidade pois poderá eventualmente ir para outras fazendas próximas onde os patrões também são sérios e honestos, desde que não esteja preso ao compromisso financeiro"....(70)

Entretanto, parece que depois de liquidadas as dívidas, cessava também o compromisso do contrato; assim, por volta de 1885, alguns colonos firmaram novos contratos, estes por tempo determinado. Foi o caso de Theodoro Bannwart, que após o seu casamento em agosto

(69) SALLUM, B.Jr., op.cit., pg.84.

(70) Relatório escrito por Antonio Ambiel, a pedido do escrivão da fazenda, Joseph Amstalden. Sítio Grande, 07-01-1887.

desse ano, como colono independente da família, recebeu cinco mil e quinhentos pés de café para cuidar mais um terreno bem extenso para plantar, por um prazo de dois anos. (71)

Outra questão discutida no citado relatório, leva-nos a conclusão de que o grupo suíço de Sítio Grande, após seis anos de trabalho, estava perfeitamente adaptado ao Brasil, não pensava na possibilidade de voltar à pátria, já juntara algumas economias e nutriam a esperança de comprar terras. Esse otimismo transparece neste trecho: "Para famílias pobres que estão acostumadas ao trabalho árduo e alimentação simples, o Brasil é bom. Possibilidades de trabalho e ganho existem à vontade e com bom comportamento e muito trabalho existe a possibilidade de comprar a sua propriedade, embora todo o começo seja sempre difícil"... Mas, como já assinalamos, os salários com trabalho no cafezal eram bastante reduzidos, o que contrariava em parte o discurso otimista do relatório; parece-nos provável que as terras cedidas pelo fazendeiro para plantações de subsistência, proporcionavam bons rendimentos e tenham convencidos os colonos a estimular a vinda de outros imigrantes.

Ao mesmo tempo, ressalta-se no relatório a exaltação "às qualidades" necessárias para o trabalhador ser bem sucedido dentro do sistema: ter bom comportamento, ser dedicado e trabalhador. Essas virtudes já faziam parte do ideário dos imigrantes suíços, que acreditavam nelas como base do progresso e ascensão econômica.

Esse grupo de Sítio Grande, que contava também com o capelão reuniu maiores chances de congregação, de reunião e de organização de festas e, nas conversas, já amadurecia a idéia para a formação de uma colônia suíça no Brasil. Os grandes animadores das festas foram os Bannwart, como nos informa sua biografia: "...Como pai e filhos eram musicalmente bem dotados, eles formaram um conjunto musical. O pai

(71) KELLER, J., op.cit., pg.8-9.

tocava bem a guitarra, os filhos o acompanhavam com violino, clarineta, contrabaixo e sanfona. E como a música é um convite à dança, os vizinhos, todos suíços de Obwalden, não deixavam passar essa oportunidade de divertimento. Rapidamente, em local apropriado, o piso bem batido e, sobre quatro postes foi colocada uma cobertura de sapé e estava pronto o salão de dança. Todos os sábados se fazia música e se dançava e havia oportunidade para conversar e cantar o 'Jodel'..."

(72)

A prática religiosa exercia um papel importante dentro da comunidade; por um lado era um elemento de incentivo para o colono aceitar as duras condições de vida; por outro lado, servia parcialmente aos propósitos educativos, pois na falta de escola, o capelão se transformava em mestre orientador das crianças. Buscar assistência religiosa e educacional tinham sido os objetivos que haviam levado Ana Maria von Zuben de volta à Suíça; agora, esses interesses da comunidade estavam satisfeitos. Restava ainda contemplar outro esteio da vida social dos suíços: a prática do tiro ao alvo. Tratava-se do esporte nacional da Suíça, muito antigo, praticado desde os tempos de Guilherme Tell.

O desejo de fundar essa sociedade de tiro nascera logo depois da chegada a Sítio Grande, entretanto, os rendimentos eram insuficientes para investimentos no lazer. Mesmo assim, a partir de 1882, os imigrantes instalaram em stand provisório, próximo à casa da família Ambiel, ao lado de um cafezal, onde introduziram a modalidade mais antiga e econômica da prática do tiro: o arco e a seta. Depois de três anos de preparativos e apenas treinamento, foi possível fundar a tão esperada Sociedade de Tiro ao Alvo. Isso aconteceu no dia 24 de

(72) *idem*, *ibidem*, pg.5.

agosto de 1885, quando foi realizado o primeiro campeonato, sendo coroado "rei do tiro", Arnaldo Bannwart. (73)

Dessa maneira, os colonos suíços estavam criando as bases de uma convivência social que seria fundamental para seus futuros passos: preservando laços culturais, através da religião, da língua e do esporte, mantinham o grupo unido em torno da idéia de sua emancipação econômica. Comprar terras e formar uma aldeia de colonização suíça tornou-se o principal objetivo do grupo.

Não era apenas um sonho, pois algumas famílias dos antigos imigrantes de 1854 já haviam comprado alguns sítios e conquistado a sua autonomia. O melhor exemplo para os novos eram os irmãos Antonio e Nicolau von Zuben, filhos da viúva Ana Maria. Antonio, que chegou ao Brasil com seis anos de idade, trabalhou desde criança, ajudando o pai e a mãe, assim como seu irmão. Depois de 1871, quando a família liquidou as dívidas, estabeleceu com o fazendeiro, um novo contrato como colono, recebendo um salário pela colheita do café. Em seguida tornou-se feitor na fazenda Sítio Grande e depois da chegada dos novos imigrantes, administrador, cuidando da parte dos colonos livres. Essa trajetória ascensional certamente contribuiu para melhoria das rendas e conseqüente poupança, considerando-se a frugalidade de suas vidas. (74)

Desse modo, os von Zuben, no ano de 1887, compraram uma fazenda numa região conhecida por Rocinha, hoje bairro da cidade de Vinhedo. (75)

O negócio foi facilitado pelo baixo preço e pelas boas condições de pagamento. As terras foram vendidas pelos Queiroz Teles que, provavelmente, em reconhecimento aos muitos anos de trabalho dedicado da família, aceitaram uma entrada e o restante do dinheiro

(73) ANSTALDEN, P.Pe., op.cit., pg.156-157.

(74) Entrevista com "Íria von Zuben, cit.

(75) Primeiro Tabelionato de Notas da Comarca de Jundiá, liv.62 e 69, fls.198 e 29.

para ser pago no prazo de um ano. Na questão do preço, nossas informações, como mais adiante detalharemos, comprovam que realmente estava abaixo do valor real, provavelmente relacionado com os problemas da escravidão. (76)

Nesse mesmo ano (1887) os colonos suíços de Sítio Grande tiveram problemas para acertar seus novos contratos de trabalho: "... Nosso patrão, Francisco de Queiroz Teles, baixou os salários: pagou apenas 600 réis por alqueire pela colheita com a desculpa de que ele iria cobrar juros mais baratos sobre o adiantamento do dinheiro anual e também porque começaram a chegar muitos italianos que trabalhavam por menos"... (77) Em outro documento encontramos a confirmação do pagamento apenas pela colheita do café, no valor de 600 réis por alqueire, para o ano de 1887, entretanto, "...se a família for tratar de café novo, sem produção, receberá 80 réis por pé, além da terra para plantar, moradia livre e pasto para vaca"... (78)

Nada justificava o rebaixamento dos salários: os preços do café para exportação estavam em ascensão no período (79), proporcionando altos ganhos aos fazendeiros e os preços de outros bens de consumo, como ferramentas, querosene e outros, mantinham-se estáveis. A explicação era a ganância dos produtores, que não encontrando oposição organizada dos trabalhadores, nem qualquer controle por parte das autoridades, comprimiam os salários, aumentando assim seus lucros.

(76) Entrevista com Íria von Zuben, cit. - AMSTALDEN, P.Pe. op.cit., pg.68.

(77) Carta de José Amstalden, cit. Chegada de imigrantes: 1885 - sete mil duzentos e sessenta, 1886 - nove mil quinhentos e trinta e quatro, 1887 - trinta e dois mil cento e dez e 1888: noventa e um mil oitocentos e vinte e seis, in Revista de Imigração e Colonização, ano I, nº 2, abr. 1940.

(78) Relatório ...A.Ambiel, cit.

(79) Preços do café por saca, em mil réis:

(1) 1883 - 245470, 1884 - 245436, 1885 - 225957, 1886 - 305770, 1887 - 375430, in BUESCU, Mircea, "300 Anos de Inflação", RJ, APEC, 1973, pg.219.

(2) 1887 - 305700, 1888 - 325400, 1889 - 395900, 1890 - 485900, in HOLLOWAY, Thomaz H., op.cit, pg.264, citando o Anuário Estatístico do Brasil, 1938

E no ano seguinte, ainda de acordo com o relatório citado, pressionado pelas reclamações do grupo suíço, o patrão introduziu o sistema de pagamento pelo tratamento e carpa do café, no valor de 105000 réis por mil pés, mas diminuiu o valor pago pela colheita, que passou a variar entre 300 e 600 réis por alqueire, conforme o volume da produção do ano.

Ainda de acordo com o relatório, temos informações sobre os ganhos salariais do grupo suíço de Sítio Grande, relativamente à safra de café de 1886/87: "...Colhemos este ano café que rendeu o valor de 18.000 francos suíços; foi um ano de café muito bom, e as quinze famílias tinham de duas a oito pessoas trabalhando". Considerando-se que um franco valia em torno de 400 réis (câmbio de 1886), temos que a renda do grupo foi de 7:200\$000 réis, dando uma média de 480\$000 réis por família; um rendimento pouco atrativo, entretanto devemos considerar outras rendas que eles auferiam com plantações de cereais, batatas, venda de ovos, etc. Os irmãos Bannwart, por exemplo, em 1885, "já dispunham de uma economia de dois contos de réis, obtidos com os bons resultados em suas plantações de batata, então produto raro no Brasil". (80)

Os colonos suíços, aborrecidos com a redução dos seus salários e entusiasmados com a ação da compra de terras pelos seus conterrâneos mais antigos, decidiram também procurar alguma fazenda para comprar.

Dirigindo-se para os lados da Vila de Indaiatuba, um grupo de jovens, filhos dos imigrantes, a pretexto de comprar algumas vacas leiteiras, entraram na fazenda Boa Esperança, que pertencia à família Almeida Sampaio. Conversando com o administrador ficaram sabendo que a propriedade estava à venda pelo valor de 23:000\$000 réis; tinha um total de quatrocentos e sessenta e oito e meio alqueires com quarenta

(80) KELLER, J., op.cit., pg.6.

e quatro mil e quinhentos pés de café, mais extensas terras de pastagens e matas virgens, localizada no bucólico vale do ribeirão Capivary-Mirim.

Voltaram e depois de muitas reuniões e discussões, as famílias Ambiel, Amstalden, Bannwart e Wolf, decidiram juntas comprar a fazenda. Mas suas economias não eram suficientes, pois somando-se tudo, apuraram 5:000\$000 réis. Conseguiram um empréstimo de 7:000\$000 réis de uma família de suíços franceses, os Villac, proprietários do Hotel Europa em Campinas, para ser resgatado no prazo de dois anos a juros de 7% ao ano. Quem os conhecia bem era o jovem Theodoro Bannwart, que se hospedava no Hotel Europa quando ia a Campinas vender cereais, ovos, batatas e outros. Desse contato comercial, nasceu uma amizade solidária e foi muito proveitosa para o grupo suíço. Joaquim Villac, sensibilizado com os propósitos dos conterrâneos, confiou na honestidade deles, ajudando-os nessa compra e em outras que se seguiram. (81)

Com o total de 12:000\$000 réis partiram para negociar com a viúva Almeida Sampaio e seus três filhos. Concluíram o negócio de maneira singular: deram esse valor de entrada, ficando os restantes 11:000\$000 réis para serem resgatados no prazo de um ano, com juros de 7% ao ano, podendo ainda esse prazo ser estendido até dois anos, caso necessário, mas a partir do segundo ano, com juros de 10%. Passaram uma hipoteca da fazenda em nome dos filhos, distribuída da seguinte forma: para João Baptista de Sampaio Ferraz, no valor de 4:100\$000 réis; para Antonio Domingos de Sampaio, 2:300\$000 réis e para José de Almeida sampaio, 4:600\$000 réis. (82)

As quatro famílias de imigrantes suíços realizaram um negócio ousado; confiavam na produção do café para saldar os débitos.

(81) Entrevista com J. Ambiel e J.C.Bannwart, cit.

(82) Cartório do Registro de Imóveis do Primeiro Tabelionato de Itu, liv. 58-A, fls. 24-25, de 13-04-1888. Hipoteca registrada no liv. 58-A, fls. 35-36-37, de 25 de maio de 1888.

O conhecimento que armazenaram nos sete anos de trabalho nas lavouras cafeeiras de Sítio Grande, deu-lhes essa confiança. Com mais de quarenta mil pés de café produtivos poderiam colher só naquele ano de 1888, aproximadamente mil alqueires, que limpo, daria quinhentos sacos; vendendo à razão de 30\$000 por saco, (83) apurariam 15:000\$000 réis. Essa estimativa muito provavelmente se aproxima da realidade, porque o grupo, no prazo de dois anos, conseguiu pagar o empréstimo e as hipotecas. (84)

Voltemos agora à questão levantada atrás sobre as razões que levaram os antigos fazendeiros da região a venderem suas propriedades em condições excepcionais, no tocante aos preços e as facilidades de crédito. O preço das terras variava em Rio Claro, para os anos de 1884 a 1887, em torno de 40\$000 réis por hectare. (85)

Já na região de Amparo, em 1885, o preço era três vezes mais, ou seja, 120\$000 por hectare. (86) A fazenda Boa Esperança comprada pelo grupo suíço, em Indaiatuba, num total de um mil cento e vinte e três hectares, custou 23:000\$000 réis, ou seja, 20\$480 réis por hectare; e, como já vimos, o grupo não pagou à vista - só liquidou inteiramente o débito, dois anos após a compra.

Inicialmente pode-se argumentar que as terras nessa região já estavam se desvalorizando por causa do desgaste natural dos velhos cafezais, em comparação com as terras de Limeira, Rio Claro e Amparo. Não é uma justificativa muito plausível, pois havia na região de Campinas, manchas de terras muito férteis (encontradas na fazenda Boa Esperança) e os cafezais podiam ser substituídos. Dois entrevistados

(83) Ver preço do café à nota 78.

(84) Cartório de Reg. de Imóveis de Itu - Primeiro Tabelionato - Escrituras de quitação e pagamento de hipoteca, liv. 58-A, fls. 121-122 de 04 de junho de 1889 e liv. 59, fls. 42-43, 31 de dezembro de 1889

(85) DEAN, W., op.cit., pg.175-6.

(86) E.PERROD, - La Provincia di San Paolo-Brasile - Roma, Tip.M.A.E., 1888, pg.57, apud ALVIN, Z.M.F., op.cit., pg.157.

manifestaram opinião de que a família Sampaio, assim como outras na região, venderam as fazendas por falta de alguém na família interessado em continuar na agricultura; no caso dos Sampaio, a morte do pai, levou os filhos herdeiros a se desfazerem das fazendas para aplicar dinheiro em outro negócio, provavelmente no comércio. (87)

O ano de 1888 foi para todos os colonos suíços que trabalhavam na fazenda Sítio Grande, também o ano da libertação. Desligaram-se amigavelmente dos Queiroz Teles e dividiram-se em dois grupos: os antigos liderados pelos irmãos von Zuben, juntamente com o capelão, foram para suas propriedades em Vinhedo e Valinhos; e as quatro famílias, que haviam formado a sociedade para a compra da fazenda Boa Esperança, para lá rumaram, onde fundariam mais tarde a Colônia Helvetia. O grupo compunha-se de trinta e quatro pessoas, mas logo depois chegaram outros seis imigrantes, vindos de Sítio Grande, aumentando para quarenta o número inicial dos bravos pioneiros!

Esse foi o passo inicial dado pelos suíços na busca de sua autonomia e talvez ascensão sócio-econômica, que se revelaria possível alguns anos mais tarde. O grupo suíço trilhará um caminho para sua independência à maneira de imigrantes de outras origens, que perseguirão o mesmo objetivo no Brasil como os italianos, por exemplo: "...Por outro lado, apesar das condições de extrema exploração, apontam-se brechas de uma possível poupança, que viabilizaria, em certas circunstâncias, a compra de terras, além de demonstrar, pelos dados estatísticos disponíveis, a significativa presença de pequenas propriedades adquiridas por imigrantes de primeira geração (...) registra-se uma luta para se alcançar a condição de produtor independente. Essa luta vem expressar mais uma alternativa de

(87) Entrevistas com João Ambiel, L. Amstalden, J.C. Bannwart, cit.

resistência - além das fugas e do retorno à pátria - que os trabalhadores antepunham à opressão dos fazendeiros". (88)

A trajetória dos imigrantes suíços que se fixaram na região de Campinas foi precisamente esta. Acumularam uma pequena poupança e conseguiram se tornar proprietários e produtores independentes. As formas de acumulação registramos nos depoimentos: "Trabalhar e fazer economia é parte da cultura, é inerente ao suíço de Obwalden. A independência e o trabalho livre sempre foram um grande anseio dos suíços que vieram ao Brasil. E o trabalho não era apenas encarado como condição para progredir - era também um valor moral, uma virtude que define o caráter". (89)

(88) WANDERLEY, Maria de Nazareth B. - "Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão na região de Campinas", Cadernos do IFCH, UNICAMP, No 19, junho 1988.

(89) Entrevista com José Luiz Sigrist, cinquenta e seis anos, Colônia Helvetia

CAPÍTULO IV

FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA COLÔNIA HELVETIA

1) A ACOMODAÇÃO DOS SUÍÇOS NAS NOVAS TERRAS

Na gleba de terras adquirida - que representava somente uma parte das propriedades da família Almeida Sampaio - havia a casa da residência do proprietário, algumas outras menores, ranchos e as senzalas dos escravos. Numa ds senzalas residiam cinco escravos que ficaram na fazenda como parte do negócio, os quais foram imediatamente libertados com a chegada dos suíços e permaneceram trabalhando para eles, como camaradas, por muitos anos. (90) Essa atitude dos suíços mostrou o repúdio que sentiam por essa abjeta instituição ainda persistente no Brasil da época e com a qual tinham convivido durante o tempo que trabalharam como colonos na fazenda Sítio Grande.

Na transação foram incluídas uma plantação de quarenta e quatro mil pés de café, um milharal, um bom estoque de feijão e milho, mais gado leiteiro, cavalos, mulas, ovelhas, carneiros e porcos. (91)

Na fazenda havia também uma máquina de beneficiar café e um moinho de fubá, movimentados através de uma roda d'água, aproveitando

(90) Um dos escravos, de nome Antonio Vasco, faleceu em 1914, com cerca de oitenta anos. Era de origem africana, conforme consta no Livro de Registro de óbitos número 1 da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, Col. Helvetia.

(91) ANSTALDEN, P. Pe., op.cit. pg. 72.

as águas do ribeirão Capivary-Mirim, represado na parte alta da propriedade.

Tanto as residências, as tulhas, os ranchos e paióis, quanto os maquinários, as carroças e os carros de boi, estavam em mau estado de conservação. Por isso os primeiros meses na nova fazenda foram extenuantes para o grupo suíço; tudo precisava de reparos e consertos, mas não podiam descuidar do trabalho na lavoura, principalmente da apanha do café, fundamental fonte de renda com a qual pagariam as dívidas da compra da fazenda.

Do grupo inicial de quarenta pessoas, trinta e quatro pertenciam às famílias Ambiel, Amstalden, Bannwart e Wolf. As outras seis que se empregaram com os Bannwart e Wolf, eram irmãos solteiros, três da família Bannwart-Letscher, dois da família Enz e um da família Müller. A constituição do grupo era a seguinte: trinta e um adultos (sendo vinte homens e onze mulheres) e nove crianças.

Foram, portanto, essas trinta e uma pessoas, auxiliadas pelos cinco ex-escravos, que trabalharam duro durante três anos, retirando da mata madeiras de lei, como perobas e jacarandás, transformadas em vigas, caibros, utilizando apenas ferramentas manuais para o conserto das residências, depósitos, currais, etc. Foram também os que cuidaram do cafezal, plantaram cereais e trataram do rebanho. Com capacidade técnica, coragem e vontade, venceram os obstáculos, foram saldando as dívidas e criando condições de trazer os outros companheiros que ainda estavam trabalhando como colonos em Sítio Grande e outras fazendas. Não haviam esquecido aquela grande idéia original de juntar os patrícios da região e formar uma colônia suíça em terras brasileiras (92).

Para realizar esse projeto julgavam necessário comprar mais terras e plantar mais cafeeiros.

(92) AMSTALDEN, P. Fe., op.cit. pg. 73-74.

2) O CRESCIMENTO TERRITORIAL DA COLÔNIA

A oportunidade de aumentar o patrimônio surgiu no início de 1891. Vizinho à fazenda, havia uma propriedade conhecida como sítio Prado, com vinte mil pés de café em produção, pastos e matas virgens, colocada à venda por 29:000\$000 réis. (93) As famílias Ambiel, Amstalden e Wolf (os Bannwart não quiseram entrar nesse negócio) mais uma vez foram arrojados pois, tinham em disponibilidade apenas um conto de réis. Resolveram pedir novo empréstimo à família Villac, pois já haviam liquidado o anterior pontualmente. Com juros de 7% ao ano, pelo prazo de dois anos, conseguiram 14:000\$000. (94) E a mesma quantia ficaram devendo ao vendedor, garantida por uma hipoteca, para ser resgatada também no prazo de dois anos com os mesmos juros. À doze de março de 1892, menos de um ano da data do empréstimo da família Villac, resgataram uma parte no valor de 5:300\$000 réis, prova de que os negócios caminhavam bem. (95)

Nesse mesmo ano, as famílias Ambiel, Bannwart e Gut compraram a fazenda Santa Maria, na margem direita do Capivary-Mirim, outra propriedade dos Sampaio Goes. A família Gut mudou-se para o núcleo dos suíços, possivelmente incentivada com o sucesso destes e com o casamento entre José Gut e Cristina Ambiel. Eram colonos em Santa Cruz das Palmeiras havia mais de dez anos e resolveram arriscar suas economias na compra de terras. A fazenda Santa Maria possuía sessenta e dois alqueires com cinquenta e oito mil pés de café em produção com muitas benfeitorias e foi comprada por 110:000\$000 réis

(93) WEIZINGER, F., op.cit. pg. 47; segundo T.P.J.N.C.C., LIV. 40, fls. 37v e 38, 27 de abril de 1891, vendedor: Antonio Dias de Oliveira Cruz; comprador: Antonio Ambiel e outros, valor 29:000\$000 réis, entrada de quinze contos e hipoteca do saldo de catorze contos de réis. Não consta o tamanho da propriedade.

(94) Conforme cópia da letra de 24 de abril de 1891, Coleção de documentos particulares de João e Paulo Ambiel, Col. Helvetia.

(95) Conforme cópia do recibo sem data, ídem, ibidem.

mais dívidas dos proprietários no valor de 29:256\$620 réis, totalizando 139:256\$620 réis. As condições de pagamento foram as seguintes: 55:000\$000 réis de entrada e a outra metade no prazo de um ano com juros de 7% ao ano. As dívidas de terceiros foram acertadas com os próprios, sendo que a maior delas com Telles Neto e Cia. (Comissária de café de Santos), foi negociada na base de fornecimento de café. (96)

Certamente uma parte do valor da entrada nesse negócio foi proveniente de novos empréstimos conforme pudemos constatar na documentação examinada, (97) entretanto, não se pode negar que o grupo suíço progredia a olhos vistos, capitalizando os lucros obtidos com o café.

Estabelecendo comparações entre as três compras de terras, percebemos que o preço elevou-se muito com relação ao sítio Prado e à fazenda Santa Maria. No caso desta última, até se justifica pelas terras de boa qualidade, muitos cafés novos produtivos, uma grande casa sede e aproximadamente dez casas de colonos em bom estado de conservação, além das instalações e benfeitorias. Mas mesmo assim, parece-nos que o preço foi exagerado (mais de 900\$000 réis por hectare), considerando-se apreciações de descendentes dos suíços nas entrevistas. Entretanto, a conjuntura em 1892 já havia se modificado bastante com relação à época da libertação dos escravos; estabelecera-se então, como base de valorização da propriedade, a qualidade da terra, as benfeitorias e, principalmente, o número de pés de café

(96) segundo T.P.J.N.C.C., liv. 46, fls. 40v, 13 de setembro de 1892. No inventário de Joaquim de Sampaio Goes, T.J.C., acervo C.M.U., cart. terceiro Of., caixa 335, 1885, tal fazenda aparece descrita como único bem do inventário: Faz Sta. Maria, com oitenta alqueires, oitenta e quatro mil cafeeiros, 26 escravos, valor total: 90:800\$000 réis.

(97) Conf. recibos de quitação de dívida, valores 10:000\$000 e 6:000\$000 réis, credores Joaquim Villac e Capelão Nicolau Amstalden. Devedor: Antonio Ambiel e outros, col. documentos, citada.

plantados. (98).

A partir de 1894, as compras de novas terras passaram a ser feitas pelas famílias ou por irmãos, individualmente, rompendo-se aquela prática anterior de reunião de várias famílias. Uma demonstração de que houvera um crescimento econômico. E, alguns anos mais tarde, a sociedade organizada pelo grupo pioneiro que adquirira as propriedades descritas, irá promover a sua partilha amigável. Em 1896 foram divididas as fazendas Capivary-Mirim e Serra d'Água, entre as famílias Ambiel, Amstalden, Bannwart e Wolf, num total de quatrocentos e quarenta e cinco alqueires (medida inferior à que constava na compra original). (99) Em 1901 procederam a divisão da fazenda Santa Maria, sem discrepâncias da área original constante da escritura de compra. (100)

Vale a pena recordar que, fora do núcleo onde surgiu a Colônia Helvetia, às margens do Capivary-Mirim, outras famílias suíças já estavam formando o seu patrimônio. Atrás, citamos o caso dos irmãos von Zuben, Antonio e Nicolau, que, em 1887 compraram a fazenda Rocinha com cento e quarenta alqueires localizada no município de Jundiaí e que hoje pertence a Vinhedo. No mesmo ano, os irmãos João e Luiz Sigrist (também, como os von Zuben, imigrantes de 1854, que viviam em Sítio Grande), compraram um sítio no Bairro Capivary, também conhecido como Barro Preto, próximo a Viracopos, na direção de Campinas. Aumentaram bastante suas terras nessa Região nos anos seguintes com a vinda de mais dois irmãos. (101) Instalaram-se aí também com pequenos

(98) Comprovação desse fato encontramos no inventário de Ignácio Ambiel, de 5 de dezembro de 1916, onde se lê no auto de partilha da Fazenda Sta. Maria: "vinte e um mil e oitocentos pés de café e as terras por eles ocupadas". A.C.C.I., Acervo M.R.C.I., cart. do primeiro Ofício, maço 190, ano (1916). Somente em 1952, quatro dos filhos herdeiros solicitaram emenda à partilha para regularizar a situação. Após perícia constatou-se que aqueles antigos pés de café ocupavam uma área de 10,5 alqueires.

(99) Segundo Cart. de Notas da Com. de Itu, Liv. 24, fls. 173 a 179, 26 de março de 1896.

(100) Cartório do Escrivão de Paz do Distrito de Indaiatuba, liv. 18, fl. 18, 1901

(101) Segundo T.P.J.N.C.C., liv. 31, fls. 2v 1887, liv. 34, fl. 99, 1889, liv. 34, fls. 146, 1889, liv. 40, fls. 31, 31v, 1891 e liv. 50, fls. 10v, 1893.

sítios as famílias Jakober, Seckler, Ifanger, Britschgi e Zobrist.
(102)

Ao mesmo tempo, um dos filhos da família Bannwart, Theodoro, que havia se casado ainda em Sítio Grande, e se revelara um esperto negociante também em 1888, comprou terras no Bairro Friburgo, próximo a Viracopos, mas na direção de Indaiatuba, num total aproximado de cento e cinquenta alqueires. (103) Nos anos seguintes adquiriu mais duas propriedades na Região e incentivou seus irmãos a fazer o mesmo. Estes compraram uma fazenda de aproximadamente cinquenta alqueires no Bairro de Viracopos à qual deram o nome de Schwand, "devido à pequena semelhança na configuração do terreno com a região desse nome ao longo do lago de Sarnen, em Obwalden". (104)

Em fins de 1894 e começo de 1895, Theodoro Bannwart vendeu a fazenda de cento e cinquenta alqueires, à qual dera o nome de Estiva, às famílias de José Amgarten e Antonio Ming. Estas haviam chegado ao Brasil em 1887, empregaram-se como colonos em Sítio Grande, cumprindo a mesma trajetória dos imigrantes anteriores, ou seja, após sete anos de trabalho, acumularam um pouco de capital e conseguiram comprar uma propriedade. (105) Theodoro, por sua vez, com o dinheiro dessa venda, adquiriu outra fazenda já formada com café, na Região de Vinhedo, próximo aos von Zuben.

Necessário registrar que as famílias Amgarten e Ming são as únicas da Colônia Helvetia, cujos descendentes, até hoje conservam essas duas fazendas (que foram ampliadas), mantendo produção agrícola e gado leiteiro. No último capítulo voltaremos a esse assunto.

Até o início do século os suíços haviam adquirido estabelecimentos agrícolas na Região, formando três núcleos distintos:

(102) Segundo T.P.J.N.C.C., liv. 39, fl. 1, 1891, liv. 51, fls. 47, 1894, liv. 60, fls. 107v, 1896.

(103) Keller, J., Da vida do Fazendeiro Theodoro Bannwart, 1935, mimeo, pg. 9.

(104) Amstalden, P. Pe., op.cit. pg. 136. Segundo T.P.J.N.C.C., liv. 52, fls. 141, 8 de março de 1894; liv. 35, fls. 74, 14 de agosto de 1889; Liv. 49, fls. 28, 4 de julho de 1893.

(105) Segundo T.P.J.N.C.C., Liv. 54, fls. 135, 30 de outubro de 1894 e Liv. 56, fls. 54, 24 de janeiro de 1895.

o primeiro às margens do Capivary-Mirim, na divisa dos municípios de Campinas e Indaiatuba, o qual se tornaria o centro da Colônia Helvetia. O segundo, nos Bairros de Friburgo e Viracopos, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, nas proximidades do atual aeroporto de Viracopos. E o terceiro, no bairro da Rocinha, Jundiaí, hoje município de Vinhedo.

No primeiro núcleo destacaram-se as famílias Ambiel, Amstalden, Bannwart e Wolf, consideradas as pioneiras da fundação da Colônia suíça. No segundo, sobressaíram-se inicialmente, a família Sigrist e depois, as famílias Amgarten e Ming. E no terceiro núcleo, a principal família foi a dos von Zuben, os primeiros a adquirir terras e a superar a condição de colonos. Esta foi a família que construiu o maior patrimônio fundiário entre os suíços e a que também mais se proliferou (existem na Região hoje mais de dois mil e setecentos descendentes).

Outra família, cujos filhos ligaram-se às citadas acima, através de casamentos, igualmente construíram um grande patrimônio agrícola, como foi o caso dos Gut, já referida anteriormente; essa família aparentou-se com os Ambiel, depois com os von Zuben, participando assim, de dois núcleos de imigrantes suíços na Região.

Como se pode ver no mapa das propriedades dos suíços na Região à página 81, no final deste ítem, deixamos de fazer referência a outras famílias que compraram terras e se agregaram à colônia. Essas famílias (entre elas estava a do meu avô, Joseph Grüninger), chegaram ao Brasil entre os anos de 1887 e 1895, todas emigradas em função de parentes ou amigos.

Nas décadas seguintes, até por volta de 1930, os imigrantes suíços continuaram comprando terras, não só próximo aos núcleos como também, em outros municípios, principalmente porque os filhos

criaram, casaram-se e estabeleceram-se em sítios próprios; outros continuaram na casa do pai ou agregaram-se ao sogro.

O crescimento da área ocupada pelos suíços acabou fundindo aqueles dois núcleos iniciais, do Capivary-Mirim e do Viracopos-Friburgo, configurando-se, assim, o espaço geográfico denominado Colônia Helvetia. Ao mesmo tempo expandiu-se muito o terceiro núcleo ligado à família von Zuben, com a aquisição de fazendas no município de Valinhos e Campinas; foram compradas: em 1903, a fazenda Santa Angela (Antiga Tapera) com cento e oitenta e um alqueires. Em 1906, a fazenda Aracy, com cento e trinta alqueires. Em 1912, a fazenda Palmeiras, com trezentos e sete alqueires. Em 1920, a fazenda Capim Fino, com cento e dez alqueires. Em 1923, o sítio Capoeira Grande com vinte quatro alqueires. Em 1925, a fazenda Tambury, com 165 alqueires. Em 1925, a fazenda São Luiz, com sessenta e cinco alqueires. Em 1926, o sítio Ponte Preta, com vinte e oito alqueires. (106)

Até esse período a área ocupada pelos suíços atingiu aproximadamente três mil e quinhentos alqueires (ver mapa), sem contar, entretanto, novas aquisições de terras realizadas fora dos limites da colônia e do núcleo dos von Zuben por alguns filhos de imigrantes e até mesmo por famílias mais antigas nos municípios de Salto, Itu, Indaiatuba, Jundiaí, Paulínia, Capivari, Avaré e Piraju. Eis alguns exemplos. Em 1908, meus avós paternos, Joseph Grüninger e Berta Ming, após o casamento, mudaram-se para Salto, onde haviam adquirido um sítio de vinte e cinco alqueires; em 1917, Benedicto Amstalden comprou a fazenda Bela Vista em Indaituba com oitenta alqueires, para onde se transferiram seus filhos José e João em 1920;

(106) Primeiro Cartório de Registro e seus anexos de Campinas, liv. 108, fls. 106,109,110,112,113, 4 de julho de 1903;

Segundo T.P.J.N.C.C., liv. 96, fls. 120,121,121v., 15 de janeiro de 1912;

Segundo T.P.J.N.C.C., Liv. 108, fls. 81, 10 de janeiro de 1920;

Segundo T.P.J.N.C.C., Liv. 118, fls. 6v, 14 de abril de 1923;

Segundo T.P.J.N.C.C., Liv. 130, fls. 45v, 9 de abril de 1926;

Inventários de Rosa Z. von Zuben, Josepha V.A. von Zuben e Bernardina A. von Zuben - Tribunal de Justiça de Campinas, Acervo do Centro de Memória UNICAMP, cart. do Segundo Ofício, caixas nos 191, ano 1920, 189, ano 1916 e 196, ano 1927.

em 1921, Theodoro Bannwart comprou a fazenda Anápolis em Avaré, com quatrocentos alqueires; no mesmo ano Antonio Ming e Ignácio Angarten adquiriram a fazenda Boa Vista em Itu com 136 alqueires; em 1922, Arnold Gut e irmãos compraram a fazenda Rio das Pedras em Jundiá com seiscentos e cinquenta alqueires; em 1927 Antonio Ming fez mais uma aquisição em Itu, a fazenda Cruz Alta, com 127 alqueires; em 1929, José Francisco Bannwart permutou dois sítios, de dezoito alqueires e meio e quarenta e seis alqueires, localizados em Monte Mor, por uma fazenda de quinhentos alqueires em Piraju. (107)

Essas famílias sacrificaram a vida em comunidade na Helvetia, mas suas condições financeiras eram muito boas e não perderam os laços com parentes e amigos visitando frequentemente a colônia; aqueles que estavam mais distantes vinham no mínimo uma vez por ano. Mas nem tudo foram "rosas" nesse relacionamento. Houve casos de famílias que se afastaram da colônia por motivos de desentendimentos familiares, ligados a questões de herança de terras; foram casos raros, mas que expuseram uma faceta pouco conhecida da personalidade dos suíços, que aparecia de forma muito marcante, quando se tratava de dividir o patrimônio.

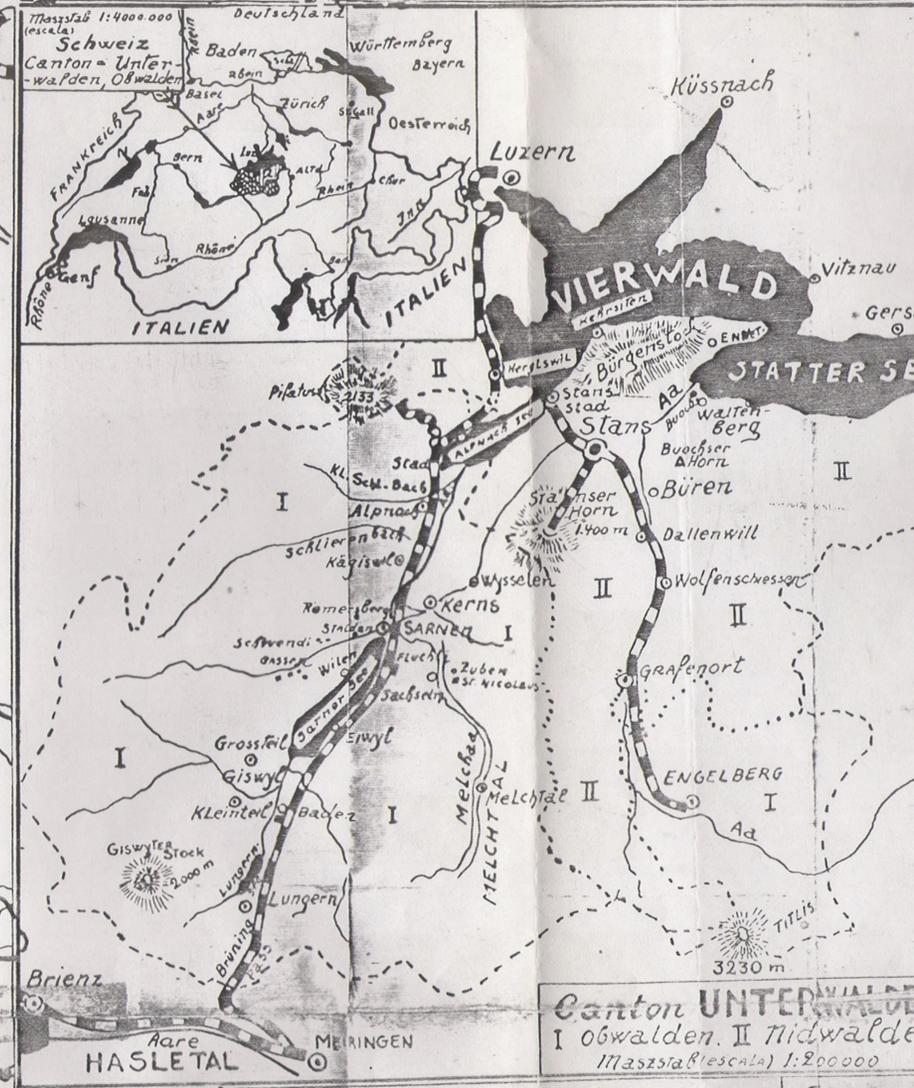
(107) Anstalden, P. Pe. op.cit. pg. 82; Keller, J. op.cit. pg. 13; Cartório do Reg. Geral de Imóveis da Comarca de Itu, transcr. no 6210, 27 de setembro de 1921 e transcr. nos 5837 e 8497; Inventários de Maria Angarten Sigrist, Josepha Ming Sigrist e Josepha Gut Bannwart, A.C.C.I. acervo M.R.C.I., Cart.Segundo Ofício, maço 82, 1930 e Cart. Primeiro Ofício, maço 190, 1916 e maço 209, 1932.

MAPPA
especial das propriedades
dos
HELVEDO-BRASILEIROS



Chave de signaes

- } propriedades
- } estradas de ferro
- } " " denodagem
- } RIOS



Esboço do país D. F. Weisinger.
desenhado pelo prof. Manoel Corrêa.

MAPA DAS PROPRIEDADES DOS HELVETO-BRASILEIROS

IDENTIFICAÇÃO

- 1) BENEDITO AMSTALDEN
- 1A) BENEDITO AMSTALDEN E FILHOS: JOÃO E JOSÉ
- 2) PIO AMSTALDEN E BENEDITO AMSTALDEN
- 3) IGNACIO, ANTONIO E AUGUSTO AMSTALDEN E ARNOLDO BANNWART
- 4) JOSÉ, LUIZ E WALTER AMBIEL
- 5) ANTONIO AMBIEL E FILHOS
- 5A) ANTONIO AMBIEL E FILHOS
- 6) ANTONIO AMBIEL E FILHOS
- 6A) KONRAD MÜLLER
- 7) JOÃO BANNWART E IGNACIO WOLF
- 8) CONSTANTINO E IGNACIO AMBIEL E FRANCISCO SIGRIST
- 8A) EDUARDO AMBIEL
- 9) EMÍLIO, JOSÉ E WALTER GUT E ARNOLDO AMBIEL
- 10) ARNOLDO E JOSÉ WOLF
- 10A) ARNOLDO E JOSÉ WOLF
- 11) JOSÉ AMBIEL E HENRIQUE ETTER
- 12) JOSÉ BANNWART, AFONSO E JOSÉ AMGARTEN
- 13) JOSÉ E LUIZ AMSTALDEN; JORGE E JOSÉ CAMPREGHER E MIGUEL SCHERER
- 14) FRANZ AMSTALDEN
- 15) JOSÉ E MELCHIOR ABÄCHERLI
- 16) LUIZ E THEODORO BANNWART
- 17) ANTONIO, ARNOLD, ALFREDO E JOSÉ JAKOBER
- 18) DAVID E JOSÉ MING
- 19) BATISTA, JOÃO, LUCIO E PIO AMGARTEN
- 20) FRITZ RUTSCHMANN
- 21) JOSÉ DURRER
- 22) BENEDITO CAMPREGHER

- 23) JORGE BOTH
- 24) PIO MÜLLER
- 25) JOÃO HUBER
- 26) EMÍLIO BANNWART E JOÃO FANGER
- 27) CARLOS LINDER
- 28) LUIZ VON AH
- 29) LEOPOLDO DENNY E JOSÉ BERCHTOLD
- 30) LUIZ E THEODORO DENNY
- 31) JOSÉ NEUMANN
- 32) ARTUR, JOÃO, FRANCISCO E PAULO SIGRIST
- 33) ALFREDO, ADELINO E JOSÉ SIGRIST; JOSÉ VON AH E ALBERTO FANGER
- 34) ARNOLDO, JOSÉ, JOÃO E LUIZ SIGRIST
- 35) ANTONIO VON ZUBEN
- 36) FRANCISCO, HERMANO E JOSÉ VON ZUBEN
- 37) EDUARDO E JOÃO VON ZUBEN
- 38) ARNOLDO E CARLOS VON ZUBEN; JOSÉ AMBIEL
- 39) NICOLAU VON ZUBEN
- 40) AFONSO E JOSÉ GRININGER
- 41) LUIZ MING
- 42) ARNOLDO BANNWART
- 43) IGNACIO AMGARTEN
- 44) ANTONIO E ALFREDO MING
- 45) ARNOLDO GUT E FREDERICO SIGRIST
- 46) IGNACIO MÜLLER

FONTE: WEIZINGER, F. - *op.cit.* pg. 68.

3) O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DA COLÔNIA.

Aos quarenta imigrantes suíços que formaram o primeiro núcleo em 1888, na fazenda onde posteriormente surgiria a Colônia Helvetia, no correr dos anos, juntaram-se outros, provenientes do mesmo Sítio Grande, ou de outras fazendas próximas, ou de locais distantes, como Jaú e Santa Cruz das Palmeiras, ou da própria Suíça. A maior parte das famílias já estava no Brasil, pois, o grande fluxo imigratório dos suíços aconteceu até o ano de 1887. Depois dessa data vieram famílias isoladas em 1889, 1891, 1892, 1895.

Podemos assim perceber que a imigração suíça não se enquadrou nos moldes de outras correntes do mesmo período. Enquanto aumentava o número de italianos, alemães, espanhóis, etc., que chegavam ao Brasil, cessou por completo a vinda dos suíços. Por um lado, isso se explica pela melhoria das condições de vida na Suíça, sinal de equacionamento político promovido pelo governo, dos problemas oriundos do desenvolvimento do capitalismo no final do século XIX. De outro lado, os imigrantes helvéticos aqui chegaram impulsionados por familiares e amigos, e provenientes de um mesmo Cantão, justificando-se o seu pequeno número e a parada precoce. Mesmo a prosperidade dos daqui não foi suficiente para atrair novas famílias.

Ao chegarem, algumas famílias com recursos compraram terras, outras, empregaram-se como colonos nas fazendas dos seus conterrâneos. A colônia crescia em área e em população. A princípio deram-lhe o nome de "Colônia Suíça", mas em 1894, João Bannwart construiu sua casa numa parte da propriedade e gravou no frontespício dela o letreiro "Helvetia"; a partir daí, passaram a chamar a colônia por esse nome.

(108)

(108) Amstalden, P. Pe., op.cit. pg 75.

A primeira referência ao número de habitantes da colônia, encontramos num documento não oficial, um relatório escrito por Antonio Ambiel em 1898 (109), onde ele relata a experiência de dez anos de fundação da colônia e descreve a reunião organizada entre as famílias para discutirem o projeto de construção de uma igreja. O relatório contém outras informações, mas nos interessa no momento, a que se refere à população; segundo Antonio Ambiel, naquele ano, moravam na colônia duzentos e vinte oito suíços, mais cento e oitenta e quatro colonos de origens diversas, totalizando quatrocentos e doze pessoas. Os suíços estavam distribuídos entre trinta e duas famílias, com uma média de cinco filhos cada. Havia um número pequeno de imigrantes solteiros.

Esses dados revelam que o crescimento demográfico da colônia, nesses primeiros dez anos foi bastante significativo, constituído principalmente pela chegada de novas famílias. O crescimento vegetativo teve pouca expressão, pois, segundo os dados disponíveis, nasceram na colônia, nesse período, apenas cinquenta e cinco crianças. (110)

A partir do ano de 1899 foi possível efetuar um levantamento mais preciso do crescimento populacional da colônia, utilizando informações dos livros de registro de batizados e dos livros de registros de óbitos da igreja Nossa Senhora de Lourdes. (111)

Os registros de batismo oferecem dados bastante confiáveis, pois todos os suíços eram católicos, não dispensando esse ritual da igreja e, mesmo os que residiam a maior distância, procuravam trazer

(109) Relatório de Antonio Ambiel, Col. Helvetia, 1898, - Col. Docs Particulares de João e Paulo Ambiel.

(110) Ver livro de registro das famílias suíças, por D. Ildefonso Stehle, Arquivo da paróquia Nossa Senhora de Lourdes, Col. Helvetia. - Neste livro constam nascimentos de 1888 a 1952; infelizmente está incompleto, não constando todas as famílias.

(111) Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, Col. Helvetia; Batizados: Liv. 1 - 1899-1913, Liv. 2, 1914-1929, Liv. 3, 1930-1943; óbitos: Liv. 1, 1914-1920, Liv. 2, 1921-1976.

os filhos para a Helvetia, em razão da presença do capelão Nicolau Amstalden e pelas ligações fraternais com a comunidade.

O registro dos óbitos foi elaborado sistematicamente a partir de 1914, ano da fundação de um cemitério na colônia. Para os anos anteriores encontramos referências às mortes de suíços, no citado relatório de Antonio Ambiel e no livro de registros das famílias de D. Ildefonso Stehle. É claro que esses dados são mais precários mas se aproximam bastante da realidade.

A entrada de novas famílias suíças na colônia cessou por completo em fins do século passado, como já salientamos e o crescimento populacional a partir daí, foi proporcionado apenas pela diferença entre os nascimentos e o óbitos. Havia um fluxo normal de colonos italianos, brasileiros, espanhóis e de outras nacionalidades que se empregavam nas fazendas da Helvetia, mas escapa ao objetivo deste trabalho um estudo demográfico a respeito deles.

O crescimento vegetativo dos suíços e seus descendentes pode ser observado nos números da tabela abaixo:

TABELA No 1 - CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DA HELVETIA
POPULAÇÃO TOTAL EM 1898 = 228 PESSOAS

ANO	NASCIMENTOS	ÓBITOS	DIFERENÇA	TOTAL POPULAÇÃO	PERCENTUAL DE CRESCIMENTO %
1899	12	1	11	239	4.8
1900	17	1	16	255	6.7
1901	13	1	12	267	4.7
1902	16	1	15	282	5.6
1903	25	1	24	306	8.5
1904	20	1	19	325	6.2
1905	19	0	19	344	5.8
1906	18	0	18	362	5.2
1907	21	1	20	382	5.5
1908	21	2	19	401	5.0
1909	18	1	17	418	4.2
1910	25	1	24	442	5.7
1911	16	1	15	457	3.4
1912	19	0	19	476	4.1
1913	30	0	30	506	6.3
1914	18	3	15	521	3.0
1915	26	6	20	541	3.8
1916	16	4	12	553	2.2
1917	27	5	22	575	4.0
1918	27	3	24	599	4.2
1919	25	3	22	621	3.7
1920	23	2	21	642	3.4
1921	18	3	15	657	2.3
1922	19	2	17	674	2.6
1923	17	5	12	686	1.8

Essa tabela apresenta dados até o ano de 1923; nesse ano, por iniciativa do citado Antonio Ambiel, foi realizado um novo censo

demográfico, não só na colônia, mas em todo o Estado de São Paulo. Foi possível assim estabelecer uma comparação entre os dados.

No recenseamento foram contadas oitocentos e trinta e seis pessoas de origem suíça distribuídas da seguinte maneira:

- Colônia Helvetia	436
- Núcleo von Zuben	99
- Indaiatuba	93
- Salto	25
- Itu	23
- Capivari	37
- Piracicaba	52
- Tambau	56
- Avaré	7
- Barra Bonita	8
- TOTAL	836

Na nossa contagem, conforme a tabela registramos um número de seiscentas e oitenta e seis pessoas para o ano de 1923, cento e cinquenta a menos do que o recenseamento. Por outro lado, contamos duzentas e cinquenta pessoas a mais sobre o número daquelas que efetivamente residiam na Colônia Helvetia. Essas distorções ocorreram por duas razões: a primeira porque muitas famílias residentes nas proximidades, traziam seus filhos para serem batizados na igreja da colônia. A segunda, pela razão contrária: a distância e as dificuldades de transportes impediam que outras famílias suíças frequentassem a colônia.

Fica assim demonstrado, que os dados mais confiáveis para apurarmos o crescimento populacional da Helvetia foram os recenseamentos de Antonio Ambiel.

Infelizmente, outros não foram feitos. Após 1923 o ritmo de crescimento não diminuiu, conforme os registros de batizados, o que

nos leva a crer que nos dez anos seguintes, a população da Helvetia tenha atingido um número em torno de seiscentos habitantes de origem suíça, talvez o maior em toda sua história.

Não há dúvida que o grande número de nascimentos deveu-se à fertilidade das moças suíças; tinham muitos filhos, com a média chegando a cinco por família, indicativo de boa situação financeira e garantia de mão-de-obra futura para cuidar dos cafezais.

Entretanto, é válido refletirmos que possivelmente nem todas as mulheres que se casavam na comunidade, desejavam muitos filhos; isso era uma imposição de caráter social e da postura autoritária dos maridos. Nem foi também a assimilação de um costume brasileiro, pelo contrário, entre os suíços essa prática era comum. As quatro famílias que fundaram a colônia, por exemplo, tinham média de oito filhos cada uma. É de se supor que nas famílias com menos recursos, sem empregados recaía sobre a mulher uma carga muito grande de trabalho, gerada pela numerosa prole. Outra característica que o grupo apresentou foi o aumento da expectativa de vida, prova da boa alimentação e vida saudável.

Entretanto, a partir de 1934, houve um arrefecimento, não pela diminuição nos nascimentos (que se mantiveram na média de dezenove por ano, até 1943), mas pelo início da saída de famílias e alguns solteiros da colônia, por problemas oriundos da crise cafeeira dos anos 30.

A tendência para os anos seguintes foi sempre de queda, num ritmo lento no número de habitantes, o que um recenseamento realizado em 1988 (ano do centenário da fundação da colônia) constatou: foram contados oito mil cento e noventa e nove descendentes de suíços, dos

quais trezentos e vinte quatro ainda residiam dentro dos limites da Helvetia.(112)

(112) Revista "Helvetia - 100 anos de Brasil" - direção Leonor Amstalden, SP, Imprensa oficial do Estado S/A, 1988, pp. 14 e 23.

4) O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA COLÔNIA

Quando o grupo suíço das quatro famílias comprou a primeira propriedade em 1888, encontrou já organizada a produção cafeeira. É verdade que o cafezal não estava bem tratado, haviam lotes de pés antigos com fraca produção, entretanto, o grupo conseguiu em pouco tempo recuperá-lo, limpando o terreno e erradicando pés praguejados ou improdutivos.

Nas fazendas compradas posteriormente, também havia cafeeiros, com exceção de poucas só com pastos e capoeiras, nas quais os suíços igualmente formaram cafezais. Dessa maneira, apesar de uma certa diversificação nas culturas, a colônia teve como base econômica, o café. Todos os proprietários, de forma geral, possuíam gado leiteiro, suínos, galinhas e plantavam cereais, tubérculos e frutas para consumo próprio. Mas, a grande renda que a terra lhes proporcionava, vinha da produção cafeeira.

Neste item pretendemos responder a uma questão fundamental do trabalho: que estrutura construíram esses imigrantes, para em poucos anos, chegarem à condição de assentados produtores de café, auferindo rendas que lhes permitiram ampliar o investimento inicial e congregar um número maior de conterrâneos?

A resposta não é simples porque extrapola os limites da questão econômica pois, além da organização do trabalho, da racionalidade na produção e da acuidade nos negócios, o grupo criou instituições dentro da colônia, responsáveis por uma maior congregação e ajustamento social. Essas instituições, ligadas à educação, à religião e ao lazer, além do alto grau de parentesco entre as famílias, permitiram que os colonos suíços tivessem tranquilidade e segurança para aplicar toda sua energia no trabalho da lavoura. Como discutiremos mais adiante, esse trabalho apoiou-se, a princípio, numa

base familiar e, mais tarde, com a ampliação das propriedades e das plantações, recorreu-se à contratação de colonos e camaradas de outras nacionalidades. Em 1923 havia cento e oitenta e quatro deles na colônia.

O primeiro grupo dos fundadores da colônia, que chegou ao Brasil em fins de 1880, encontrou condições favoráveis que facilitaram sua adaptação, eliminando uma série de barreiras iniciais; no grupo, quem não era parente já se conhecia por vizinhança ou amizade; em Sítio Grande encontraram mais parentes, que já falavam português com desenvoltura e tinham muita prática no trato do cafezal. Também receberam um tratamento diferenciado por parte do fazendeiro, um certo grau de maior respeitabilidade, porque foram trazidos pela viúva Ana Maria Amstalden (há muito tempo moradora da fazenda) e junto com eles estava o capelão Nicolau Amstalden (conforme mostramos no capítulo III).

A partir dessas condições foi possível, graças a uma vida de muito trabalho e poucos gastos, economizar um pouco de dinheiro e transformar em fato concreto a esperança de um dia tornar-se um proprietário de terras. De maneira geral, a propriedade da terra para o colono era o corolário de uma expectativa gerada no próprio país de origem. Segundo José de Souza Martins, ...“o imigrante que foi trabalhar como colono não era um conformado com os ganhos monetários reduzidos. Estava de passagem pela fazenda(...). Ao migrar não estava indo de um lugar para outro pura e simplesmente. Estava dando direção a esse movimento no rumo do trabalho autônomo.” (113)

De fato, isso ocorreu com os suíços; compraram terras e deixaram seus descendentes em situação econômica privilegiada. E parece que nessa caminhada eles encontraram menos dificuldades aqui no Brasil do que na Suíça. Uma de suas impressões mais favoráveis foi a

(113) Martins, J.S., op.cit. pg. 91-2.

constatação de aqui terem encontrado mais "liberdade" para a realização dos seus projetos e a consecução dos seus negócios. Alguns vieram com a idéia de ganhar dinheiro, "fazer fortuna" e depois voltar, entretanto, a maioria ficou. Poucos regressaram, por motivos particulares especiais. É verdade que muitos também viajaram para a Suíça, mas apenas a passeio para rever parentes e amigos.

A fim de estabelecermos uma trajetória de análise do progresso econômico da Comunidade Suíça, valemo-nos de informações a respeito da produção de café e da venda de outros produtos, referentes a uns poucos anos, sobre os quais existe um controle que era feito por um dos líderes da colônia.

Vamos iniciar esses comentários com a venda do café, como mostra a tabela.

TABELA No 2 - VENDA DE CAFÉ

SAFRA	PRODUÇÃO (SACOS)	PREÇO POR SACO	TOTAL APURADO
1891/92	885	57\$900	51:241\$500
1894/95	1.738	70\$536	122:591\$560
1897/98	1.313	46\$614	61:204\$182
1904/05	5.123	39\$100	200:700\$300

- Fontes:
- 1) Caderneta de controle da produção e contas da Col. Helvetia, organizada por Antonio Ambiel.
 - 2) Livro de conta corrente de Antonio Ambiel e Cia. Com Telles Neto e Cia.
 - 3) Recibos de venda de café datados de 1904, em nome de Antonio Ambiel e Cia. (114)

Como se pode ver, a tabela está incompleta e dificulta um pouco nossa análise, mas não impede que cheguemos a algumas conclusões.

A impressão inicial é a de que nosso informante não registrou toda a produção da safra de 1897/98, dada a diferença para a safra de 1894/95. É possível que nem toda a produção tenha sido vendida, mas essa hipótese parece pouco provável. Outra justificativa poderia ser uma quebra na produção por problemas de geada ou praga. O fato é que a renda apurada nesse período foi apenas metade da de dois anos antes.

Devemos considerar que o preço do café caiu vertiginosamente entre 1895 e 1897 e continuou em queda pelos anos seguintes, devido à crise de superprodução constatada em 1896 e pela política de estabilização econômica deflagrada pelo Governo Campos Sales.

No entanto, o grupo suíço não foi afetado significativamente pela queda nos preços do café, porque praticamente quadruplicou sua produção através de novos plantios e aquisições de outras fazendas já produtivas. Contudo, é possível que a grande inflação do período - ao menos até o início do século, quando a moeda foi "saneada" pelo governo - tenha comprometido seus ganhos. Mas não ao ponto de um retrocesso ou mesmo estagnação econômica. Brasília Sallum Jr. comenta que (...) "a queda dos preços do café afetou de forma mais ou menos dramática a lucratividade dos capitais particulares (...) nas zonas mais antigas os efeitos da crise devem ter sido mais gritantes do que nas zonas mais novas". (115) Com os suíços parece que isso não ocorreu, pois ao contrário do que afirma o autor, eles não tiveram sua estabilidade afetada, ao contrário, a crise até colaborou para que encontrassem mais facilidade na compra de terras (cujos preços também foram reduzidos), aumentando seu patrimônio.

Também o provam outros investimentos realizados entre 1894 e 1904 na compra de gado e nas construções de residências, tulhas,

(115) SALLUM, Brasília Jr. op.cit. pg. 114.

terreiros, galpões, escola e igreja. (116) A crise era um fato concreto que também incomodava os suíços, a ponto de Antonio Ambiel deixar registrado no relatório de 1898 sua impressão política sobre o governo: "A queda no preço do café, a alta dos preços em geral e a queda do câmbio (em 1889, um mil réis valia 2,85 francos suíços e em 1898 caiu para apenas 0,55 francos) se devem ao mau desempenho e descrédito do governo brasileiro. Temos esperança no próximo presidente, o Sr. Campos Sales."

A baixa nos preços do café foi compensada pelos suíços com um aumento significativo na produtividade. Em 1895, alcançaram a média de dezoito sacos (setenta e duas arrobas) por mil pés; em 1904 essa produção subiu para vinte e três sacos (noventa e duas arrobas) por mil pés o que representava uma média muito boa para o Estado. (117)

A comunidade suíça também procurava comercializar outras mercadorias que auxiliavam na composição da renda das famílias. Os dados abaixo foram compilados das cadernetas de controle de Antonio Ambiel e referem-se à produção de manteiga e ovos da família, para os anos de 1904 e 1905:

TABELA No 3 - VENDA DE MANTEIGA

ANO	QUANTIDADE EM LATAS DE 1/2 KG	PREÇO MÉDIO POR LATA	VALOR TOTAL
1904	002	15800	1=4435600
1905	1.100	18900	2=0905000

Fonte: Caderneta de controle de receitas e despesas da família Ambiel, 1904/05.

(116) Segundo o relatório de Antonio Ambiel, em 1898, havia na colônia setenta residências, uma escola, duas máquinas de café, quatro moinhos de fubá, uma capela e muitas cocheiras e paióis.

(117) Brandão Sobrinho, Júlio - "Apreciação da Situação Agrícola, Zootécnica, Industrial e Comercial do 3o Distrito Agrônomo de São Paulo (Casa Branca, 1902) - SP, Escola Typ. Salesiana, 1903, pg. 26, Apud SALLUM, B.Jr., op.cit. pg. 114. Brandão Sobrinho era inspetor do Terceiro Distrito Agrônomo, sede em Ribeirão Preto e apontou para o ano de 1902, para os municípios de Bertãozinho, Batatais, Casa Branca e São João da Boa Vista, uma produção média de 50 a 80 arrobas por mil pés. Para Ribeirão Preto a média foi maior, 100 arrobas.

Essas vendas foram efetuadas para escolas católicas da região, a saber: Colégios do Patrocínio, São Luiz e Conventinho, todos de Itu; Colégios Florence de Jundiaí, Nossa Senhora D'Assumpção, de Piracicaba; e Seminário Redentorista de Pirapora. Com certeza, os suíços produziam uma manteiga de boa qualidade, além do que, sendo católicos fervorosos tiveram facilidades para negociar com esses colégios. Outro fato a considerar era a disponibilidade desse produto no mercado. Os armazéns da época certamente não vendiam latas de manteiga industrializadas, daí também a grande aceitação dessa iguaria produzida pelos suíços.

TABELA No 4 - VENDA DE OVOS

ANO	QUANTIDADE (DÚZIAS)	PREÇO MÉDIO POR DÚZIA	VALOR TOTAL
1904	410	\$870	369\$400
1905	517	1\$240	642\$200

Fonte: Caderneta de controle de receitas e despesas da família Ambiel, 1904/05.

Foram vendidos a um único comprador, o Mosteiro de São Bento, em São Paulo.

Com a venda da manteiga e dos ovos foram apurados em 1904, 1:813\$000 e em 1905, 2:732\$200, valores apreciáveis, se compararmos com as despesas na contratação de mão-de-obra realizada pela família Ambiel no primeiro ano.

TABELA 5 - DESPESA COM MÃO DE OBRA-FAM. AMBIEL-1904

	NÚMERO	CAFÉ COLHIDO	PREÇO PAGO POR ALQUEIRE	DESPESA TOTAL
COLONOS	5 Famílias	1.262 alq.	\$450	567\$900
CAMARADAS	8 Solteiros	-	-	838\$200

Fonte: ídem acima (118)

Nesse ano tiveram também uma despesa de 586\$000 réis consumida na conservação da estrada que ligava a colônia até a estação da E.F.S. em Itaicy. O registro desse gasto na caderneta não esclarece se ele era rateado entre as famílias, ou assumido a cada ano por uma família, ou, se apenas os Ambiel tinham esse encargo.

Mas, importa-nos efetivamente mostrar que a renda da produção doméstica era um item importante na composição do orçamento familiar e quase cobriu as despesas arroladas acima.

A caderneta registra, ainda, despesas com a compra de ferramentas, querosene e outros, e também receitas esporádicas com a venda de cereais, batata, leite e outros artigos.

Não resta dúvida que os elementos arrolados mostram evidências de que a comunidade helvética realmente cresceu com desenvoltura, apoiando-se nos lucros do café, os quais praticamente serviam como capital para novos investimentos, já que a habilidade e o espírito capitalista do grupo se encarregavam de produzir outras rendas que cobriam as despesas de manutenção da casa, pagamento de empregados e outras.

(118) A família Ambiel pagou aos colonos exatamente o salário de mercado na época, ou seja, \$450 réis por alqueire de café colhido. Ver tabela de salários em HALL, M.H., op.cit., apêndice II, pg. 104. Isto é um indicio revelador da atitude dos suíços na sua nova situação de patrões; pagaram o mínimo aos colonos, não considerando nem mesmo que das cinco famílias contratadas, quatro eram também suíças!

Efetivamente, nem todas as famílias apresentaram o mesmo índice de crescimento econômico. Viviam numa comunidade, mas cada família, isoladamente era responsável pela produção e pelos negócios. Assim, a habilidade, a perspicácia e o esforço, eram qualidades essenciais que o grupo esperava das famílias. Elas ajudavam-se mutuamente através do empréstimo de dinheiro, que servia como "empurrão inicial", mas o devedor tinha que mostrar competência, esforço e muito trabalho para saldar seus compromissos.

Plantaram muito café na colônia e esse produto foi, por muitos anos, responsável direto pela riqueza das famílias, as quais preocupavam-se em diversificar as culturas, plantando milho, feijão, batata, uva, etc., mas nunca com o objetivo de atingir um grande mercado, mesmo porque, internamente, esses produtos não ofereciam boa rentabilidade. Tal situação se modificou depois de 1930, mas essa é uma outra história, que será contada no último capítulo.

5) A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL: A FUNDAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES NA COLÔNIA.

A sociedade de Tiro ao Alvo que os suíços fundaram, quando ainda colonos em Sítio Grande, em 1885, foi o ponto de partida para a criação de instituições que tinham por objetivo congregar mais o grupo e aumentar a convivência social.

Quando já formada a aldeia de colonização suíça, iniciaram gestões para dar forma ao projeto inicial que contemplaria três objetivos básicos: o de lazer (já criado), o educacional e o religioso.

Todos se empenharam na construção da escola e contratação de um professor, o que efetivamente só aconteceu em 1893. Essa demora de cinco anos desde a fundação da colônia deveu-se à dificuldade de encontrar um professor que dominasse a língua alemã e aceitasse viver na comunidade.

A escola funcionou até 1896, quando o professor com o término de seu contrato resolveu deixar a comunidade. As atividades de ensino foram retomadas em 1899, já num prédio novo e com outro mestre, um imigrante alemão residente em Campinas.

Restava resolver a questão da igreja; em 1894, levantaram uma pequena capela e, contando com a boa vontade dos jesuítas e capuchinhos a comunidade foi provida de ofícios religiosos (missas, batizados, casamentos, etc.) três a quatro vezes por mês.

Com o crescimento populacional da colônia e a fervorosidade dos imigrantes, decidiu-se pela construção de uma igreja. Franz Amstalden, cuja profissão na Suíça era construtor, concebeu o projeto, desenhou e orientou a construção, juntamente com uma comissão de mais seis moradores. O projeto especificava que ela teria capacidade para quinhentas pessoas, constituída por um altar mor, a nave, a sacristia,

a torre com sino, o púlpito e as cadeiras, tudo isso orçado em 16:000\$000 (apenas o material).

Essa despesa foi dividida em quatro partes iguais entre as famílias fundadoras da colônia. A mão-de-obra para construção foi dos próprios moradores, em sistema de mutirão, tendo trabalhado mais ou menos vinte homens. Todas essas decisões foram tomadas numa reunião realizada em 23/01/1898, na casa de Ignácio Ambiel, com a assistência do Pe. Bernardino de La Vale. (119)

No dia da inauguração da igreja (09/07/1899) decidiram em reunião fundar a Sociedade da Igreja e da Escola, cuja ata foi subscrita por quarenta e duas pessoas que concordaram plenamente com todas as disposições nela contidas. A principal delas referia-se à manutenção da sociedade: cada família da colônia, proprietária de terras pagaria uma taxa mensal de 2\$000 réis e as não proprietárias, 1\$000 réis. Outras decisões de importância diziam respeito às funções remuneradas: regente da banda, que já estava formada contando com 14 instrumentistas; professor da escola e sacristão, e sobre as funções não remuneradas (diretoria e sociedade), além das obrigações de todos.

Decidiram ainda que o espaço em torno da igreja e da escola seria reservado às atividades sociais. Demarcaram um alqueire de terra sobre o qual foi lavrada uma escritura em nome dos irmãos Ambiel, dos irmãos Bannwart, de José Gut, de Benedicto Amstalden e de Pedro José Wolf. (120) Nela consta, além de outras condições, que os signatários se comprometiam a não vender qualquer parte do terreno, a utilizar a escola e a igreja apenas para usufruto exclusivo dos moradores da colônia e que seus herdeiros deveriam respeitar as normas subscritas.

Tanto a ata da fundação da sociedade educacional e religiosa, quanto a escritura do terreno mostram a organização

(119) Relatório de Antonio Ambiel, 1898, 3a parte, Col. Doc. Particulares de João Ambiel, Col. Heiv.

(120) Cartório do Escrivão de Paz do Distrito de Indaiatuba. Liv. 17, fls. 110-111, 04 de abril de 1899.

meticulosa e a seriedade dos suíços no trato das questões de sua comunidade. Certamente, essa disposição contribuiu para o crescimento da colônia e para a preservação dos valores culturais, cujas manifestações ganhavam, a partir daí, um espaço próprio.

Apesar desse terreno ter sido destinado às atividades sociais, o stand de tiro ao alvo permaneceu até 1931 na propriedade de João Bannwart, onde fora instalado em 1894, após a retomada dessa atividade esportiva que estava suspensa desde a formação da colônia por causa do intenso trabalho na organização desta.

Reunidos em 30/09/1894 os helvecianos criaram a Sociedade de Tiro ao Alvo Helvetia, com estatutos próprios, elegendo uma diretoria com mandato de dois anos. Alguns artigos desse estatuto nos mostram o zelo e o entusiasmo dos suíços por essa sociedade: "A finalidade da instituição é despertar e cultivar a fidelidade à Pátria, manter a paz e fomentar amigável convivência social entre si. Orientar a juventude no sentido de interessá-la através do esporte do tiro a se formar cada um digno discípulo de Guilherme Tell". Percebe-se que o sentido de patriotismo e solidariedade eram primordiais na formação da sociedade ao mesmo tempo em que há uma conotação de ordem moral, encaminhando os jovens, através do esporte, à retidão do caráter, aos bons costumes, etc.

Ao mesmo tempo, a sociedade deveria sobreviver através do entusiasmo e das contribuições dos seus sócios, daí... "a obrigatoriedade de comparecer a pelo menos um torneio mensal, sempre em domingo à tarde e também às assembleias, quando convocados... e cooperar alegremente com serviços e doações de prendas para a solene festa anual do tiro". (121)

Essa festa aliás, tornou-se bastante famosa, pois, logo no começo do século passou a atrair atiradores patricios vindos de São

 (121) Amstalden Polycarpo, Pe, op.cit. pg. 159-160.

Paulo e Rio de Janeiro, que eram gentilmente hospedados nas casas dos helvecianos.

A formação dessa sociedade representa o primeiro passo para a institucionalização da comunidade, que, organizando a experiência comum de seus membros e estreitando os laços de amizade, garantia o controle social.

Fora sua finalidade precípua de proporcionar lazer, essa sociedade tinha também um objetivo social de grande importância, pois o dinheiro arrecadado nos torneios era destinado à manutenção da escola.

Os atiradores da sociedade envolveram-se indiretamente num atrito ocorrido entre o prefeito de Indaiatuba, major Alfredo Camargo Fonseca e o bispo da diocese de Campinas, Dom João Baptista Correa Nery.

O prefeito fez uma série de acusações ao pároco local e solicitou ao bispo que ele fosse transferido. Este não atendeu, pois após uma diligência, nada ficou comprovado contra o pároco.

Por ocasião da visita pastoral, em 26/05/1909, o major Fonseca, em altos brados reafirmou ao bispo as acusações anteriores provocando a reação dos paroquianos e dando início a um tumulto, onde o major disparou um tiro e duas pessoas foram feridas a golpes de faca. Dom Nery acalmou alguns cidadãos revoltados com a atitude do prefeito e resolveu retirar-se para a colônia Helvetia, possivelmente a convite de Antonio Ambiel, então vereador em Indaiatuba.

Conta-nos Dom Polycarpo que "o cidadão helveciano Sr. Antonio Ambiel, que lá se encontrava, conhecido como defensor das causas justas, ouvindo o tumulto e percebendo que o Pastor estava em perigo, monta a cavalo e em menos de uma hora chega à colônia. Convoca os companheiros mais próximos e, todos a cavalo com a carabina nos ombros e munição na mochila, a galope, seguem rumo a Indaiatuba,

decididos a salvar o Sr. Bispo. Indaiatuba em peso, ainda cidade provinciana se espanta à passagem, de uma dezena de cavaleiros armados. Políticos e policiais surpreendidos cedem à exigência. Envergonhados, reconhecem sua vil ação e libertam o Prelado". (122)

Entretanto, essa versão heróica dos cavaleiros da Helvetia não foi registrada pela imprensa, nem pelo monsenhor secretário da diocese que fez um relato da visita pastoral. A reportagem de um dos jornais de Campinas assim relatou a parte final dos acontecimentos: "Dom João Nery que se viu cercado da população inteira de Indaiatuba, julgou por isso mesmo prudente retirar-se a fim de evitar qualquer represália ao prefeito por parte do povo. E assim fez partindo no mesmo dia com destino ao núcleo colonial Helvetia, onde pernitoiu. Ao chegar à colônia encontrou perto de quarenta trabalhadores em marcha para Indaiatuba, alarmados com as notícias que de lá haviam recebido. S. Exc. fel-os voltar, e hontem veio para esta cidade, aqui chegando às quatro horas da tarde". (123)

Por outro lado, no relato do monsenhor secretário não há comentários sobre o episódio, apenas ressentimentos pela visita não ter sido cumprida inteiramente. "Só pode o exmo. bispo demorar-se pouco mais de quarenta horas nesta parochia, podendo dizer-se que a Santa Visita não foi encerrada. Por motivo inútil de relembrar, entendeu S. Excia. prudente partir no dia 19 à tarde para a Colônia Helvetia, levando profunda mágua pelos tristes acontecimentos que se desenrolaram em Indaiatuba nos poucos instantes de sua estada ahí e pedindo a Deus Nosso Senhor se compadecesse desta pobre parochia, fazendo-lhe raiar dias mais prósperos e tranquillios". (124)

(122) *idem*, *ibidem*, pg. 164.

(123) *Jornal Cidade de Campinas - Folha Popular*, 22 de maio de 1909, Ano XII, número 2483, primeiro parágrafo - Arquivo do Centro de Ciências, Letras e Artes - Campinas.

(124) NERY, João Batista Correa (Dom) - *Carta pastoral sobre a primeira visita diocesana, Campinas*, Tip. Casa Mascote, 1911, pg. 30.

Não queremos aqui colocar em dúvida a versão de D. Polycarpo, provavelmente alicerçada na memória dos mais antigos imigrantes que participaram ou presenciaram os acontecimentos. Nossa intenção é chegarmos o mais próximo da verdade histórica.

Certamente o que ocorreu não foi um ato de bravura dos helvecianos que invadiram Indaiatuba, ostensivamente armados e dispostos a libertar D. Nery de qualquer maneira, que, na verdade, nem estava preso. Provavelmente alguns foram até a cidade e misturaram-se à multidão (que também não era a população inteira, como assinalou a reportagem do jornal), dando apoio ao bispo, por julgarem que a razão estava com ele.

E, não temos dúvida de que a ida de D. Nery para a colônia deveu-se mais a medidas práticas para se afastar do tumulto criado na cidade, do que a questões de segurança. Com certeza ele já conhecia o fervor católico dos suíços e não recusou o convite feito provavelmente por Antonio Ambiel.

Após cinco anos de inauguração da igreja a diretoria da sociedade mantenedora, numa reunião para renovação dos estatutos, resolveu criar duas sociedades distintas, uma para a igreja e outra para a escola, cada uma com seu regimento próprio. (125)

A partir daí definiram-se mais claramente as funções de cada uma das instituições que os suíços haviam criado: uma, ligada à religião, cujo objetivo principal era manter a comunidade coesa em torno da igreja católica; a outra voltada à educação, pretendia tornar os descendentes dos imigrantes não só alfabetizados, mas conhecedores da cultura de origem dos pais, principalmente a língua; e a última, destinada a proporcionar momentos agradáveis de lazer no esporte preferido do grupo.

(125) Ata de reunião realizada em 14 de agosto de 1904 - Col. Docs. particulares de João e Paulo Ambiel.

Suas diretorias cuidavam de obter os recursos necessários para o pleno funcionamento delas; provinham da própria comunidade, em forma do pagamento de mensalidades (no caso da escola e da igreja) e em forma de doações de prendas para a sociedade de tiro.

É muito provável que as mensalidades não estavam sendo suficientes para a manutenção da escola, à medida que aumentava o número de alunos e, conseqüentemente, as despesas. Assim, em 1905, os moradores da colônia solicitaram à Câmara Municipal de Indaiatuba um auxílio, que foi aprovado pelos vereadores, no valor de 500\$000 réis anuais. (126)

(126) Livro de Atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Indaiatuba, período de 08 de outubro de 1892 a 01 de dezembro de 1906, pg. 217.

6) A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA COMUNIDADE SUÍÇA

O fato da criação de uma escola primária com recursos dos próprios moradores, nos idos de 1893, demonstrou amadurecimento da comunidade suíça, numa tentativa de alfabetizar e bem educar os filhos e também de preservar a língua pátria, que deveria ser ensinada nos cinco anos do curso.

Essa iniciativa não foi exclusiva dos suíços. Outras colônias, principalmente no Sul do país já haviam criado suas escolas próprias, pelas dificuldades de locomoção até às cidades e pelo descaso do Estado com a instrução. Mas mostrou que a comunidade helvética, como outras colônias, resolveu a questão educacional dos seus filhos e a escola representou até uma forma de resistência cultural.

O objetivo inicial da escola era atender os filhos dos suíços que residiam na colônia; para isso, todos se filiaram à sociedade mantenedora. Entretanto, algumas famílias que haviam se mudado para outros municípios próximos como Indaiatuba, Salto e Itu, mandaram seus filhos viver com parentes na colônia para que tivessem oportunidade de estudar na escola suíça. Indício de que a consideravam num nível superior às escolas das suas cidades e, principalmente pelo ensino do alemão. Por se tratar de uma escola particular, mantida financeiramente pelo grupo suíço da colônia e que apresentava características dos traços culturais originários dos imigrantes, como o ensino da língua, da música, das artes cênicas, criaram-se barreiras à frequência dos filhos dos colonos e camaradas de outras nacionalidades, também residentes na colônia.

Esse fato, aliado à inexistência de escola pública na zona rural, deixou no analfabetismo, centenas de crianças que nasceram na Helvetia.

Aconteceram alternativas para solucionar a questão, que foram abortadas pelos poderes públicos com a surrada alegação de falta de verbas. (127)

Na verdade, apesar das reformas promovidas na educação por Caetano de Campos em 1892 e por Rivadávia Correa em 1911, pouca coisa concreta o governo de São Paulo fez pela escola primária e pela alfabetização. Dessa maneira,... "os sistemas escolares estaduais durante os três primeiros decênios do regime republicano não sofreram alterações mais significativas. O fervor ideológico apresentado no campo da escolarização, no início da República, não só não durou muito tempo como não rendeu os frutos que dele se esperava". (128)

Mas a questão do analfabetismo era um problema grave também nas zonas urbanas. Em 1917 o governo do Estado solicitou às prefeituras que fizessem um recenseamento entre crianças de sete a doze anos. Em Indaiatuba havia duzentas e noventa e cinco crianças nessa faixa de idade, sendo que destas, cento e noventa e duas frequentavam a escola e o restante não. A Câmara Municipal que organizou esse recenseamento, ampliou o objetivo inicial e contou toda a população, verificando que entre os mil seissentos e quinze habitantes da cidade, 35,5% eram analfabetos. (129)

O resultado para todo o estado saiu em 1918 e acusou a existência de trezentas e oitenta mil crianças com uma matrícula geral de duzentas e trinta e duas mil. Uma situação grave de analfabetismo,

(127) Antonio Ambiel, vereador em Indaiatuba apresentou requerimento solicitando a criação de uma escola municipal no Bairro dos Alemães. O requerimento foi encaminhado ao Governo Estadual, pois a câmara não tinha recursos para construir escolas.

Livro 2 de Ata das Sessões Ord. e Extraord. da Câmara Municipal de Indaiatuba, Sessão de 15 de janeiro de 1911, pg. 31.

(128) NAGLE, Jorge, "Educação e Sociedade na Primeira República", SP, Edit. Pedagógica Universitária/MEC, 1974, pg. 191.

(129) Livro 2 de Ata das Sessões Ord. e Extraord. da Câm. Mun. de Indaiatuba, pg. 76.

que o Presidente do Estado na época se confessava impotente para resolver porque teria que gastar 40% da receita total do Estado, o que, segundo ele, não era possível! (130)

Mas, em 1920, através de medidas destinadas a reformar o ensino primário, o governo paulista começou a investir na criação de escolas.

Nesse ano, nos limites da Colônia Helvetia, foram criadas duas escolas públicas, uma próxima ao atual Aeroporto de Viracopos e a outra ao lado da antiga estação da Estrada de Ferro Sorocabana.

A escola dos suíços permaneceu praticamente exclusiva para os filhos dos imigrantes até a época da Primeira Guerra Mundial.

A criação dessas escolas do Estado visava atender a população de outras nacionalidades que morava na colônia e não podia pagar as mensalidades da escola suíça. Possivelmente os suíços jamais pensaram em colocar seus filhos nessas escolas, achando-as deficientes e sem o conteúdo cultural necessário para a sua formação.

Em dezembro de 1917 o governo brasileiro proibiu o funcionamento de escolas alemãs, atingindo também a escola suíça da Helvetia, que teve de cerrar suas portas. Um dos diretores da sociedade mantenedora da escola, Antonio Ambiel, vereador em Indaiatuba, moveu gestões junto a inúmeras autoridades, como o cônsul suíço em São Paulo e o bispo diocesano de Campinas, para intercederem junto ao governo na tentativa de liberar o funcionamento da escola São Nicoulau de Flie.

Conseguiram a reabertura em fins de janeiro de 1918, nas condições estabelecidas em lei, que determinavam o ensino de português, geografia e história por professora brasileira. Quem ministrava aulas em Helvetia, desde o começo do século, eram religiosas da ordem de Santa Catarina, todas alemãs; por isso, a

(130) NAGLE, Jorge, op.cit., pg. 207.

sociedade obrigou-se a contratar uma professora leiga e brasileira para essas disciplinas. Essa situação durou apenas um ano, pois em janeiro de 1919, chegaram as Irmãs Beneditinas, contratadas para substituir as outras religiosas, que resolveram retirar-se. Eram quatro freiras educadoras, três de origem alemã e uma brasileira. Atendia-se assim, a exigência da lei, mas o alemão continuou como matéria obrigatória. (131)

Nesse período, aumentou o número de alunos não suíços na escola, principalmente filhos de imigrantes alemães, austríacos e italianos que residiam nas proximidades da colônia. Certamente essas famílias haviam melhorado suas condições econômicas, o que lhes permitia investir na educação dos filhos. E o ensino da língua alemã, aliado à seriedade com que as irmãs conduziam a escola, foi outro ponto de atração.

(131) Weizinger, F., *op.cit.* pg. 109.

Observemos a tabela número 6, cujos dados revelam alguns fatos interessantes:

TABELA No 6 ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA DA COLÔNIA HELVETIA

ANO	ALUNOS MATRICULADOS						TOTAL	ALUNOS MATRICULADOS					
	NACIONALIDADE							POR SÉRIE					
	SUIÇOS	ALENÇES	AUSTRIACOS	PORTUGUESES	ITALIANOS	BRASILEIROS	1a	2a	3a	4a	5a	6a	
1919	54	1	3	2	-	1	61	10	11	20	8	7	5
1920	59	1	3	1	-	1	65	17	15	11	11	6	5
1921	55	1	2	1	-	-	59	14	16	11	7	7	4
1922	47	-	2	2	-	-	51	15	10	9	8	4	5
1923	48	-	1	-	2	3	54	20	11	12	4	6	1
1924	56	-	2	1	2	-	61	22	15	12	7	1	4
1925	60	1	-	1	1	2	65	17	20	10	10	7	1
1926	63	-	1	1	2	-	67	18	18	17	7	3	4
1927	64	-	2	-	2	-	68	18	15	19	10	3	3
1928	60	-	2	-	2	1	65	16	16	17	12	4	-
1929	60	-	1	-	3	1	65	21	13	15	10	6	-
1930	54	-	-	-	2	1	57	16	16	15	6	3	1

Fonte: Livro de registro de Matrículas da Escola "São Nicolau de Flüe" - Colônia Helvetia - Período: 1919 a 1937.

Escolhemos o período de 1919 - 1930 como uma amostragem. Antes de 1919 não conseguimos localizar os livros de registro, mas os dados dessa tabela são elucidativos para as nossas considerações.

Com a vinda das Irmãs Beneditinas, introduziu-se a 6a série no currículo. Nesse período de doze anos a escola manteve uma média de sessenta e um alunos matriculados por ano, sendo a maioria absoluta de filhos de imigrantes suíços; os alunos de outras nacionalidades atingiram a média de apenas cinco por ano. Esse dado comprova nossa

afirmação de que a escola, ao menos até essa data, era quase exclusiva dos suícos.

Esse livro de registros não informa sobre repetência mas mostra a evasão escolar ocorrida durante cada ano letivo, que, nesse período alcançou a média de 3,4 alunos por ano.

Mais importante que esse registro é a constatação de que mais de 50% dos alunos chegava apenas até a terceira série, abandonando os estudos depois. Exemplo: dos cento e cinquenta e um alunos matriculados nas primeiras séries entre os anos de 1919 e 1927, apenas setenta e quatro aparecem nas quartas séries, entre os anos de 1922 e 1930; por outro lado, poucos alunos completavam o curso, até a sexta série.

Deduz-se que boa parte das famílias suícas não mostrava interesse em ver os filhos se aprimorando nos estudos, ou, o que talvez explique melhor essa questão, pesava mais a necessidade da ajuda em casa que as crianças de onze e doze anos podiam prestar.

Mas, por outro lado, mesmo não necessitando especificamente desse trabalho infantil, para muitos pais, bastava a alfabetização (saber ler, escrever e fazer contas) para dar continuidade ao trabalho de lavrador que exerciam. Aliás, era justamente os segredos da lavoura que os filhos deveriam aprender; mais importante conhecer a terra, o clima, o trato do cafezal e dos cereais para dar continuidade ao trabalho que muito bem sustentava a família.

é possível concluir que os suícos entendiam ser as qualidades individuais de iniciativa e habilidade, mais a alfabetização, suficientes para o seu trabalho na lavoura. A melhoria de vida e a conseqüente ascensão sócio-econômica não estavam na dependência de mais instruções ou saberes técnicos. Conheciam o suficiente sobre o café e o cultivo de cereais em geral, não necessitando de mais escolarização como agricultores.

A manutenção da escola na colônia tinha para eles um grande significado, independente até de cumprirem ou não todos os anos de estudo. Eram lavradores, residindo na zona rural, mas alfabetizados. Isto lhes conferia certo orgulho, certo prestígio pessoal, que os aproximava das camadas privilegiadas da sociedade brasileira, como os grandes fazendeiros, os comerciantes e os profissionais liberais das cidades. Saber fazer contas, ler, escrever e falar duas línguas, abria-lhes perspectivas para bons negócios e caminhos para sua inserção na sociedade.

Para aqueles que terminavam o curso até a sexta série, e mostravam aptidão para os estudos, as possibilidades de continuar eram muito remotas. Um caminho era seguir para o seminário, tornar-se padre; como veremos mais adiante, alguns optaram por essa vocação. Outro, era deslocar-se para Campinas e cursar um colégio católico; assim ocorreu com um filho da família Ming: "Em 1923 fui para o Liceu Salesiano fazer escola de comércio. A escola tinha um convênio com o exército e os alunos faziam o serviço militar lá mesmo, em conjunto com o estudo, a partir dos dezesseis anos". (132) Um terceiro caminho era estudar na Suíça, opção dispendiosa, assumida apenas por uma família. Um filho dos Amstalden durante três anos estudou em um colégio técnico em Sarnen, cuja família pagava no início de cada ano, o valor da sua estadia e da anuidade escolar. Excetuando-se o caso excepcional da família de Theodoro Bannwart, que retornou com a finalidade de dar melhores condições de estudo para os filhos, temos apenas exemplos de algumas filhas de imigrantes que viajaram para a Suíça e tornaram-se religiosas. Mas foram casos muito raros.

Assim, até o fim dos anos 30, poucos foram os filhos de imigrantes que obtiveram outro aprendizado além do curso primário que

(132) Entrevista com Leon Ming, 80 anos morador da Col. Helvetia.

a escola da colônia lhes oferecia. Restava para os estudiosos a opção do celibato. Mas isto é outra conversa...

7) A PRÁTICA DA RELIGIÃO CATÓLICA: ELEMENTO DE COESÃO SOCIAL DO GRUPO.

Os imigrantes suíços que formaram a colônia Helvetia eram praticantes fervorosos da religião católica e, por isso, o primeiro grupo da segunda etapa da imigração que chegou em 1881, tratou de trazer consigo o Capelão Nicolau Amstalden para evitar a ausência dos ofícios da fé. Além de celebrante dos rituais, o sacerdote desempenhava outras funções na comunidade; era o guardião moral e o estimulador da vida social, na medida em que promovia reuniões, encontros, rezas e dava aulas de catecismo.

No princípio da colônia, quando ainda não haviam construído a igreja, essas tarefas ficaram bastante dificultadas principalmente porque o capelão não acompanhou as quatro famílias pioneiras que deram início ao projeto de criar uma comunidade suíça no Brasil. Ele preferiu ir morar, em fins de 1887, lá para as bandas de Vinhedo, no Bairro da Rocinha, em companhia de sua irmã Ana Maria e de outras famílias, as mais antigas imigrantes, como os von Zuben, os Sigrist, os Britschgi, os Ifanger e outros, que lá haviam comprado terras e também erigido uma capela.

Padre Nicolau ficou nesse lugar até 1903, quando aceitou convite dos helvecianos para dirigir a nova igreja construída por eles. Curvou-se aos argumentos de que na colônia ele era mais necessário, pelo grande número de pessoas que lá residiam.

Antes da sua chegada, no período compreendido entre os anos de 1899 e 1903, quatro padres diocesanos de São Paulo e seis monges beneditinos de Piracicaba, revezaram-se na assistência religiosa à comunidade suíça. Mas era de um cura de almas efetivo, residente na colônia, que necessitavam. A vinda do Padre Nicolau, carinhosamente chamado de "Kaplan" (capelão) resolveu esse problema.

Em 1910, aos oitenta anos de idade, o venerável Kaplan, já cansado, resolveu entregar seu posto a outro sacerdote. Quem o substituiu por um ano e meio foi D. Ulrich Poffet, padre alemão da ordem Beneditina. Essa ordem religiosa havia comprado uma propriedade na colônia, vinte e quatro alqueires que pertenciam a Theodoro Bannwart, com a finalidade de ali construir um seminário vocacional e que servisse também como um centro de apostolado para colonos de língua germânica.

Em meados de 1911, foi designado o jovem sacerdote D. Ildefonso Stehle, também alemão, para dirigir o projeto da ordem em Helvetia, assim como servir aos moradores locais. E, em 1914, o bispo de Campinas D. João Baptista Nery reconheceu a importância da colônia e elevou o povoado à categoria de paróquia. O projeto inicial da Ordem Beneditina não vingou (possivelmente por falta de vocação), mas o padre Ildefonso permaneceu como pároco na colônia até a sua morte em 1961. (133)

O espaço reservado para atividades sociais, próximo à igreja e à escola, criou um ambiente propício à reunião dos moradores. As famílias passaram a se encontrar com mais freqüência, estreitando laços de amizade e de parentesco, nas reuniões depois da missa aos domingos.

Ao menos um domingo por mês essas reuniões se prolongavam pela tarde, quando se disputavam campeonatos de tiro ao alvo; nessas ocasiões promovia-se almoço comunitário, começavam namoros, arranjavam-se casamentos, planejavam-se festas, discutia-se política, acertavam-se negócios, jogava-se "jass" (jogo de baralho suíço). E o padre também participava - afinal, ele era o líder espiritual, diretor da sociedade da igreja e participante ativo da comunidade. D.

(133) Anstalden, P. Pe., - op.cit. pgs. 200 a 202.

Ildefonso não gostava do esporte do tiro, mas era fanático pelo jogo de "jass".

Essa convivência tão íntima com a Igreja despertou a vocação religiosa entre alguns filhos dos imigrantes. Até 1934, três entre cerca de quinze jovens que haviam seguido para o seminário, conseguiram se ordenar. Dois deles encontram-se ainda vivos, sendo que um é o bispo de São Carlos, Dom Constantino Amstalden e o outro é o Padre Polycarpo Amstalden, já nonagenário. Posteriormente a essa data, mais cinco descendentes abraçaram a carreira sacerdotal. Com relação às moças, quatorze tornaram-se freiras, sendo que sete delas ainda se encontram vivas.

Pelo número de desistências, principalmente entre os rapazes, parece-nos que as famílias e o padre forçaram um pouco as vocações. Este depoimento é elucidativo:

"Havia um grande controle sobre as moças. Não deixavam elas sair de casa, ir a bailes e festas e muitas eram "empurradas" para o convento. Eu mesmo fui mandado para Sorocaba para estudar na Escola de Oblatos, dos Beneditinos, mas agüentei pouco tempo lá. No segundo ano fugi da escola". (134)

Entre as moças, o número das que abandonavam o convento foi menor. Um indicador de maior perseverança e religiosidade? Possivelmente não. A pressão familiar e as menores possibilidades de realização pessoal explicam o fato de maneira convincente. A elas não restavam muitas opções fora do casamento.

Parece que as famílias da comunidade suíça haviam assumido uma característica peculiar da sociedade brasileira, bem distintas nas classes mais abastadas, aquela de ter na família ao menos um filho

(134) Entrevista com João Ambiel, 81 anos Col. Helvetia.

padre...Mas, pelo filho advogado, elas tiveram que esperar outras gerações...

A prática da religião católica impunha à comunidade um certo controle social que aparecia em circunstâncias específicas na atuação e interferência do padre como instrumento da manutenção da doutrina e mesmo como regulador das normas sociais de conduta. No primeiro caso, aparece a exigência que o sacerdote fazia a todos os moradores de praticar os ritos da religião e difundir a fé católica; uma forma de congregar os fiéis era associá-los às irmandades religiosas ou ao coral da igreja.

Dessa maneira, o próprio grupo criava certas regras que eram aceitas pela maioria. Por exemplo, proibiam-se que os filhos se casassem com pessoas que não eram católicas...Aconteceram alguns casos em que eles se envolveram com os vizinhos do Bairro Friburgo, de imigrantes alemães e suíços, onde a maioria era protestante. Isso dificultava relacionamentos e impedia casamentos. Sem dúvida que muitas paixões foram abortadas e o padre se empenhava em evitar que os(as) jovens da colônia se relacionassem com seus vizinhos luteranos, chegando a proibí-los(las) de frequentar bailes em Friburgo.

Nos registros de batismo da paróquia da Helvetia encontramos provas de que o amor superou as barreiras religiosas. Seis jovens, quatro moças e dois rapazes, entre dezenove e vinte e quatro anos, três filhos de alemães e três de suíços, residentes em Friburgo, foram batizados na igreja católica, abjurando a religião protestante, para poderem se casar com seus noivos e noivas da comunidade helveciana. E de outro lado, atestando a força do catolicismo dentro do grupo da Helvetia, não encontramos referência sobre ninguém que tenha renegado a religião com esse propósito.

Havia ainda o empenho das famílias para que seus filhos se casassem com descendentes, evitando misturar-se com outras raças, numa

tentativa de preservação étnica do grupo. Mas esse é outro assunto - vamos tratar dele a seguir.

B) A VIDA SOCIAL NA COLÔNIA

As relações familiares e de vizinhança eram bastante desenvolvidas entre os suíços, principalmente porque a maior parte das famílias não mantinha contatos com as cidades da redondeza, a não ser para assuntos comerciais, que eram tratados quase sempre pelo pai e, às vezes pelo filho mais velho.

Assim, o grau de sociabilidade do grupo mantinha-se razoavelmente restrito dentro da própria comunidade, facilitado pelo grande parentesco existente entre as famílias.

Aos domingos ocorriam as reuniões mais animadas; logo após a missa todos se encontravam no pátio defronte à igreja, onde tratavam de variados assuntos e se divertiam. As diretorias das sociedades da escola, da igreja e do tiro ao alvo, normalmente tinham alguma coisa para discutir. Os fanáticos pelo jogo do "jass", sentavam-se logo a uma mesa para uma disputa acirrada. As mulheres contavam umas às outras, as novidades da semana e os jovens aproveitavam o momento de descontração dos pais para conversar e flertar com as moças.

Normalmente, num domingo por mês, esses encontros se prolongavam até o período da tarde, quando se disputava o campeonato de tiro ao alvo. Nessas ocasiões, as famílias levavam comida de casa e era realizado um almoço comunitário.

Uma vez ao ano, no primeiro domingo do mês de agosto, realizavam a maior festa da comunidade, em comemoração à independência da Suíça. Os atos religiosos eram mais pomposos com missa cantada pelo coral da Helvetia e outros corais convidados e, às vezes, contava-se com o bispo de Campinas como celebrante.

A banda da colônia executava uma retreta especial com músicas características dos cantões agro-pastoris da Suíça central, berço originário de todos os imigrantes da Helvetia. E a emoção era

muito grande porque para essa festa acorriam parentes e outros descendentes de suíços residentes em locais mais distantes. Para muitos deles representava a única oportunidade no ano de se encontrar com os conterrâneos, ouvir as músicas de sua terra e participar de uma festa muito animada.

Também o campeonato de tiro ao alvo revestia-se de cores mais brilhantes pela participação de atiradores vindos de São Paulo e do Rio de Janeiro, que além de tornarem mais acirrada a disputa, contribuíam para melhorar as prendas e aumentar a arrecadação da sociedade.

As mulheres tinham na festa uma função muito especial: preparar as comidas típicas, que eram disputadas e rapidamente consumidas pelos presentes. As diversões começavam normalmente no sábado à noite, quando realizavam um grande baile. E, no domingo à tarde, além de outro baile, aconteciam apresentações da banda e, às vezes de peças teatrais por um grupo de alunos da escola.

Fora essa festa tradicional, os bailes constituíam-se na diversão predileta dos jovens suíços da colônia. Os bailes familiares ocorriam regularmente a cada quinzena, realizados quase sempre nas tulhas de café e, vez ou outra, no salão de festas anexo à escola. Os familiares eram animados pelos sanfoneiros da colônia. Durante muitos anos, Luiz Bannwart e Francisco Fanger, especialistas em mazurcas, polcas, shots e valsas, fizeram a alegria da moçada da Helvetia. Já para o salão da escola, maior, e onde se reunia mais gente, traziam um conjunto musical de Indaiatuba. Nos casamentos, invariavelmente também aconteciam bailes animadíssimos, estimulados pelo bom vinho que se consumia, produto das várias adegas existentes na colônia.

Como assinalamos atrás, os suíços, em matéria de preferência musical não eram puristas, pelo contrário, dançavam ao som das mais variadas tendências musicais do Brasil da época.

Além disso, assimilavam outro costume bem brasileiro: a festa do carnaval, ocasião em que realizavam dois bailes, um no domingo, e outro na segunda-feira. No sábado o padre proibia, para ninguém perder a missa no domingo de manhã. E na terça-feira, todos dormiam cedo prontos para a labuta do dia seguinte. (135)

Essas festas e bailes eram exclusivos dos suíços e seus descendentes; os colonos e empregados italianos, brasileiros e outros não eram convidados. Os italianos, vez ou outra, realizavam seus próprios bailes nas tulhas de café. E os negros também faziam a sua festa, "festa particular" no dia de São Pedro, quando acendiam uma grande fogueira e dançavam, no terreiro da casa do "Eduardo Curador".

Esse velho ex-escravo estava na fazenda Serra d'Água, quando os suíços a compraram em 1888 e foi incluído no negócio como parte dos bens da propriedade. Trabalhou como empregado da família Wolf durante muitos anos e esta, em reconhecimento à sua dedicação, deu-lhe de presente um pedaço de terra, na qual ele construiu sua morada e plantou uma pequena roça.

Sua alcunha de "curador" deveu-se ao grande conhecimento que tinha das plantas e ervas medicinais - provavelmente transmitido, em parte, pelos seus ancestrais africanos; receitava chás, infusões e emplastros de folhas, raízes e cascas e praticava benzeduras debaixo de determinadas espécies de árvores.

Utilizava-se também de óleo bento, conseguido junto ao pároco de Helvetia, o qual, curiosamente, não o hostilizava e até mantinha com ele uma relação cordial. Os padres usavam os óleos para unção dos enfermos, mas o curador os aplicava como uma espécie de unguento, para eliminar dores ou curar feridas.

Nesse caso, ele adotava uma prática de sincretismo religioso, fundindo o ritual da igreja católica com suas crenças místicas.

(135) Entrevista com Lina Ambiel Sigrist, 87 anos, Col. Helvetia.

Os depoimentos de descendentes dos suíços que o conheceram, ressaltavam aspectos do seu amplo conhecimento dos poderes curativos das plantas e de sua capacidade intuitiva em identificar as doenças. É claro que se destacava também o elemento religioso, quando o curador utilizava os óleos santos, e advertia os pacientes de que o tratamento surtiria efeito proporcionalmente à fé que eles depositavam em Deus.

Outra característica identificada no velho ex-escravo referia-se à sua capacidade de adivinhar ou antecipar certos acontecimentos. Nada muito sensacionalista, apenas coisas simples, como indicar a pescadores e caçadores os dias e os lugares mais adequados para encontrar suas presas. (136) Provavelmente, não se tratava de nenhuma premonição extra-sensorial, mas de uma qualidade derivada da sua longa experiência de vida e conhecimento das coisas da natureza.

O velho negro curador não era um católico praticante, no sentido de frequentar os rituais da igreja, mas tinha uma crença num Deus, e seus rituais próprios, evidenciados em sua prática de benzimentos e orações, tendo como elementos coadjuvantes dessa prática, as coisas da natureza, como as árvores, por exemplo.

Sem dúvida, que parte da sua fama nas redondezas, devia-se ao fato de que a maior parte das pessoas na época (entre 1910 e 1930) não tinha acesso a médicos e hospitais. Mesmo os suíços da Helvetia, por inúmeras vezes, recorreram ao curador, a despeito de suas melhores condições financeiras, numa prova de que os chás por ele receitados, funcionavam, ao menos para alguns males!

Retornando à vida social na comunidade suíça, vamos lembrar outro tipo de lazer praticado pelos moços quase todas as tardes de domingo: o jogo de futebol. Esse esporte fora introduzido na colônia por volta de 1920, uma diversão da qual participavam não só suíços e

(136) Entrevista citada com João Amiel.

descendentes, mas também outros moradores. Nesse sentido, foi um passatempo que contribuiu para maior integração social na colônia, independente da condição dos moradores, fossem eles proprietários ou empregados.

Tal assimilação de costumes não chegou a destruir os traços culturais característicos do grupo suíço; se de um lado, o futebol atraiu vários filhos de imigrantes, por outro lado, outros filhos preferiram continuar a prática de tiro ao alvo. E, na tradicional festa anual, os mais velhos, nascidos na Suíça, exprimiam a sua saudade, recordando histórias que seus pais lhes haviam contado e ouvindo ou entoando músicas típicas. Os mais novos aprendiam e assimilavam esses costumes, conservando uma herança, que tinha como ponto de partida, a preservação da língua.

As mulheres da comunidade suíça tradicionalmente estiveram na retaguarda dos lares, onde além das tarefas específicas de cuidar da casa e dos filhos, restavam-lhes ainda afazeres, na medida em que muitas famílias tocavam sozinhas a sua lavoura. Tirar leite, fazer queijo, manteiga e pão, e costurar para a família, constituíam-se nos serviços mais comuns delas. Recebiam ajuda das filhas conforme elas cresciam e, às vezes, até de crianças parentes que vinham se hospedar em suas casas para poder estudar na escola da colônia.

Fora desse âmbito familiar, elas tinham também uma participação social importante, quase sempre ligada às atividades religiosas, pelo próprio papel que a igreja exercia no seio da comunidade; pertenciam às irmandades religiosas, e algumas, que apreciavam o canto, faziam parte do coral. E nas festas, encarregavam-se da cozinha, na febril preparação dos pratos típicos. Mas, as mulheres da comunidade não participavam do planejamento e organização das festas, que eram realizadas pelas diretorias das associações, compostas exclusivamente pelos homens.

Assim como alguns homens alcançaram notoriedade dentro da colônia pelo espírito de liderança e outros atributos, certas mulheres também se destacaram pelo trabalho fora do lar. Certamente não havia muito trabalho social numa comunidade rural de famílias autônomas que produziam café; o padre cuidava de manter os fiéis no caminho da fé e da salvação da alma e as freiras, na escola, eram suas coadjuvantes, auxiliando na educação das crianças, dentro do espírito do catolicismo e atuando como transmissoras dos traços culturais dos antigos emigrantes.

Mas havia a questão da saúde do corpo. Para os casos mais simples recorria-se sempre ao remédio caseiro; quando a coisa se complicava um pouco, iam ao velho curador e, em última instância, viajavam a Campinas para consultar com o Dr. Bolliger (médico alemão que durante muitos anos atendeu aos suíços).

Foi justamente nesse campo da saúde que se destacaram algumas mulheres da colônia, na prática do serviço de parteira. Vamos recordar de uma, Cristina Ambiel Gut, que logo depois do seu casamento em 1893, iniciou-se neste ofício (que aprendera com Ana Maria Amstalden von Zuben, antiga imigrante de 1854), e por mais de quarenta anos, auxiliou as mulheres de Helvetia e redondezas (tanto as conterrâneas quanto as de outra nacionalidades) a dar à luz a um grande número de crianças.

E Cristina transformou esse trabalho num ato de caridade: nunca cobrou nada pelos seus serviços. Segundo D. Polycarpo,.... "e todos nós, os nascidos em Helvetia e seus arredores, entre os anos de 1894 e 1945, ao entrarmos neste mundo, fomos amparados pelas mãos jeitosas de 'Guidachristi'. São centenas as mães que atestam ainda

hoje que ela sabia exercer essa profissão com a máxima dedicação e discrição, segundo os costumes da época". (137)

Assim, dentro da colônia, excetuando-se o trabalho da parteira e das freiras na escola, não se destacavam profissões ou atividades específicas para as mulheres. Elas eram parte fundamental da família, na medida em que esta constituía-se numa pequena empresa, onde todos os membros trabalhavam em função do coletivo. Muitas vezes as famílias contratavam colonos e empregados de acordo com o tamanho da exploração agrícola e dos braços disponíveis em casa. Aí o trabalho da mulher aumentava porque era uma prática comum entre os suíços, servir comida aos empregados solteiros.

Como parte da empresa familiar, à mulher reservava-se o importante papel de controlar as despesas da casa. Normalmente os maridos faziam os negócios e cuidavam das finanças, mas não se preocupavam muito com as compras de alimentos, roupas, etc. Disso, encarregava-se a mulher, que, segundo um depoimento, precisava ser segura, econômica e não desperdiçar nada, dando assim sua contribuição para o progresso da família. (138)

Na questão dos casamentos, indicamos atrás que as famílias da comunidade suíça se empenhavam para que seus filhos se unissem com descendentes, evitando misturar-se com outras raças. Aparentemente significava uma preocupação com a preservação étnica do grupo (manutenção dos valores culturais básicos, preservação das características biológicas e identificação pela sociedade como uma categoria distinguível) (139), mas só aparentemente.

Havia restrições, principalmente contra brasileiros, detectadas em expressões do tipo: "são caboclos... gente sem

(137) Amstalden, Polycarpo, Pe., op.cit. pg. 139. O termo "GUIDACHRISTI" significa Cristina dos Gut. BUIDA = Corruptela de GUT. CHRISTI = Cristina.

(138) Entrevista com Helena Ming Amstalden, 76 anos, Col. Helvetia.

(139) Sobre conceito do grupo étnico ver: VIEIRA, Francisca T. Schurig, "O Japonês na frente de expansão paulista", SP, Pioneira EDUSP, 1973, pg. 118.

cultura... sem ambição... de má formação... etc". Em algumas famílias, essas restrições resvalavam até para o preconceito racial, preferencialmente contra o negro.

Entretanto, os suíços não chegaram a formar um grupo racial e, embora excluíssem de suas festas tradicionais as pessoas que não tivessem a sua descendência, e procurassem evitar que seus filhos se unissem a elas pelo casamento, de certa forma, a comunidade não se preservou intacta. Não foi possível manter por muito tempo a pureza étnica do grupo, mesmo com o esforço das famílias, que aceitaram até casamentos consanguíneos; assim, já no começo do século, filhos de algumas famílias mais tradicionais da colônia, casaram-se com moças de outras nacionalidades.

O primeiro caso aconteceu em 1901 e a noiva era de origem húngara. O segundo casamento, no ano seguinte, uniu José Amstalden e Mariana Stocco. Os Stocco eram italianos do Tirol e trabalhavam como colonos para Benedito Amstalden (um dos fundadores da Helvetia), que "preocupava-se em encaminhar seus três filhos para um feliz enlace matrimonial, de preferência com jovens do mesmo sangue suíço. Esse costume já prevalecia entre os emigrados de 1854 e, com frequência, até entre parentes. O jovem José, porém, abriu precedente... sem contrariar a vontade do pai..." (140)

Até 1921 mais quatro casamentos inter-raciais ocorreram, todos de filhos de famílias suíças com jovens de outras nacionalidades: uma italiana, uma austríaca e duas brasileiras.

Apenas em 1924 uma moça de descendência suíça conseguiu romper as barreiras familiares e uniu-se a um jovem alemão da colônia de Friburgo, abrindo caminho para outras três, que se casaram respectivamente, com um espanhol, outro alemão e um brasileiro.

(140) Amstalden, Polycarpo, Pe., op.cit. pg. 79.

E até o ano de 1930, mais um filho de suíços uniu-se a uma jovem alemã, também de Friburgo, devidamente convertida ao catolicismo.

Nos dez anos seguintes, os casamentos inter-raciais na colônia aumentaram bastante: trinta e nove casamentos aconteceram nesse período, sendo vinte e quatro "puros" (entre descendentes de suíços) e quinze "mistos" (entre descendentes e jovens de outras nacionalidades). (141)

Entretanto, mesmo com essa miscigenação, o grupo suíço conseguirá manter os traços característicos da sua cultura, graças às instituições que haviam criado (escola, igreja e tiro ao alvo), que atuaram com desenvoltura, ao menos até a época da Segunda Guerra Mundial, formando e encaminhando os filhos de acordo com os ensinamentos e exemplos que os antigos imigrantes transmitiram às novas gerações.

(141) Livro número 1 - 1900-1955 Registro de casamentos da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, Colônia Helvetia.

9) A PRÁTICA POLÍTICA DOS COLONOS SUÍÇOS

As quatro famílias que deram início à formação da colônia suíça no Brasil, a princípio já imaginavam criar associações que congregassem os moradores em torno de alguns objetivos essenciais de vivência em comum. Estavam, talvez, até sem perceber exercitando uma forma de prática política, expressa por eles nos conceitos de "unidade na multiplicidade, dentro da solidariedade" (142). Em outras palavras, pretendiam crescer, multiplicar-se, trazendo novos conterrâneos para viver na colônia, mas sem perder de vista os pressupostos básicos da vida em comunidade, mantendo-se unidos e solidários entre si.

A comunidade, ao escolher os diretores das associações da escola, da igreja e do tiro ao alvo, exercitava uma prática democrática fundamental na sua formação política. Por outro lado, os diretores ampliavam esse leque, na medida em que planejavam, discutiam e tomavam decisões que diziam respeito a toda comunidade. Responsabilizavam-se pelo cumprimento das normas das associações, programavam as festas e competições e auxiliavam o pároco nas atividades da igreja.

Dessa maneira, os moradores da colônia viveram uma experiência política particular, reforçada pela negligência das autoridades municipais de Indaiatuba.

Toda a infra-estrutura da colônia foi construída e conservada por eles. Desde os poços e canalização de água para servir as residências e a escola, passando pela produção de energia elétrica, iniciada em 1922, quando a família Amstalden importou da Alemanha uma turbina, que foi instalada na queda d'água do Capivary-Mirim, cujas águas já represadas serviam para movimentar as rodas dos moinhos de beneficiamento de café e cereais; essa pequena usina produziu energia

(142) Amstalden Polycarpo, *Pe. op.cit.* pg. 75.

elétrica para as casas até dois quilômetros de distância da represa. E até a abertura de estradas e sua manutenção ficava a cargo dos moradores da colônia.

A colônia era praticamente autônoma no seu relacionamento com autoridades políticas, e os suíços a princípio até estranharam o que denominaram de "ausência de governo", comparativamente ao rígido controle a que eram submetidos em suas comunas na pátria de origem. O padre Gaffre, um conterrâneo que visitou a colônia no começo do século, escreveu sobre as "liberdades" encontradas no Brasil: "... "Aqui não há escriptório do collector. No Brasil não existem contribuições directas nem sobre a terra, nem sobre as propriedades. Pelos 2000 hectares de terra os helvecianos não pagam um real de imposto"....(143)

Mas, esses mesmos helvecianos trataram de encurtar o distanciamento, entre eles e o governo municipal de Indaiatuba, lançando candidatos ao cargo de vereador na cidade. Nas eleições realizadas em 16/11/1901, entre seis vereadores eleitos, encontrava-se Antonio Ambiel, sufragado com a quantia de cento e noventa e três votos. Sua posse na Câmara ocorreu em janeiro de 1902. (144)

Vimos anteriormente (item 3 do capítulo IV) que em 1898 moravam na colônia duzentos e oitenta e oito suíços, mais cento e oitenta e quatro colonos de origens diversas, totalizando uma população de quatrocentas e doze pessoas. Provavelmente essa população não havia crescido muito até 1901; dessa maneira, calculamos que os cento e noventa e três votos que elegeram Antonio Ambiel foram dados pelos eleitores da colônia, onde ele era um líder muito conhecido. Esse número de votos corresponde a mais de 40% do total da população da colônia e representa um percentual de eleitores bastante elevado, considerando-se que na época o exercício de votar não era uma prática

(143) Jornal do Comercio de São Paulo, 25 de fevereiro de 1912, pg. 3, transcrito da "Revue de Fribourg".

(144) Livro de Atas.... já citado, sessões ordinárias de 15 de dezembro de 1901 e 07 de janeiro de 1902, pgs. 207 e 217.

comum a todos os cidadãos. As mulheres estavam excluídas e talvez alguns imigrantes que não haviam se naturalizado.

Mas, a votação dada a Antonio Ambiel foi merecida, a julgar pelos seus antecedentes: sua família emigrou para o Brasil em 1881, fazendo parte do primeiro grupo que acompanhou Ana Maria Amstalden (que já estava aqui desde 1854 e retornara com a finalidade de trazer o Capelão Nicolau, seu irmão e outros parentes). Com dezoito anos, era o mais velho entre sete irmãos, havia feito a escola primária, mas aprendera na prática, a profissão de agrimensor. A família vivia razoavelmente bem em Giswill, no Cantão de Obwalden, onde possuía alguns lotes de terra nos quais plantavam cereais e batatas e criavam gado leiteiro. Vejamos seu depoimento que explica essa questão e justifica a emigração da família:

...“Meu pai era um pequeno lavrador proprietário de um estábulo bem montado, com meia dúzia de vacas leiteiras. Com muito trabalho e sacrifícios conseguia criar e educar numerosa família. Certo dia, um conterrâneo, negociante na vila, veio chorar-lhe as mágoas, pedindo o endosso de alguns mil francos. De boa fé o pai assinou a letra, como era de costume dele fazer com outros conterrâneos da aldeia, pois era um homem de bem e seu nome cotado na região. Aconteceu porém o que ele nunca previra. O beneficiado entregou a letra ao credor, liquidou seu negócio e tomou rumo desconhecido. Venceu o prazo e a letra foi cobrada do meu pai. Seu único capital eram

as vacas e a pequena propriedade. Foram passadas uma depois da outra para o credor...O pai então proclamou solenemente a resolução de liquidar todos os bens e partir com toda a família para o Brasil"...(145)

Já na fazenda Sítio Grande, em Jundiaí, Antonio Ambiel destacou-se na organização da sociedade de tiro ao alvo, em 1885; grande foi seu entusiasmo e coragem demonstrados na ocasião da compra da primeira propriedade pelo grupo das quatro famílias suíças.

Energia já na época a sua capacidade de liderança e habilidade nos negócios, demonstradas nesse episódio. Tratou com desembaraço da documentação relativa à compra da fazenda, pois foi dos primeiros a dominar a língua portuguesa, tornando-se, depois de criada a colônia, o principal articulador da sua organização.

Conhecia a todos os moradores, seja como agrimensor, responsável pela medição das terras, ou como hábil negociador, pois nos primeiros tempos, era ele que se encarregava da venda do café produzido na Colônia. Por suas atividades comerciais tornou-se uma espécie de representante da comunidade suíça junto aos comissários de café em Santos e junto a alguns comerciantes de Campinas. Da mesma forma, no trato de questões jurídicas e administrativas, facilitou os trâmites burocráticos de documentos junto aos cartórios das cidades vizinhas.

Foi o inspirador principal da construção da escola e da igreja e seu entusiasmo contagiou até os mais reticentes. Não esmoreceu nos momentos difíceis, quando houve dificuldades para

(145) Depoimento de Antonio Ambiel ao Pe. Polycarpo Amstalden, quando este, em 1923, então estudando em Roma, viajou de férias a Giswil, e lá encontrou o primeiro em visita a parentes. In Amstalden, P. Pe. op.cit. pgs. 106 - 107.

encontrar tanto um padre quanto um professor que conhecesse o alemão e aceitasse trabalhar na colônia. Igualmente, mostrou firmeza na época da primeira Guerra Mundial, quando o governo brasileiro interferiu no funcionamento de escolas particulares que ensinavam o idioma alemão atingindo diretamente a escola dos suíços. E pela sua seriedade e honradez, que o tornaram uma pessoa de confiança, conseguiu empréstimos de dinheiro e adiantamentos dos comissários para si e os companheiros, o que muito contribuiu para compra de novas fazendas e melhoramento das propriedades.

Do ponto de vista intelectual, Antonio Ambiel sobressaiu-se entre os moradores pelo seu acúmulo de conhecimentos. Era um trabalhador incansável; depois de passar o dia em atividades na lavoura e com o gado, encontrava disposição, à noite, para leitura de jornais e revistas, redação de cartas para parentes na Suíça e confecção das cadernetas de controle das despesas e receitas da fazenda. (146) Criou também o hábito de registrar os acontecimentos importantes ocorridos na colônia, e deixou escritas crônicas onde narrou as aventuras dos imigrantes suíços fundadores da Helvetia.

Depois de criadas e organizadas as associações da colônia (segundo os moradores atuais, instituições básicas que mantiveram unidos os imigrantes suíços e seus descendentes), e quando as três já estavam cumprindo suas funções, Antonio Ambiel resolveu, em 1901, alçar um voo mais alto e colocar a sua experiência política a serviço de outra comunidade. Como vereador em Indaiatuba esperava aplicar na cidade, os métodos de administração e as formas de organização concebidos para a colônia e que funcionavam a contento.

Indaiatuba era apenas uma vila com poucos habitantes, pouco maior que a Colônia Helvetia, a julgar pelo recenseamento ali

(146) Coleção de documentos particulares de João e Paulo Ambiel, Col. Helvetia.

realizado em 1917, que registrou uma população de mil seissentas e quinze pessoas.

Entretanto, Antonio Ambiel não viu concretizados os seus planos. Esbarrou num tipo de estrutura política e burocrática, característico da Velha República, que facilitava a composição de grupos manipuladores do poder. Em Indaiatuba formou-se um grupo em torno do vereador e também major da polícia Alfredo de Camargo Fonseca, rico fazendeiro local de família tradicional, eleito pela primeira vez em 1901. Foi escolhido pela Câmara como "Intendente" em janeiro de 1905 e reeleito sucessivamente até 1930. (147) Um caso típico de coronelismo da Velha República, versão paulista. A partir de 1906, o intendente passou a ser designado como "Agente Executivo Municipal" e em 1908, deram-lhe a denominação de "Prefeito". E, três anos depois, o cargo passou a ser remunerado, através de um projeto apresentado pelo próprio prefeito e aprovado por unanimidade pelos vereadores, com a justificativa de que a verba era "necessária para repor seus gastos particulares no exercício nobre do serviço público".(148)

Como se vê, o major passou a manipular o poder, excluindo as chances de uma rotatividade no cargo. Com o apoio que tinha na Câmara exercitava um verdadeiro mandonismo local, concedendo um ou outro benefício ao município, quando era do seu interesse econômico ou político.

Desde sua posse em 1902, Antonio Ambiel foi reeleito sucessivamente por mais seis vezes, tendo participado da vereança indaiatubana até 05/01/1920. Sua atuação nesse período de dezoito anos podemos classificar como modesta se considerarmos os projetos apresentados. Por outro lado, exerceu por três mandatos a chefia da

(147) Livro de Atas... citado, pg. 250.

(148) Livro de Atas número 2, 15 de janeiro de 1911, pg. 32.

Comissão de Finanças e Obras Públicas e por dois mandatos a Vice-Presidência da Câmara Municipal.

Pela análise dos livros de Atas da Câmara, percebemos que nenhum vereador se destacou mais que outro na apresentação de projetos, a não ser o "major-prefeito". Esse sim, talvez pela sua função mais executiva, que o cargo lhe conferia, era o campeão dos projetos.

Assim, Antonio Ambiel, na sua função de vereador, não merece ser taxado de improdutivo; ele não foi nem mais nem menos que outros colegas. Mas um fato merece comentários: por que ele não chegou nunca ao cargo de prefeito depois de ter passado dezoito anos na Câmara?

Já apresentamos alguns indícios mostrando as maquinações políticas do Major Fonseca; ele teve habilidade suficiente para formar uma composição de vereadores que se reelegiam sucessivamente e serviam como sua base de apoio. Quando um deles se afastava, seu substituto, via de regra, alinhava-se com o grupo. Difícil era articular oposições ao Major. Bem que Antonio Ambiel tentou, mas sem sucesso. Alguns episódios ilustram a deterioração das relações entre ele e o prefeito: na sessão ordinária da câmara de primeiro de junho de 1907, Ambiel apresentou indicações para que "a câmara mandasse fazer por sua conta o caminho que vai desta cidade à Estação de Itaicy" Discutida, a proposta foi rejeitada por unanimidade, argumentando os vereadores que outros caminhos já tinham sido feitos por particulares e que este também poderia sê-lo. (149)

Mas, na sessão ordinária da Câmara no mês de julho, o major prefeito apresentou proposta de que "a câmara deveria zelar pela conservação da estrada de Itaicy que já houvera sido feita por iniciativa de particulares". (150) Ora, se no mês anterior fora

(149) ídem, ibidem, pg. 5.

(150) ídem, ibidem, pg 5v, 06 de julho de 1907.

rejeitada proposta no sentido do poder público arcar com as despesas de sua construção, como trinta dias depois a estrada poderia estar pronta? Parece que o caminho realmente já existia e a primeira proposta não era para a sua abertura, provavelmente apenas para o seu alargamento. Presume-se que o vereador Ambiel redigiu o seu pedido de maneira equivocada.

Contudo, diante da recusa da câmara em fornecer subsídios para esse empreendimento, alguma obra deve ter sido iniciada nesse período, por particulares, abrindo ao prefeito a possibilidade de mostrar a Antonio Ambiel que os projetos de utilidade pública que dependiam de verbas da câmara, tinham que ser de sua autoria, ninguém podia ofuscar o seu brilho como agente executivo, nem roubar-lhe a cena política.

O fato é que a proposta do prefeito foi aprovada e, a partir desse ano, declinou a atuação de Antonio Ambiel na câmara, bem como de outros vereadores e, paralelamente, aumentou a do prefeito. Cresceu a sua influência e popularidade e seu bloco político garantiu-lhe reeleições sucessivas como vereador e prefeito, transformando-se a câmara, num legislativo dócil e burocrático, que passou a se reunir apenas para aprovar os seus projetos e ouvir a leitura dos seus relatórios anuais.

Depois de outubro de 1909, Antonio Ambiel não apresentou mais nenhum projeto nem participou de comissões da câmara, uma possível demonstração do seu desalento e decepção com a forma e os métodos de como se fazia política em Indaiatuba. E as relações entre ele e o prefeito continuaram extremadas e agravaram-se depois do episódio ocorrido em 1909, quando o major se desentendeu com o bispo da Diocese de Campinas, D. João Batista Nery.

Provavelmente a essa época ele já desistira do seu projeto inicial de transportar para o município as experiências de organização

sócio-cultural e política que haviam dado certo na colônia. Tentou criar escolas nos bairros rurais sustentadas com o dinheiro público, mas sem sucesso. Seus projetos nesse sentido eram elogiados mas nunca aprovados e executados, sempre com a alegação de que a câmara não dispunha de verbas.

Entretanto, a sua presença na câmara de Indaiatuba trouxe alguns benefícios aos conterrâneos da Helvetia. Em 1905 conseguiu a aprovação de uma auxílio anual para a escola São Nicolau de Flüe, no valor de 500\$000. Em 1909, a câmara, atendendo solicitação dos moradores da colônia, autorizou a assinatura de um contrato entre o município e um empresário de Campinas, para a construção de "uma estrada de carris de ferro por tração elétrica ou a vapor, que partindo da estação da Sorocabana Railway, nesta cidade vá à colônia Helvetia, indo terminar na divisa do município". (151)

Depois que Antonio Ambiel deixou a câmara em 1920, nos dez anos seguintes, outros quatro representantes da comunidade suíça exerceram a vereança em Indaiatuba, também sem conseguir maiores projeções, abafados pelo "modus" político do major-prefeito.

Para que não fique a impressão de uma análise maniqueísta, que coloca de um lado o prefeito "ruim e autoritário" e de outro, a "boa e democrática" comunidade suíça, convém relatarmos alguns episódios que envolveram a pacata Indaiatuba nos acontecimentos políticos tumultuados dos últimos dez anos da Velha República.

Por ocasião da Revolução de 1924 em São Paulo, o major posicionou-se contra ela, ideológica e materialmente. Propôs à Câmara que votasse uma sua proposta de doação de 500\$000, proveniente do erário público, para ajudar famílias de oficiais e soldados legalistas mortos na revolução. E aproveitou a oportunidade para fazer um discurso a favor das forças do governo e defender o presidente Arthur

(151) ídem, ibidem, pg. 20., 02 de outubro de 1909.

Bernardes; ao mesmo tempo, atacou os revolucionários, chamando Isidoro Dias Lopes de "sanguinário e impatriota". (152)

Sua ajuda foi aprovada pelos vereadores e, não satisfeito, criou uma comissão de senhoras e senhoritas da sociedade local com o objetivo de conseguir mais donativos entre os munícipes. Para nossa surpresa, faziam parte dessa comissão, oito mulheres descendentes dos suíços, das famílias mais prestigiosas da comunidade. (153) Com certeza, elas já residiam em Indaiatuba, pois as famílias haviam comprado terras nas redondezas, mas tinham uma ligação muito estreita com a colônia, como descendentes diretas dos primeiros imigrantes fundadores dela.

A surpresa no caso está no alinhamento delas com a política do major-prefeito, adversário de Antonio Ambiel, pouco estimado e muito criticado pelos suíços, pela sua postura autoritária, atitudes violentas e ineficiência administrativa. O episódio do entevero com o bispo não fora esquecido facilmente.

Inquietava naquele momento que essas senhoras, algumas delas parentes de Antonio Ambiel, se engajassem numa campanha de cunho populista e de promoção política pessoal do major Fonseca. Apesar delas estarem fora da colônia, esperava-se outra atitude, que demonstrasse certa fidelidade ao grupo suíço, o qual claramente se opunha ao prefeito. Podemos especular que as mulheres suíças, à semelhança de outras na sociedade brasileira da época, eram bastante reprimidas, sem oportunidades e excluídas das atividades sociais e políticas - daí terem aproveitado a oportunidade de trabalhar pela comissão que o prefeito criou, independentemente do colorido ideológico dela.

(152) *idem*, *ibidem*, pg. 117, 07 de abril de 1924.

(153) *idem*, *ibidem*, pg. 117v, 05 de maio de 1924. Seus nomes: Maria Wolf; Gertrudes Ambiel; Hermínia Ambiel; Eliza Gut; Carolina Amstalden; Ildegarda Bannwart; Edwirges Bannwart e Rosa Bannwart.

Na destituição do prefeito, em 1930, por ato do interventor do governo federal em São Paulo, após a revolução, vários representantes da comunidade suíça compareceram à cerimônia de transmissão do cargo e assinaram a ata, manifestando sua satisfação pelo término do longo período de domínio político do major em Indaiatuba. (154)

Entretanto, o regozijo durou pouco. O major Fonseca, astuta e rapidamente, esqueceu-se das questões ideológicas e passou a apoiar Getúlio Vargas e a revolução que, como sabemos, não pretendia promover alterações muito profundas na estrutura do poder político; daí, casando-se interesses de ambos os lados, conduziu-se novamente o major ao cargo de prefeito de Indaiatuba, através de um ato do Governo Provisório de São Paulo, no dia 30/04/1931. No ato de incorporação do velho caudilho, nenhum membro da colônia suíça compareceu à cerimônia, revelando a sua indignação e decepção com a prática política da República brasileira. E prova maior do prestígio político bajulatório do prefeito reconduzido ao cargo, encontramos na ata da cerimônia: noventa e sete prestigiosos cidadãos de Indaiatuba a assinaram, conferindo legitimidade ao ato espúrio! (155)

Fica uma certa dose de frustração ao concluirmos esse item e constataremos que a atuação política da comunidade suíça restringiu-se no final a uma batalha isolada de um líder dela, batalha inglória, na medida em que quase nada foi conseguido para Helvetia ou para Indaiatuba.

Afrontando o mandonismo local, Antonio Ambiel, afinal de contas, não pode ou não soube como enfrentá-lo. Possivelmente a prática política da época era contra seus princípios de bom católico. Lutar contra ela para modificá-la talvez ele tenha até tentado, mas

(154) ídem, ibidem, pg. 154v, 20 de novembro de 1930.

(155) ídem, ibidem, pg. 156, 30 de abril de 1931.

quando percebeu que não reuniria forças suficientes para tal

139

empreendimento por que continuou no cargo de vereador? Após o episódio de 1909, quando o major Fonseca chegou a desacatar o bispo, ficou claro que tipo de pessoa ele era e quais as suas ambições políticas.

A partir daí, Antonio Ambiel poderia ter rompido definitivamente com ele e formado a partir da colônia uma frente de oposição séria, tentando impedir ao menos sua reeleição sucessiva. Mas isso ele não fez, pelo contrário, até desaconselhou seus amigos na colônia a não tecer críticas à atuação do prefeito.

Assim, esclarece-se uma postura política contraditória do maior líder da colônia suíça, colônia que, apesar de ser uma comunidade mais ou menos coesa socialmente, não se articulou política e ideologicamente.

CAPÍTULO V

COLÔNIA HELVETIA: UM BAIRRO RURAL ?

Com a compra de terras e a formação da comunidade suíça, os imigrantes tornaram-se trabalhadores autônomos, mesclando a utilização do trabalho familiar com o trabalho de colonos e camaradas, contratados por empreitada e por salário diário, semanal ou mensal. Essa forma de exploração agrícola foi característica das famílias proprietárias das maiores fazendas, enquanto outras com sítios menores, davam conta do serviço apenas com o trabalho familiar.

A inexistência de uma homogeneidade no grupo, no tocante ao tamanho do empreendimento agrícola, impossibilita-nos de enquadrar os suíços em apenas uma categoria de produtores independentes; uma parte era formada de agricultores, que utilizava somente a mão-de-obra familiar; outra, poderíamos classificar de fazendeiros, pelos empregados que possuíam, mas essa forma é imprópria, pois os proprietários também trabalhavam, bem como sua família.

Assim, o grupo suíço introduziu novas formas de trabalho na agricultura brasileira, não constituindo novidade o trabalho em si, mas a junção do trabalho familiar com o de empregados. Representou a ruptura de uma prática comum no Brasil, a de que o trabalho era

ignóbil e os fazendeiros deviam dirigir e comandar, enquanto os empregados davam duro na lavoura. (156)

Olhando por outro ângulo, vamos comparar a organização da Colônia Helvetia com os conceitos elaborados por M.I. Pereira de Queiroz para definir um bairro rural. Diz a autora: "Bairro rural caracteriza-se por uma reunião de famílias cujos chefes estão à testa de empreendimentos agrícolas ou pecuários, de que guardam a responsabilidade e iniciativa na execução dos trabalhos, desenvolvendo uns com os outros relações expressas na ajuda mútua, e uma vida social que se concretiza nas festas religiosas; sua configuração interna é de tipo igualitário, isto é, não existem no seu interior camadas sociais de níveis diferentes, com base seja no fator econômico, seja no fator religioso, ou em qualquer outro; finalmente, seu ritmo de vida de reunião e dispersão periódicas, seguindo a cadência dos trabalhos agrícolas e das festas, constitui por assim dizer a essência mesma de tal grupo de vizinhança."

A autora enfatiza também que o bairro rural não se define apenas pelas relações econômicas, mas elas exercem um papel importante, o de entrosar o bairro com a sociedade global, permitindo aos agricultores em relação à cidade, agirem como produtores e comerciantes. Outros elementos, sejam sociológicos ou psicológicos caracterizam o bairro rural, como os que seguem: habitat disperso, relações vicinais, relações familiares, relações de trabalho e sentimento de localidade, que forma a consciência grupal. (157)

(156) Ver Categorias de produtores independentes em: PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura - "Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade", SP, Liv. Duas Cidades, 1973. A classificação é a seguinte: **Camponês** - vive do que produz e utiliza para venda ou troca apenas o que não consome. **Agricultor** - produz para um mercado local, regional ou internacional, visa o lucro, especializa-se no cultivo de um ou dois produtos e adquire no mercado o que não cultiva e usa apenas mão-de-obra familiar. **Fazendeiro** - grande produtor, não trabalha diretamente sua propriedade, comanda trabalho alheio.-pág. 5-6.

(157) *idem*, *ibidem*, pg. 121-122.

Na organização da Helvetia podemos identificar alguns elementos que a enquadram dentro da definição acima, principalmente no período que vai da sua formação até por volta de 1930.

Nesse período a colônia atingiu a sua máxima extensão em área ocupada, aproximadamente três mil e quinhentos alqueires (ver item 2, capítulo IV), distribuídos entre vinte e uma famílias, sendo que o tamanho das propriedades variava entre sítios de dez alqueires até fazendas de trezentos alqueires; nove famílias possuíam propriedades com mais de cem alqueires; seis com propriedades entre vinte e cem alqueires e seis com menos de vinte alqueires.

Aconteceram alterações nesses números ao longo dos anos, proporcionadas especialmente pelo parcelamento de algumas fazendas nos processos de inventário e distribuição do espólio entre herdeiros. Essas divisões contribuíam para aumentar o número de propriedades e, ao mesmo tempo, diminuir o tamanho de algumas delas. Entretanto, as modificações na estrutura das propriedades, nesse período, não chegaram a alterar em profundidade o quadro apresentado.

Um dos elementos de identificação do bairro rural é um certo igualitarismo no que se refere à quantidade de terras possuída pelos moradores, tornando-os uma camada social mais ou menos homogênea em termos de níveis de renda. No caso do grupo suíço, essa classificação somente poderia ser aplicada com base em fatos sociais e religiosos, visto que economicamente predominavam diferenças sensíveis entre as famílias, determinadas pela extensão das herdades que cada uma possuía.

Algumas famílias conseguiram enriquecer-se mais rapidamente que outras atestando um alto grau de individualidade nos negócios e no controle das finanças. Outras não tiveram a mesma sagacidade e nem mesmo oportunidade para progredir, permanecendo como pequenos proprietários.

Outro elemento refere-se à ajuda mútua nos trabalhos agrícolas, prática que entre os suíços também não era comum. Cada família encarregava-se da sua lavoura e, caso fosse necessário, nas épocas de colheita do café, contratava-se colonos. Mas, em outros tipos de serviço, utilizavam o trabalho em mutirão; em obras sociais, como na construção da igreja, da escola e do stand de tiro; na construção e conservação de estradas e de pontes; e, esporadicamente, no levantamento de açudes, de paióis ou outros prédios.

Já ressaltamos que alguns suíços trabalharam para outros na colheita do café, como colonos, recebendo os mesmos salários que se pagava aos colonos de outras nacionalidades. O fato de patrícios que chegaram posteriormente à compra das primeiras fazendas, (após 1888) trabalharem como empregados dos que já estavam aqui instalados como proprietários, era considerado um fato normal, ou seja, enfrentariam o mesmo caminho árduo que os outros trilham, até conseguirem a poupança necessária para comprar o seu pedaço de terra. Ressalve-se que receberam alguma ajuda, especialmente quanto à moradia, pois foram alojados em casas de parentes e conhecidos dentro da colônia, entretanto, as dificuldades de caráter econômico não foram minoradas. Estavam vivos e presentes no imaginário dos suíços os preceitos do trabalho e da poupança como elementos essenciais do progresso individual.

Mas, com o passar do tempo, tornou-se prática comum o empréstimo de dinheiro das famílias mais abastadas para outras mais pobres, quase sempre para comprar terras, não sem a devida cobrança de juros! Essa prática estendeu-se até para fora da colônia; houve casos de famílias que formaram um invejável patrimônio em terras e imóveis urbanos, graças ao capital usurário, utilizando a forma de hipotecar bens daqueles que tomavam o dinheiro emprestado.

A Colônia Helvetia era composta essencialmente de agricultores que se especializaram no cultivo de um produto - o café - destinado em sua maior parte para o mercado externo. Portanto, a subsistência deles estava diretamente ligada ao lucro proveniente desse produto. Esta é uma classificação de agricultores modernos que vivem num regime econômico orientado para a comercialização de produtos agrícolas. (158)

O trabalho na lavoura era familiar (quando pequenos proprietários) e auxiliado por colonos e camaradas (no caso das fazendas maiores). Entre os camaradas, contavam-se vários negros contratados para as tarefas mais duras, como a preparação da terra para o plantio do café. Viviam num local próximo à colônia, que os suíços chamavam de "Negerdorf" (aldeia de negros), em terreno cedido por um fazendeiro de Indaiatuba, após a abolição, em condições miseráveis de vida, à custa de empregos temporários nas fazendas próximas, ou produzindo jacás e outros utensílios de bambu.

E a relação da colônia com as cidades vizinhas pautava-se por um relativo grau de autonomia, já que o café era embarcado diretamente para Santos. Vendiam também para as cidades de Itu, Salto, Campinas, Indaiatuba e Jundiaí outros produtos como queijo, manteiga, ovos, mel, batata, feijão e café de qualidade inferior (café de escolha). Os primeiros eram entregues diretamente aos consumidores, a batata e o feijão iam para armazéns e o café, a pequenas torrefações de Campinas, que possuíam locais próprios para venda a varejo.

Por outro lado, compravam na cidade tecidos, calçados, sacos para café, ferramentas, sal, querosene, aguardente e outros. Mas, no interior da colônia, no início do século, foram fundados dois armazéns de "secos e molhados", de propriedade de famílias suíças. Introduziram a prática de vendas a prazo, os fregueses de caderneta, progredindo

(158) *idem*, *ibidem*, pg. 53.

rapidamente. Um dos armazéns, localizados a dois quilômetros da igreja (existente até hoje), pertencia à família Sigríst, que por volta de 1925, tinha cadastrado duzentos e quarenta fregueses de caderneta, (159) a maioria colonos e, em menor número, proprietários suíços. Dessa maneira, os moradores da Helvetia diminuíram ainda mais a sua dependência do mercado de Campinas, onde passaram a adquirir apenas produtos mais caros e sofisticados.

Esse comentário sobre os empórios da Helvetia nos remete a outras considerações relativas às profissões, pois apesar de colônia essencialmente agrícola, nem todos eram agricultores. Vimos que duas famílias acabaram se dedicando ao comércio. Outras especializaram-se na fabricação de vinho, mas sem abandonar as atividades na lavoura: em 1918 existiam seis adegas, que vendiam apenas no local e, segundo um dos entrevistados, "vinho de excelente qualidade, usado pelo padre nas missas". (160)

Houve também na colônia um excelente construtor, Franz Amstalden, carpinteiro de profissão e pedreiro, responsável pela edificação da igreja, da escola e de todas as casas dos helvecianos, até a década de 1920. Outro profissional bastante requisitado, inclusive fora da colônia, foi Antonio Ambiel, que era agrimensor e mediu praticamente todas as propriedades da Helvetia.

Outra prática entre os suíços foi a constituição de sociedades familiares para fins de exploração agrícola e para fins comerciais. A mais antiga dessas sociedades foi formada em 1888 entre as famílias Ambiel, Amstalden, Bannwart e Wolf para compra da primeira fazenda, que deu origem à colônia Helvetia. Mais tarde, em 1901, foi constituída outra sociedade, sem a família Bannwart, com um capital integralizado de dez contos de réis para a finalidade de utilização de

(159) Entrevista com Lina Ambiel Sigríst, 87 anos, Col. Helvetia

(160) Entrevista com Walter Amstalden, 79 anos, Col. Hevetia.

uma máquina de beneficiar café, com respectiva casa e galpão. (161) Essa sociedade durou muitos anos e, em 1911, Benedicto Amstalden montou também uma máquina de beneficiar arroz. Ambas eram movidas com a energia da roda d'água. Em 1922, com uma turbina importada da Alemanha, produziram energia elétrica, aposentando a velha roda d'água.

Outra sociedade comercial foi constituída em 1923 por David Ming, José Gut e Constantino Ambiel, para negociar café: compravam dos pequenos produtores de Helvetia e das redondezas, beneficiavam, classificavam e embarcavam para Santos. O negócio foi bem até 1929, mas a partir daí, com o início da crise cafeeira, a sociedade foi dissolvida. É possível perceber aí uma certa forma de exploração praticada por essa sociedade contra os próprios suíços mais pobres e outros agricultores. A justificativa é que a sociedade possuía caminhão para transporte, máquina de beneficiar e facilidades na comercialização.

Outro tipo de sociedade que o grupo suíço desenvolveu foi o das sociedades familiares, voltadas para a exploração da terra, constituídas quase sempre entre pais e filhos ou sogros e genros. Duas, organizadas pelas famílias Ambiel e Amstalden, pela longevidade, caracterizam bem um exemplo de resistência na agricultura. Atestam também a harmonia familiar e o entendimento entre irmãos.

Ignácio Ambiel criou uma sociedade com seus onze filhos com o objetivo de juntos usufruírem dos bens produzidos na fazenda da família. Trabalharam dessa forma por cerca de quarenta anos (entre 1916 e 1956) até a sua morte. Durante o período vários filhos se casaram, mas continuaram morando na fazenda e, mesmo com o falecimento da mãe, não dividiram a terra, mantendo firme o acordo da sociedade.

(161) Conforme "escritura de acordo de uma casa com maquinismo para beneficiar café, situada no terreno de Benedicto Amstalden, cachoeira do Riberão Capivary-Mirim" - Cartório do Escrivão de Paz do Distrito de Indaiatuba, liv. 18, fls. 19, 01/07/1901

Franz Amstalden, apesar de se dedicar mais à sua profissão de carpinteiro, também estabeleceu uma sociedade com seus quinze filhos, que plantaram e colheram muito café nos trinta e seis alqueires da família. Essas duas famílias nunca se utilizaram de empregados para as tarefas da lavoura, pelas razões evidentes do número de filhos de cada uma delas, suficiente para o trabalho e por possuírem propriedades de tamanho médio. (162)

Maria I. Pereira de Queiroz, nas suas pesquisas pelo interior de São Paulo, constatou que as relações econômicas não são definidoras exclusivas de um bairro rural, na verdade, funcionam mais como um elemento de entrosamento entre os bairros e a sociedade global. E que as relações sociais, culturais e psicológicas têm um peso relativamente grande na caracterização de um modo específico de vida da nossa zona rural, pois contribuem para aglutinar os moradores em torno de certos valores e práticas. (163)

Uma primeira caracterização de bairro rural, segundo a autora, é a existência de um habitat disperso. Na Helvetia, as casas de moradia, pela própria extensão ocupada pelas propriedades, encontravam-se relativamente dispersas, o que, de certa forma, dificultava, mas não impedia as relações vicinais. Essas relações se acentuavam na medida do alto grau de parentesco existente dentro da comunidade.

O grau de sociabilidade de um grupo pode ser identificado pela intensidade do relacionamento, começando nos contatos mais íntimos - os familiares - e chegando até os mais esporádicos, com uma cidade, com a região e com o exterior.

As relações familiares e de vizinhança eram bastante comuns entre os suíços, motivadas, em geral, por atividades ligadas à

(162) Entrevista com Leon Ming, cit.

(163) Pereira de Queiroz, M.T., op.cit. pg. 134.

religião. A religiosidade era um traço marcante da colônia, com presença maciça nos rituais, além da participação também nas congregações leigas e no coral. Já acentuamos atrás, a importância da igreja católica na vida do grupo suíço. Vimos também a questão da escolaridade e da vivência social. Resta-nos agora fazer alguns comentários que tentarão responder à pergunta do título deste capítulo.

A organização do espaço social que se tornou um ponto de encontro dos suíços em todos os domingos e dias de festa, tendo a igreja como pólo de atração, contribuiu para criar o chamado sentimento de localidade. Contribuiu também para o desenvolvimento da consciência grupal, visto todas as identificações que o grupo possuía: racial, originários de um mesmo cantão, alto grau de parentesco, praticantes da religião católica, agricultores e outras. O fato de terem comprado terras e organizado suas instituições deu segurança e solidez ao grupo, acrescido ao fato de que os imigrantes mais antigos trabalharam muitos anos como colonos do café e aprenderam toda sua técnica de produção, tornando-se especialistas nessa cultura. Como havia um bom mercado e preços compensadores, eles progrediram, mantiveram-se unidos e puderam preservar traços de sua cultura.

É claro que algumas famílias se dispersaram e outras que, mesmo morando em municípios próximos e tendo parentes na colônia, nunca foram muito frequentes e, por isso, não criaram esse sentimento de localidade. Ir à missa aos domingos, passar pela escola da colônia e participar das festas eram os caminhos normais para integração na comunidade.

Os suíços e seus descendentes formaram até os anos de 1930 uma comunidade rural com características bem específicas: foram agricultores especializados em café, expandiram-se, algumas famílias tornaram-se ricas, outras não, numa demonstração de que não houve

igualitarismo econômico entre eles. Adotaram princípios de uma certa racionalidade capitalista, destacando-se o individualismo, a competitividade, a organização, a disciplina e uma crença ferrenha no trabalho como fonte de progresso e como virtude do caráter.

Esse sentido de organização e uma espécie de saudade da pátria, transparece em aspectos culturais preservados na comunidade: o ensino do dialeto suíço na escola (até a época da segunda Guerra Mundial) e sua utilização no dia-a-dia das famílias; a formação de bandas que executavam músicas típicas; a prática de certas danças que animavam os bailes das festas tradicionais e a arquitetura de estilo suíço usada na construção de todas as residências até por volta de 1910, são alguns exemplos.

Socialmente o grupo esforçava-se para criar uma condição de igualdade entre as famílias. Para a realização das festas todos contribuían, com parcela maior para os mais ricos. Nas competições de tiro os ganhadores recebiam prendas, que eram arrecadadas dentro da comunidade. Não podemos afirmar que o grupo vivia em constante harmonia, mas um certo equilíbrio psico-social permeou a existência dos moradores da colônia, criando fortes laços de união que identificavam a comunidade. O fato da colônia Helvetia existir ainda hoje, com características bem diferentes, sem dúvida, mas com traços deixados pelos primeiros imigrantes fundadores, corrobora as nossas afirmações. Nesse ponto, é possível pensarmos em termos de que a colônia suíça não se caracterizou exatamente como um bairro rural, segundo a classificação elaborada pela autora citada. Porém, é verdade que na colônia foram preservadas algumas características sócio-culturais, mas estas são apenas parte do conjunto identificador da categoria bairro rural.

CAPÍTULO VI

A CRISE DOS ANOS TRINTA E AS TRANSFORMAÇÕES NA COLÔNIA

Os problemas da comercialização do café já haviam começado a afetar os suíços desde 1927, quando algumas famílias perderam dinheiro, pela falência de duas comissárias de Santos. E nos anos seguintes, grande parte da produção nem saiu da colônia.

Um entrevistado assim resumiu as conseqüências da crise para os suíços: "... Quem tinha dívidas e esperava pagar com a renda do café, não conseguiu se safar - perdeu tudo. Porque não foi só o preço do café que caiu - de 200\$000 o saco em 1928 para 30\$000 em 1929 - mas também o valor da terra, que dependia do café ... foram anos duros, todos os suíços tiveram que vender seus automóveis, só restou o da minha família. (164)

Foi nesse momento que começou também a diminuição do patrimônio fundiário dos helvéticos. Algumas famílias venderam as terras por absoluta necessidade e outras por desilusão com a agricultura. O relato de alguns casos espelha essas duas situações: - na família Ambiel aconteceu a falência de um dos irmãos (imigrante de 1881) que possuía uma boa propriedade em torno de cinquenta alqueires com mais ou menos vinte mil pés de café. Em 1926 ele comprou outro sítio em Indaiatuba por 100:000\$000 (cem contos de réis), dando sessenta contos de entrada e com a promessa de saldar o restante

(164) Entrevista com Leon Ming, cit.

dentro de três anos. Colocou lá um filho para plantar café, entretanto, com a crise, não conseguiu pagar a dívida no prazo estipulado vendendo depois o sítio, em 1932, por 70:000\$000 (setenta contos de réis). Mais tarde vendeu também a sua propriedade na Helvetia, ficando praticamente sem patrimônio. (165)

Na família Wolf ocorreu um caso de venda de terras em 1931: com a morte do marido, a viúva, proprietária de trinta e seis alqueires com oito mil pés de café, mas com uma prole de quatorze filhos, com idades que variavam de três a trinta e sete anos, enfrentou dificuldades para o sustento da família com a renda daquela propriedade. Nos últimos anos haviam acumulado dívidas em torno de 7:000\$000 (sete contos de réis). A viúva então solicitou ao Juiz de Direito de Itu, alvará para a venda da propriedade, alegando "desânimo da vida agrária, rendimento e produções insuficientes e muitos filhos e dívidas". O parecer do Promotor Público foi favorável à venda, dando como justificativa "a queda dos preços das terras". O sítio foi vendido por trinta e um contos de réis, preço inferior ao da avaliação constante no inventário. (166)

Outro tipo de negócio que atrapalhou a vida de algumas famílias, feito no momento errado, às vésperas da crise, foi a compra de terrenos com barracão e maquinismo para beneficiamento de café; somente a família von Zuben comprou três máquinas desse tipo em Campinas, no ano de 1926, no valor de 225:000\$000. (167) Esse valor é o que consta da escritura passada em cartório; provavelmente não era o preço real efetivamente pago. Essa família possuía um patrimônio

(165) *idem*, *ibidem*.

(166) Ver inventário de Leonardo Wolf, Juízo de Direito da Comarca de Itu, Cartório Segundo ofício, A.C.C.I., acervo H.R.C.I., maço número 89, 1929.

(167) Ver Segundo T.P.J.N.C.C. liv. 130, fls. 181, 20/09/1926; liv. 131, fls. 45v, 09/04/1926 e liv. 131, fls. 128v, 14/08/1926.

respeitável, constituído principalmente de terras e cafezais na região de Campinas e Jundiaí. (168)

Essa família tornou-se muito numerosa pois os dois irmãos tiveram nada menos que trinta e um filhos! (169) Eles não viviam propriamente dentro dos limites da colônia, entretanto tinham muitas ligações de parentesco com ela. Inúmeros filhos e filhas casaram-se com helvéticos.

Essa família sofreu uma decadência sensível após a crise e, provavelmente, a morte dos patriarcas, o grande número de herdeiros, os investimentos inoportunos na compra de máquinas mais a desilusão com a agricultura, tenham contribuído para isso.

A questão da herança merece um comentário mais acurado. De acordo com os entrevistados, várias modalidades de repartição dos bens foram usadas pelos suíços: a primeira foi a compra por dois ou três irmãos das partes de terra dos outros irmãos e principalmente irmãos - a chamada "compra de direitos hereditários", normalmente pagos à vista. Esse pagamento em geral não correspondia ao valor real da terra, sendo estipulado pela avaliação realizada no inventário. (170) As justificativas para esses negócios variavam entre: "esses irmãos eram os que mais trabalhavam na terra", ou "outros irmãos já tinham comprado sítio em outro lugar ou recebido herança", ou ainda, "a fazenda era pequena e não dava prá dividir entre todos; cada um ia ficar só com um pedacinho"...

A segunda modalidade foi a da repartição tradicional entre os irmãos: "Meu avô, o velho Benedito Amstalden morreu em 1935. Tinha cento e oitenta alqueires na Helvetia e deixou sessenta para cada um dos três filhos. Meu pai, também Benedito, morreu em 1935 e repartiu

(168) Ver pg. 79, cap. IV e nota número 106.

(169) Ver inventário de Nicolau von Zuben, T.J.C., acervo C.M.V, Cartório do Segundo Ofício, caixa número 195, 1925 e Testamento de Antonio von Zuben, segundo T.P.J.N.C.C., liv. 108, fls. 82, 1920.

(170) Ver Inventários de Carolina Amgarten, T.J.C., acervo C.M.U., Cart. quarto Of., caixa número 68, 1928 e de Maria King, T.J.C., acervo C.M.U., cart. segundo Of., caixa número 186, 1910.

os sessenta alqueires, deixando uma chácara para cada um dos onze filhos". (171) Vejamos outro exemplo, da família Zumstein: "Nossa família possuía mais ou menos cento e vinte alqueires na Helvetia e como herança pouca coisa restou para cada um dos onze filhos: em torno de dez alqueires para cada um". (172)

E a última modalidade foi a venda da propriedade que só passou a acontecer com mais frequência, depois da crise.

Os problemas da cultura cafeeira após 1930 irão afetar diretamente a comunidade suíça, levando a extremos como a venda das terras e a posterior proletarização de algumas famílias, que foram residir nas cidades de Indaiatuba e Campinas. Mas, se as vendas foram significativas, diminuindo o patrimônio deles, ao mesmo tempo, houve famílias que se beneficiaram com a crise e compraram ou receberam como crédito hipotecário, imóveis rurais e urbanos. Assim, não podemos analisar o grupo como uma comunidade coesa, unida e igualitária. Seus membros são autônomos, prevalece um caráter individualista e sua união é apenas social, em outras palavras, cada família tem que cuidar de si.

Quem não vendeu terras, dispôs de outros bens, como os automóveis, por exemplo. Aqueles que haviam contraído compromissos financeiros significativos, ou que tinham emprestado dinheiro e pagavam juros, foram obrigados a buscar fontes alternativas de renda: dispor de bens (a terra em última instância), ou permanecer na lavoura buscando novos tipos de cultivo.

Alguns mais precavidos já vinham aumentando há anos o cultivo de cereais, batata e algodão, apesar da incipiência do mercado interno. O algodão na década de 1920 ainda era uma agricultura instável e precária e se desenvolvia mais nas regiões marginais ao

(171) Entrevista com Walter Anstalden, cit.

(172) Entrevista com Luiz Zumstein, quarenta e sete anos, Col. Helvetia

café, como Sorocaba, fornecendo matéria-prima para as poucas indústrias de tecidos. (173)

Outras famílias, logo em 1930, aumentaram as áreas de plantio desses produtos, procurando diversificar também suas atividades produtivas e comerciais. Vejamos os depoimentos: "Nossa família com a morte do pai (Antonio Ambiel), em 1928, e a perda do dinheiro com as falências das comissárias de Santos, estava numa situação difícil, tendo até empréstimo para pagar. Resolvi plantar batatas e em 1930 arrisquei duzentos sacos de semente na terra. Foi uma maravilha! A terra era um antigo pasto, muito boa e colhi uma safra de dar inveja: dois mil e quatrocentos sacos, que vendi tudo para o Manuel de Jesus, um comerciante de Campinas, apurando mais de duzentos contos de réis. (174) Ou este outro, de um entrevistado da família Ming: "...Meu pai tinha adquirido a fazenda Saltinho, em Paulínia, onde havia muita plantação de cana e um alambique; começamos a produzir aguardente em grande quantidade e em 1935 abrimos um depósito em Campinas. Deu muito dinheiro, mas uns sete anos depois, o governo construiu a barragem no rio Atibaia, que passa no meio da fazenda, cobrindo tudo, o alambique, o canavial..." (175) Outra atividade que deu certo foi a do comércio atacadista de arroz: "Em 1935, meu pai em sociedade com o Quito Sigrist montou um comércio atacadista de arroz. Já tinha a máquina de beneficiar e como muita gente estava plantando e levava lá para nós, começamos a comprar o arroz e vender em Campinas e até em São Paulo", contou um entrevistado da família Amstalden. (176)

Enfatizando este aspecto, enquanto algumas famílias até ganharam com a crise (numa mostra de adaptação, esperteza e

(173) LOUREIRO, Maria R. Garcia -Terra, família e capital, Petrópolis, Vozes, 1987, pg. 35.

(174) Entrevista com João Ambiel, cit.

(175) Entrevista com Leon Ming, cit.

(176) Entrevista com Walter Amstalden, cit.

flexibilidade dentro do sistema), executando hipotecas de capital **usurário** e aumentando seu patrimônio em terras e imóveis urbanos, outras, que não tinham uma poupança, mas que também não tinham dívidas, diversificaram sua produção agrícola ou passaram para uma atividade comercial, não deixaram a terra e seguiram plantando ou criando gado. E outras, desanimadas com as perspectivas de vida no campo (às vezes acontecia a pressão dos filhos pela herança), acabaram sacrificando sua propriedade e mudando-se para a cidade, o caminho mais curto para proletarização.

Assim, Helvetia, que até 1930 era um bairro rural, com suas características diferenciadas, não se enquadrando exatamente no modelo encontrado nos bairros rurais paulistas (como o do Taquari, em Leme, de pequenos produtores de algodão, descendentes, em sua maioria de imigrantes italianos, onde predomina uma igualdade sócio-econômica entre as famílias, havendo mesmo pouca diferença entre proprietários e meeiros, quase numa ausência de estratificação social) (177), nos dez anos seguintes passará por profundas alterações, definidos pelos entrevistados como "anos de estagnação e retrocesso econômico". Se até 1930, a economia da colônia vinha numa curva ascensional, traduzida na compra contínua de mais terras e outros bens, na construção de bonitas residências e nas viagens para a Suíça, em seguida, entra numa fase de desânimo, que será aprofundada por outros acontecimentos (como a Segunda Guerra), influenciando mesmo na manutenção dos traços culturais dos helvéticos.

Inicialmente vamos entender a estagnação econômica: a maioria abandonou o café pois o preço de venda não cobria os custos, mas alguns ainda persistiram, tentaram aperfeiçoar o tratamento e a forma de colheita para produzir um café de melhor qualidade, que ainda pegava um preço razoável no mercado. João Ambiel conta: "...Nossa

(177) PEREIRA DE QUEIROZ, M.I., op.cit. pg. 48-49.

fazenda possuía sessenta mil cafeeiros em produção e depois que passou aquela primeira onda da crise e eu ganhei dinheiro com a batata, comecei a colher café vermelho. Não esperava secar no pé. Depois de apanhado era molhado, despulpado, secado e beneficiado. Dava um café fino e ali por volta de trinta e dois, já conseguimos vender por 80\$000 o saco. Mas eu também plantei bastante cereais e algodão; só o café já não dava mais!”

Outra mudança percebida claramente foi no perfil da mão-de-obra utilizada pelos suíços. Já não restava muito serviço para os colonos italianos no café: uma parte foi embora porque compraram pequenos sítios, aproveitando a queda nos preços da terra; outra parte tornou-se arrendatária ali mesmo nas terras da colônia, plantando cereais. Foi o momento em que os suíços passaram a empregar mais a mão-de-obra dos negros, como camaradas, no cultivo dos cereais. Um entrevistado contou:... “uma novidade depois da crise de 30, foi o aparecimento por aqui de muitas famílias japonesas, que vieram arrendar terra para plantar tomate. Essa parceria (trabalhavam a meia) foi importante para nós, para manter a agricultura, para manter a gente na terra”... (178)

Até por volta de 1945, vários tipos de cultivo foram praticados na colônia, inclusive muitos deixaram o café, não arrancaram, mesmo não sendo lucrativo, mas a atividade que cresceu com mais vigor foi a produção do algodão. Aproveitaram o movimento expansionista das indústrias de tecido de algodão, plantando ou arrendando terras para parceiros, com isso mobilizando recursos que eram escassos e tendo até mão-de-obra disponível na fazenda, que eventualmente poderia ser utilizada em outras atividades, como no café. (179) Entretanto, apesar da euforia inicial com o algodão, em

(178) Entrevista com Leon Ming, cit.

(179) LOUREIRO, M.R.G., op.cit. pg.31.

1945 ocorreu a primeira crise na cotonicultura, já que a demanda no mercado declinou, provocando queda nos preços, fato que desestimulou o plantio e muitos na colônia abandonaram o seu cultivo. (180)

A partir da década de 50 delineou-se a tendência que seria dominante pelos anos subsequentes: acentuou-se a venda das propriedades e o processo de partilha por herança, e apenas poucas famílias mantiveram fazendas e continuaram persistindo no café, cereais, batata e eventualmente tomate ou outro produto da horticultura, consorciado com a pecuária leiteira. A maioria das famílias que continuou na colônia, montou granjas, hortas e se especializou na fruticultura, enquadrando-se num tipo de agricultura intensiva, devido ao tamanho das suas glebas de terra. Helvetia tornou-se grande produtora de figo, maçã, pêssigo e uva, realizando anualmente exposições dessas frutas, que ganharam certa notoriedade nos anos 60.

Nesse momento histórico a outra tendência marcante foi a da dispersão da colônia; processo que se iniciara logo após a crise dos anos 30, aumentou de intensidade com a saída da "geração dos moços", que foram principalmente para as cidades de Campinas e Indaiatuba. Campinas já estava entrando numa fase de industrialização; em 1947, a fazenda Palmeiras, da família von Zuben, próxima ao Aeroporto de Viracopos, fora comprada pela Singer, para a instalação de sua fábrica de máquinas de costura.

As cidades próximas passaram a influir diretamente no processo de desagregação da colônia (como fator de atração), tornaram-se independentes da sua zona rural, no sentido da diversificação da base econômica. Ao mesmo tempo, os descendentes de suíços, que migravam para essas cidades irão seguir três caminhos, que indicavam

(180) ALBUQUERQUE, Rui H.P.L., "Capital Comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na agricultura paulista - 1920-1950", SP - Brasília, HICITEC/CNPQ, 1982, pg. 218.

com clareza o grau de complexidade sócio-econômica existente na colônia: um grupo com menos recursos não conseguirá fugir à proletarização, tornar-se-ão operários nas indústrias nascentes ou empregados no comércio e em funções públicas, diminuindo sua qualidade de vida.

Outro grupo, que guardou um pouco de dinheiro ou vendeu a propriedade, irá investir em atividades comerciais ou industriais, não perdendo a sua condição de autonomia no trabalho, mantendo ou até melhorando suas condições de vida. Montaram negócios como atacadistas de cereais, armazéns de secos e molhados e diversas pequenas indústrias. Houve alguns casos específicos em que foram trabalhar em profissões liberais autônomas, como João Ambiel, por ex., que mudou-se para Indaiatuba em 1941 exercendo a profissão de topógrafo, mas mantendo o seu pedaço de terra de vinte e oito ha, recebido como herança na partilha dos bens da família, que continuou cultivando com meeiros.

Outro caso nesse grupo que merece citação, porque inusitado, é o de três professoras, das famílias Amstalden, Bannwart e Ming, que romperam barreiras e quebraram certos tabus na comunidade suíça, como mulheres independentes, exercendo uma profissão e trabalhando fora de casa. Duas delas foram lecionar em Campinas e a terceira na escola da colônia.

E o terceiro grupo, o mais reduzido, foi composto por jovens que foram estudar em universidades, cujos pais tinham condições financeiras para tal e que mais tarde também não mais retornarão à colônia, exercendo suas profissões na cidade. Também mantiveram e até elevaram seu padrão de vida.

A partir dos anos 50 acontecerão as mais sensíveis transformações na comunidade helvética, a começar pela grande diminuição das propriedades (p. ex., a citada venda da fazenda

Palmeiras da família von Zuben, com mais de trezentos alqueires), passando pela diversificação dos cultivos, pelo abandono da agricultura e a conseqüente proletarização de um grupo.

Se a colônia formava um grupo, antes da crise, que não era igualitário no aspecto econômico, mas ao menos seus habitantes mantinham relações sociais e culturais que lhes dava uma certa coesão e os identificava como grupo, com características específicas, dos anos 50 em diante, começarão a perder também essas características.

Sem dúvida que uma das respostas para explicar essas transformações está relacionada ao avanço urbano; Campinas e região experimentarão um crescimento acentuado e a urbanização chegará até as fazendas dos suíços e novas oportunidades de trabalho atrairão os lavradores.

Dessa maneira, o gênero de vida da comunidade também mudou, ampliaram-se os contatos e as próprias práticas culturais foram sendo aos poucos abandonadas. Essas práticas eram representadas pelas tradicionais festas anuais do Tiro ao Alvo, da Independência Suíça e do santo Padroeiro São Nicolau de Flüe. No transcorrer da Segunda Guerra Mundial, no rol das medidas tomadas pelo governo brasileiro contra as comunidades de origem alemã, a Helvetia também foi atingida inicialmente com a desativação da Sociedade de Tiro ao Alvo e o confisco das armas dos seus sócios. Conta Leon Ming que... "alguns esconderam suas armas em porões e outros até enterraram e, anos mais tarde quando foram pegar, elas estavam podres e enferrujadas".

Depois, proibiu-se que se continuasse ensinando a língua alemã na escola. Esse fato, segundo interpretação dos descendentes foi por demais funesto para a manutenção dos traços culturais da comunidade. Perguntado sobre a questão da aculturação, um dos entrevistados respondeu: "Acho que o fator principal da preservação

das tradições suíças é o esforço que fazemos para manter viva a nossa língua". (181)

Com a desativação do Tiro ao Alvo e a proibição do ensino do alemão na escola, mais o desânimo que tomou conta da comunidade por causa dos problemas com a agricultura, todas as festas também se acabaram, mantendo-se apenas a festa do padroeiro São Nicolau, realizada anualmente em 25 de setembro. Mesmo as viagens para o exterior, que faziam os suíços e descendentes, mantendo vivas as relações com a pátria distante e os parentes, cessarão totalmente.

Rudes golpes sofreram duas instituições que eram caras aos suíços, orgulho dos velhos, que haviam participado da sua organização. Por aproximadamente trinta anos, a comunidade viverá sem sua principal atividade de lazer e poucos preservarão a língua. Só nas famílias com tradições mais arraigadas, e com melhor preparo intelectual, permanecerá a prática do ensino da língua alemã aos filhos.

E as relações familiares também irão apresentar mudanças sensíveis: os casamentos inter-grupo diminuiram, não havia mais festas, os bailes eram raros, restando a missa dominical; mas sem as festas e o esporte do tiro e com a constante saída das pessoas, os assuntos eram escassos, não sobrevivendo aquele ambiente social fervilhante, aquela vida comunitária intensa da época do auge cafeeiro. Mesmo a música, um dos aspectos mais representativos do folclore e das tradições suíças, sempre presente nas festas (havia duas bandas formadas pelas famílias Bannwart e Campregher e um coral), entrou em decadência, restando somente o coral nos acontecimentos religiosos. Na verdade, parece que apenas a igreja salvou-se nesse período de declínio. ... "Das instituições da colônia, a igreja foi a única que se manteve intacta, nunca faltando dinheiro para as suas atividades", acentuou Leon Ming.

(181) Entrevista com José Luiz Sigríst, 56 anos, Col. Helvetia.

Mas, se a comunidade perdeu muito das suas características iniciais, quando todos falavam a língua alemã (na verdade um dialeto típico dos cantões centrais da Suíça), havia muitas festas e um relacionamento familiar e social intenso, mantendo-se com traços de um verdadeiro grupo estrangeiro dentro do Brasil, no período que estamos descrevendo, ela não decaiu totalmente; surgiram outras lideranças que exerceram um papel relevante não permitindo o seu desaparecimento.

Não podemos considerar que foi a crise do café o único fator que impulsionou as mudanças na comunidade suíça. O crescimento demográfico, a partilha das terras por herança, a desigualdade econômica entre seus moradores, o desenvolvimento urbano das cidades vizinhas e até a morte dos seus líderes mais antigos, são razões que nos mostram, entre outras coisas, o seguinte: as famílias suíças não resistiram à essa avalanche de acontecimentos e, boa parte delas deixou a agricultura, mudaram-se da colônia e entraram num rápido processo de aculturação. Outras persistiram na agricultura, mas voltadas para um mercado interno, produzindo cereais e tubérculos, algodão e frutas, que não oferecia a mesma rentabilidade do café. E outras, em número bastante reduzido, foram beneficiadas pela crise, como já vimos atrás.

Mas esses dois últimos grupos que permaneceram nas atividades rurais, portanto, geograficamente delimitando ainda o espaço da colônia, já sensivelmente diminuído, não irão manter as características de um bairro rural composto por imigrantes estrangeiros e descendentes, onde predominavam elementos sociológicos, psicológicos e culturais que os identificavam. Aos poucos, com o não aprendizado da língua pelas novas gerações, com a intensificação das relações com a sociedade global, representada pelos moradores brasileiros da colônia e pelos contatos mais frequentes com as cidades, o grupo sofrerá uma progressiva descaracterização. Não será

completa e total porque os mais antigos descendentes manterão uma chama viva de identidade com o passado e conseguirão transmiti-la aos seus filhos.

Assim, a partir da década de 70, com a retomada das viagens à Suíça feita por um grupo das famílias Amstalden e Ming, reascendeu-se a vontade do grupo de recuperar os valores e as tradições dos seus antepassados, que por aproximadamente quarenta anos estiveram adormecidos. Reativaram-se os contatos com os parentes do cantão de origem da maioria - Obwalden, e renasceu a idéia de recuperar as festas tradicionais dos fundadores da colônia no Brasil.

Não se refez a comunidade agrícola desses fundadores e pioneiros, mas hoje cultua-se a sua memória, numa homenagem aos seus feitos, e os descendentes conseguiram manter um espaço onde muitos ainda residem e estão recuperando a língua, a música, o canto, os trajes típicos e outros elementos folclóricos que garantem suas ligações com a pátria de origem. E os que moram fora da colônia, que têm ou não parentes lá, estão também se reintegrando, aprendendo a língua, participando das festas e conhecendo o passado dos seus ancestrais. Esses ancestrais, que chegaram ao Brasil entre 1854 e 1895, num total aproximado de quinhentas pessoas, multiplicaram-se e hoje seus descendentes somam mais de oito mil e duzentas pessoas, das quais trezentas e vinte e quatro residem na colônia. (182)

E faz presente hoje uma preocupação dos descendentes quanto ao futuro da Helvetia, como escreveu um deles, o professor José Luiz Sigríst, morador da colônia: "Todos sabemos que a história e o espírito que a alma têm suas leis que nem sempre acompanham a vontade dos indivíduos. Estarmos atentos aos seus sinais, às suas manifestações, parece ser a nossa tarefa. É condição para o exercício da nossa liberdade, para a conquista da nossa identidade, já que a

(182) Revista Helvetia, op.cit., pg. 13-14.

memória histórica de uma comunidade revela a identidade de sua gente".

(183)

(183) "idem, ibidem, pg. 45.

B I B L I O G R A F I A

I) LIVROS

ALBUQUERQUE, Rui H.P.L. de - Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola: As Relações de Produção na Cotonicultura Paulista - 1920-1950. - SP, Brasília, Ed. Hucitec/CNPQ, 1982.

ALVIM, Zuleika M.F. - Brava Gente! Os Italianos em São Paulo, - SP, Ed. Brasiliense, 1986.

AMSTALDEN, Polycarpo Pe. - Memórias de um filho da Colônia Helvética no Brasil - SP, Prol Ed., 1989.

BALHANA, Altiva Pilatti - Santa Felicidade, uma Paróquia Vêneta no Brasil - Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 1978.

BEIGUELMAN, Paula - A Crise do Escravismo e A Grande Imigração - SP, Ed. Brasiliense, Col. Tudo é História vol. 2, 1982, terceira edição.

----- - Pequenos Estudos da Ciência Política - SP, Ed. Pioneira, 1968.

----- - Formação Política do Brasil - SP, Ed. Pioneira, 1976, segunda edição.

BRESCIANI, Maria Stella M. - Londres e Paris no século XIX: O Espetáculo da Pobreza - SP, Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique - Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional - SP, Difusão Européia do Livro, 1962.

CENNI, Franco - Italianos no Brasil - SP, Liv. Martins Ed., 1958.

COSTA, Emília Viotti da - Da Monarquia à República - SP, Ed. Grijalbo, 1977.

DAVATZ, Thomaz - Memórias de um colono - SP, Liv. Martins Ed., 1958, tradução e prefácio de Sérgio Buarque de Holanda.

DEAN, Warren, - Rio Claro - Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, RJ, Ed. Paz e Terra, 1977.

DE BONI, Luis A. e COSTA, Rovílio - Os Italianos do Rio Grande do Sul - Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia / Correio Riograndense/EDUCS, 1984, terceira ed.

HOLLOWAY Thomas H. - Imigrantes para o Café - RJ, Ed. Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octavio - Ditadura e Agricultura - RJ, Ed. Civilização Brasileira, 1979.

JUNDIAÍ, Ed. Histórica - Direção de Alceu de Toledo Pontes, SP, Edições Comemorativas Ltda., 1974.

KAUTSKY - A Questão Agrária - SP, Ed. Proposta, 1980.

LAMOUNIER, Maria Lúcia - Da Escravidão ao Trabalho Livre - Campinas, Ed. Papyrus, 1988.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia - Terra, Família e Capital: Formação e Expansão da Pequena Burguesia Rural em São Paulo - Petrópolis, Ed. Vozes, 1987.

MARTINS, José de Souza - O Cativo da Terra - SP, LECH - Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981, segunda edição.

----- - A Imigração e a Crise do Brasil Agrário - SP, Liv. Pioneira Ed., 1973.

MATOS, Odilon Nogueira de, - Café e Ferrovias - SP, Ed. Alfa-Ômega, 1974.

MERTZIG, Lia R.L., - As dificuldades de adaptação do imigrante no Estado de São Paulo: readaptação e reemigração (1889-1920) - SP, 1977.

MULLER, Nice Lecoca - Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo. - SP, USP-Fac. Filo. Ciências e Letras, 1951.

NAGLE, Jorge - Educação e Sociedade na Primeira República. - SP, Ed. Pedagógica Universitária/MEC, 1974.

NOUVELLE, Histoire de la Suisse et des suisses - Comité pour une Nouvelle Histoire de la Suisse, présidé par Jean-Claude Favez, Université de Genève, tome III, cap. 7, Lausanne, Suisse, Editions Payot-Lausanne, 1983.

OBERACKER, Carlos H. - A Contribuição Teuta e a Formação da Nação Brasileira - RJ, Ed. Presença, 1968.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de - Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade - SP, Liv. Duas Cidades, 1973.

PRADO JR., Caio - A Questão Agrária no Brasil - SP, Ed. Brasiliense, 1979, segunda edição.

PETRONE, Maria Thereza Schorer - "Imigração", in História Geral da Civilização Brasileira, vol. 9, SP, Difel, 1977.

----- - O Imigrante e a Pequena Propriedade - SP, Ed. Brasiliense, Col. Tudo é História, vol. 38, 1982.

----- - "Imigração Assalariada", in História Geral da Civilização Brasileira, vol. 2, tomo III - SP, Difel, 1965.

ROCHE, Jean - A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul - Porto Alegre, Ed. Globo, 1969.

SALLUM JR., Brasílio - Capitalismo e Cafeicultura - Oeste Paulista: 1888-1930 - SP, Liv. Duas Cidades, 1982.

SEYFERTH, Giralda - A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um Estudo de Desenvolvimento Econômico. - Porto Alegre Ed. Movimento, 1974.

STOLCKE, Verena - Cafeicultura: Homens, Mulheres e Capital (1850-1980) - SP, Ed. Brasiliense, 1986.

TSCHUDI, J.J. von - Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São paulo - SP, Liv. Martins Ed., 1954.

VIEIRA, Francisca I. Schurig - O Japonês na Frente da Expansão Paulista - SP, Ed. Pioneira/EDUSP, 1973.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. - Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão na região de Campinas, Cadernos do IFCH-UNICAMP número 19, Junho/88.

WEISINGER, Francisco - Colônia Helvetia no Brasil, 1885-1935 - SP, Escolas Prof. Salesianas, 1935.

WILLEMS, Emílio - A Aculturação dos Alemães no Brasil - SP, Ed. Nacional, 1980, segunda edição (Col. Brasileira, vol. 250)

WITTER, José Sebastião - Ibicaba - uma experiência pioneira - SP, Arquivo do Estado, Coleção Monografias número 5, 1978.

ZIEGLER, Béatrice - Schweizer Statt Sklaven - Schweizerische Auswanderer in den Kaffe - Plantagen von São Paulo (1852-1866) - Stuttgart, Steiner Verlag - Wiesbaden, 1985.

II) JORNAIS

1) Jornal do Comércio / São Paulo / 25-02-1912 / pág. 2 / artigo: "A Suíça no Brasil" - Padre Gaffre / publicado originalmente na "Revue de

Fribourg". Nesse artigo o religioso descreve suas impressões sobre a Colônia Helvetia, quando da sua visita ao Brasil.

2) Jornal O Estado de São Paulo / São Paulo / 02-08-1935 / artigo: "Jubileu Áureo da Helvetia". O artigo contém um resumo da história da colônia, destacando o papel de algumas famílias, bem como relata as festas do cinquentenário da fundação da Sociedade de Tiro ao Alvo Helvetia.

3) Jornal O Estado de São Paulo / São Paulo / 17-10-76/ pág. 52 / artigo "Helvetia, cantão suíço de Indaiatuba". O artigo mostra um resumo histórico da fundação da colônia suíça.

4) Jornal da Barra / Barra Bonita / 08-09-1984 / pág. 5/ artigo: "Estórias que fizeram nossa história". Nesse artigo há um relato resumido da trajetória de Luiz Wolff, imigrante suíço que chegou ao Brasil em 1852 e que depois de alguns anos estabeleceu-se em Jaú como fazendeiro.

5) Jornal Cidade de Campinas - Folha Popular, 22-05-1909, Ano XII, número 2483, primeira página, artigo: "Entre o Prefeito e o Vigário. Queixoso imprudente. Agressão e ferimentos. O povo e o Exmo. Bispo D. João Nery".

Neste artigo há um relato dos desentendimentos ocorridos entre o prefeito de Indaiatuba e o bispo de Campinas D. João Batista Nery.

6) Jornal Folha de Valinhos / Valinhos-SP / 28-05-1988 / pág. 10 / artigo: "Os Amgarten, um marco de progresso". Descrição da trajetória dessa família suíça, destacando um ramo dela que se estabeleceu em Valinhos a partir de 1913.

III) REVISTAS

1) "Helvetia - 100 anos de Brasil" - 1888-1988 / Editor responsável: Leonor Amstalden / julho-1988 / Imprensa Oficial do Estado S/A - São Paulo.

2) Revista Brasileira de História, número 6, set/1983, artigo: "Introdução do Trabalho Livre nas Fazendas de Café em São Paulo", de Verena Stolcke e Michael M. Hall, pp. 47-63.

IV) FOLHETOS

1) Breve apresentação histórica da Sociedade de Tiro ao Alvo Helvetia - 1885-1985 - D. Polycarpo Amstalden, O.S.B., 1985, mimeo.

2) "Nonagésimo aniversário da Colônia Helvetia - 1888-1978 - Dr. José Luiz Sigríst - Abril, 1978, mimeo. Col. Helvetia.

3) "Da vida do fazendeiro Theodoro Bannwart", J. Keller, São Paulo, 1937, mimeo.

4) NERY, João Batista Correa (Dom). Carta Pastoral sobre a primeira visita diocesana, Campinas, Tip. Casa Mascote, 1911, pág. 30.

V) CRÔNICAS

CRÔNICAS (manuscritas) - Arquivo Particular da Família Ambiel.

- 1) Crônica número 1 - Antonio Ambiel - Janeiro/1898.
- 2) Crônica número 2 - Antonio Ambiel - Novembro/1898.